

NEIDE DE MOURA

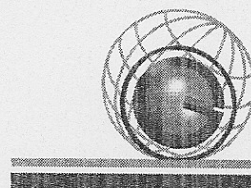
ARAUCÁRIA / PR: PLANEJAMENTO URBANO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Miguel Bahl.

CURITIBA
2009

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



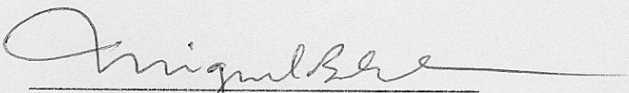
PARECER

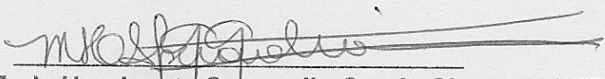
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **NEIDE DE MOURA**, intitulada: "**Araucária PR: Planejamento urbano e representações sociais**", para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação, **com menção DISTINÇÃO**.

Curitiba, 25 de março de 2009.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Miguel Bahl (orientador)


Profª. Dra. Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes- UFPR


Prof. Dr. Sívio Fausto Gil Filho - UFPR

**Dedico este trabalho à Beatriz
e aos meus pais Luiz e Marli.**

AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar.

Aos meus pais, Luiz e Marli, pelo incentivo e por acreditarem que eu era capaz.

À Beatriz, minha filha querida, que teve momentos privados de minha companhia para que eu pudesse estudar.

À minha irmã, Nedi, que me auxiliou nas construções gráficas.

Ao amigo Carlos, pelo incentivo e confiança.

Ao professor Miguel Bahl, pelas sábias orientações.

Aos professores Sylvio Fausto Gil Filho e Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes por aceitarem compor a banca de defesa desta dissertação e pelas orientações coerentes que fizeram.

À alguém em especial, que me incentivou e ajudou nos momentos mais difíceis.

Ao Zem, por sua eficiência nos assuntos referentes à secretaria do curso.

À Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, de Meio Ambiente e de Saúde do Município de Araucária, pela colaboração na coleta dos dados.

Aos entrevistados.

À todos o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais oriundas das ações do Planejamento Urbano em um dos bairros do Quadro Urbano do Município de Araucária / PR. Tais representações emergem meio a um turbilhão de informações, percepções e relações sociais inerentes à prática social dos moradores do bairro, que em seu cotidiano subtraem informações dos mais variados meios, inclusive das ações de poder, e constroem com base nisso seu referencial imagético. Sendo assim, as representações tratadas neste trabalho de pesquisa se dão num espaço simbólico, que é tão real quanto o espaço geográfico (BOURDIEU, 2003), ou seja, um espaço de relações, que para o trabalho desenvolvido, atuou como elo entre as representações sociais e a geografia, tomando como base cuidados epistemológicos que se deve ter, visto que este espaço é social. Então, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2007) e o conceito de espaço de relações (BOURDIEU, 2003) para dar conta das relações estabelecidas entre a população do bairro Capela Velha, sua prática social e as ações do poder público municipal, num local onde o conflito de usos (gerado pela proximidade entre a zona residencial e a zona industrial) se faz presente no imaginário dos moradores. Deste modo o espaço é permeado pelas relações que se travam em seu interior, relações estas que se encontram fluidas nas representações sociais. A cultura permeia tais relações, fazendo com que se concretizem na prática social, ganhando coerência nas relações da sociedade com o espaço, pois como coloca Claval (2002) as relações que se dão entre a sociedade e o ambiente corroboram para a transformação deste espaço, que além de ser físico também é simbólico (CLAVAL, 1999). Sendo assim, se procurou argumentar por um espaço de relações que confronte o real (representado por aquilo que deveria ser, ou seja, as normatizações do poder legal) e a realidade (representado por aquilo que se mostra aos olhos, que existe na prática, ou seja, a prática social dos moradores) e que ao mesmo tempo em que são contraditórios são complementares e atuam juntos na construção e transformação da realidade. Este espaço de relações se coloca como uma estrutura que contém partes dos dois segmentos, que ancorados em situações tradicionais se objetivam em práticas presenciadas e refletidas por todos os que de algum modo vivenciam o bairro.

Palavras-chave: representações sociais, espaço de relações, poder, prática social, cultura.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the social representations from the shares of Urban Planning at one of the neighborhoods of the Urban Table in Araucaria / PR. Such representations emerge means a whirlwind of information, perceptions and social relationships inherent in the social practice of the residents of the neighborhood, in your daily life slip information of several means, including the shares of power, and build on that basis its benchmark imaging. Thus, the representations treated in this research work is given a symbolic space, which is as real as the geographical area (BOURDIEU, 2003), an area of relations, which for the work, he served as a link between the representations and social geography, on the basis that epistemological care must be taken, since this space is social. Then, we used the Theory of Social Representations (MOSCOVICI, 2007) and the concept of space-relations (BOURDIEU, 2003) to account for the relationship between the population of the Old Chapel neighborhood, their social practice and the actions of municipal authorities, a place where the conflict of uses (generated by the proximity of the residential area and industrial area) is present in the imagination of the residents. Thus space is permeated by relations that are slowing in its interior, these relationships that are fluid in the social representations. The culture permeates these relationships, so that is realized in social practice and gained consistency in the relations of society with the space, as it puts Claval (2002) the relationships that occur between society and environment to support transformation of this space, which besides being physical is also symbolic (CLAVAL, 1999). So we tried arguing with a space of relationships that confront the real (represented by what should be, or the regulations of legal power) and reality (represented by what appears to the eye, which exists in practice, or is the social practice of the residents) and at the same time that are contradictory are complementary and work together in the construction and transformation of reality. This area of relationship arises as a structure that contains parts of two segments, which anchored in situations where traditional practices aimed at presence and reflected by those who in some way experience the neighborhood.

Keywords: social representations, space-relations, power, social practice, culture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Interpenetração: real x realidade.....	22
FIGURA 2: Espaço de relações planejamento urbano x sociedade.....	55
FIGURA 3: Organograma da seqüência metodológica.....	59
FIGURA 4: Núcleos representativos – Planejamento Urbano.....	75
FIGURA 5: Núcleos representativos – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	85
FIGURA 6: Mapeamento das entrevistas – 1.....	89
FIGURA 7: Núcleo representativo – grupo 1.....	91
FIGURA 8: Núcleos representativos – grupo 2.....	94
FIGURA 9: Cordão de isolamento.....	97
FIGURA 10: Núcleos representativos – grupo 3.....	106
FIGURA 11: Chaminés de indústrias do bairro.....	110
FIGURA 12: Mapeamento das entrevistas – 2.....	113
FIGURA 13: Chaminés de indústria: vista Escola Municipal Professora Eglé Cordeiro Machado Pinto.....	116
FIGURA 14: Vista aérea de indústria dentro do bairro e chaminés.....	117
FIGURA 15: Mapeamento dos núcleos representativos.....	126
FIGURA 16: Mapeamento das entrevistas: conceitos, contextos e respostas...	134

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: Definição de usos. Lei nº 1.454/03 – Araucária / PR.....	68
QUADRO 2: Rede de monitoramento do ar em Araucária / PR.....	101
QUADRO 3: Percepções sobre o bairro Capela Velha. Araucária / PR	132
TABELA 1: Inversão do quadro populacional urbano rural de Araucária.....	29
TABELA 2: Atendimentos por doenças respiratórias – Araucária / PR, 2007....	121

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

C. F.: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CIAR: CENTRO INDUSTRIAL DE ARAUCÁRIA

CIC: CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

CISA / CSN: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CODAR: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ARAUCÁRIA

CONAMA: CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

D. R. DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

IAP: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

P. D. : PLANO DIRETOR

PMA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

REPAR: REFINARIA DE PETRÓLEO DE ARAUCÁRIA

RMC: REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

SMMA: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SMPL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

SMSA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UEG: USINA ELÉTRICA A GÁS

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização da área de estudo	27
MAPA 2: Bairros do Quadro Urbano Municipal.....	30
MAPA 3: Zoneamento Urbano Araucária / PR.....	33
MAPA 4: Destaque dos prolongamentos das zonas industriais correspondentes ao CIAR.....	66
MAPA 5: Nova proposta de zoneamento de Araucária – novo Plano Diretor.....	84
MAPA 6: Centros industriais de Araucária / PR – destaque bairro Capela Velha.....	98
MAPA 7: Bairro Capela Velha.....	99
MAPA 8: Usos do solo no bairro Capela Velha – Araucária / PR.....	109
MAPA 9: Principais indústrias do Bairro Capela Velha – Araucária / PR.....	111
MAPA 10: Estações de monitoramento da qualidade do ar. Araucária / PR.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Relação população x área – Araucária / PR	31
GRÁFICO 2: Número de atendimentos por doenças respiratórias – bairros do Quadro Urbano de Araucária / PR.....	104
GRÁFICO 3: Índices de qualidade do ar nas estações de monitoramento – Araucária / PR.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ESPAÇO PLANEJADO. ESPAÇO REPRESENTADO.....	20
1.1 O AMBIENTE URBANO. AMBIENTE?.....	20
1.2 AMBIENTE REAL. REALIDADE AMBIENTEL.....	21
1.2.1 Planejando o espaço urbano. O contexto de Araucária.....	24
2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O URBANO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	35
2.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ANÁLISE DO URBANO.....	35
2.2 A GEOGRAFIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	44
2.2.1 A abordagem cultural em Geografia.....	44
2.3 O PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU.....	48
2.4 O ESPAÇO DE RELAÇÕES PLANEJAMENTO URBANO X SOCIEDADE.....	54
2.4.1 O poder e as relações de poder.....	56
2.4.2 A prática social.....	57
2.5 SEQUÊNCIA METODOLÓGICA.....	58
3 ZONEAMENTO URBANO: ORDENAR PARA DESENVOLVER.....	63
3.1 AS LEIS QUE REGEM O USO DO SOLO.....	63
3.2 A PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.....	77
4 OPINIÕES QUE SE CRUZAM.....	87
4.1 O LUGAR ONDE EU VIVO.....	87
4.2 COMO EU VIVO NESTE LUGAR.....	112
5 PLANEJAMENTO URBANO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. O ESPAÇO DE RELAÇÕES PLANEJAMENTO URBANO X SOCIEDADE.....	124
5.1 NÚCLEOS DE REPRESENTAÇÃO.....	124
5.2 CONCEITOS E CONTEXTOS.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139

REFERÊNCIAS.....	143
FONTES PRIMÁRIAS.....	146
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	147
APÊNDICE.....	149

INTRODUÇÃO

Uma cidade como espaço urbano, guarda em si uma gama de elementos e interfaces que subtraem pensamentos operantes e inoperantes dentro do campo imagético dos indivíduos que a vivenciam. Está repleta de anseios, imagens, percepções e representações que transitam livremente pelos seus mais ínfimos meandros. Constituída de formas físicas impregnadas de formas simbólicas, fica sempre a espera de algo novo, que a transforme por inteiro ou apenas em alguma parte. A rotatividade presente em suas entranhas intriga e instiga ao mesmo tempo seus atores e contempladores, que divagam sobre suas conceituações, sobre seus contextos, procurando encontrar respostas às perguntas que elaboram à seu respeito. Neste sentido, seu estudo repercute entre as ciências originando os mais diversos tipos de pesquisas e análises.

Diversas são as maneiras pelas quais ela pode ser observada e encarada. Como objeto, como imagem ou como fenômeno. Como objeto, lhe são aplicados conceitos, fórmulas, modelos na intenção de se chegar a generalizações expressas sob a forma de leis gerais, que podem servir a qualquer cidade, esteja ela onde estiver. Como imagem, é alvo de percepções particulares ou coletivas, podendo ser equivalente a um produto que pode ser vendido e consumido. E, por fim, como fenômeno, pode ser analisada em suas mais profundas particularidades, como sendo única e distinta entre todas as outras. Sem generalizações ou imagens produzidas, apenas como um fenômeno, o fenômeno urbano, para o qual se buscam não leis, mas sim análises não definitivas a seu respeito e que ao mesmo tempo mencionam muito sobre sua organização e sobre o modo como é vista pelos que dela fazem uso. É neste âmbito que aqui será tratada, como um fenômeno, do mesmo modo que as representações sociais são para Moscovici (2007), um fenômeno que merece ser analisado e não conceituado.

Neste sentido, a cidade foco das pesquisas deste trabalho tem tanto quanto outras tantas existentes, as mais distintas faces e fontes de análise. Selecionou-se a cidade de Araucária, situada na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. Sem querer realizar uma aprofundada descrição sobre ela, vale ressaltar sobre seu cotidiano que ao mesmo tempo em que é agitado com circulação intensa de pessoas e automóveis, também designa estrutura de cidade pacata do interior. Suas ruas e avenidas em constante mudança para atender aos anseios do

progresso emergente, marcada também por sua característica urbano-rural, sua industrialização efervescente e as migrações de que é alvo. Designando a estrutura urbano-rural, se tem dentro do Município a divisão entre o rural, chamado, Quadro Rural, e o urbano, chamado Quadro Urbano. O alvo das análises desta dissertação se centrou no Quadro Urbano, composto por dezoito bairros, dentre os quais se escolheu o bairro Capela Velha, pelo fato de este se situar em área de constantes efervescências industriais e migratórias, gerando polêmicas em seu interior, que foram discutidas nos capítulos que seguem. Enfim, uma cidade que possibilita ao pesquisador diversos olhares, como o da geografia, por exemplo, para a qual as cidades passaram a ser encaradas como importante objeto de estudo a partir do século XX, momento em que passou a ser centro das dinâmicas espaciais. Enquanto objeto de estudo da geografia, as cidades perpassaram os diversos movimentos, recebendo deles suas mais criteriosas análises.

Pensando-se nesta gama de eventos que se mostram ao pesquisador de uma cidade, este trabalho teve por objetivo geral a análise das representações sociais geradas pelas ações do Planejamento Urbano no bairro Capela Velha, Município de Araucária / PR. O bairro Capela Velha possui peculiaridades que incitaram sua análise. Nele existem diversos tipos de condições favoráveis a sustentação de representações sociais. É alvo de inúmeras migrações, se encontra rodeado por indústrias de pequeno, médio e grande porte e possui diversos conflitos de uso¹ em seus limites. Tais conflitos, causados pela proximidade das residências com as indústrias, são acompanhados pelo poder público municipal e pela comunidade. Então, se tem atuantes em sua área atores diferenciados, representados pelo poder e pela prática social. Estes componentes travam relações entre si, relações estas que foram aqui avaliadas com apoio nos estudos de Bourdieu (1996, 2003).

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi a análise do ambiente enquanto algo real e da terminologia ambiental enquanto realidade vivenciada pelos moradores do bairro Capela Velha.

O segundo objetivo específico buscou dar conta da discussão acerca da utilização da Teoria das Representações Sociais em Geografia, colocando o

¹ Como conflito de usos, aqui se entende os confrontos gerados pela proximidade entre as zonas residenciais e industriais quanto à finalidade e uso do espaço urbano. Tais usos são considerados incompatíveis pela Legislação Municipal (Lei nº 584/81). Entretanto, a Lei de Zoneamento os colocou lado a lado e ambos acabam por ter seus direitos atingidos, pois as zonas são limitadas por ruas, dentro do bairro.

conceito de espaço de relações no estudo de caso tomando o cuidado de avaliar as possíveis pertinências entre ambos, visto que os autores têm diferentes posicionamentos, levantando ressalvas em sua utilização.

O terceiro objetivo específico diz respeito à análise das ações do poder público municipal no território municipal, especificamente no bairro Capela Velha. Do mesmo modo o quarto objetivo específico foi pensado, mas para analisar a prática social dos moradores em relação ao bairro, refletindo sobre seus anseios e representações, sobretudo aquelas com origem nas ações legais.

Por fim, o quinto objetivo específico, teve como prerrogativa a avaliação geral dos dados coletados em campo, reunindo as informações a fim de concluir a proposta de estudo limitada pelo objetivo geral.

Com estes objetivos em foco, partiu-se do princípio de que dentro de uma cidade se estabelecem sociedades, que a constroem e transformam de acordo com suas necessidades. Cidades, por sua vez, são estabelecidas em espaços físicos, ou seja, no ambiente. As relações das sociedades com determinados ambientes podem retratar muito acerca de sua aparência e do valor que a ela é atribuído. No decorrer das linhas que formam esta dissertação, a temática foi tratada partindo-se da avaliação temporal das relações entre o planejamento urbano e a sociedade, na intenção de focalizar as ações institucionais tomadas no sentido de planejar e ordenar o território.

Com estes dados em mente, foram consultados para esta empreitada diversos autores, uns referenciados mais enfaticamente, outros menos. Entretanto, todos tiveram sua devida importância no momento de sua utilização. Procedendo desta maneira, foram estabelecidos os parâmetros para o início dos trabalhos, culminando na delimitação dos capítulos que compõem esta dissertação.

O capítulo 1, então, tratou sobre as relações estabelecidas entre a sociedade e o ambiente em que vive, para tanto se procurou analisar a cidade enquanto ambiente, chegando à expressão ambiente urbano. As discussões culminaram noutro ponto avaliado que trata das noções que buscam o entendimento entre o real e a realidade, ou seja, entre o que deveria ser (as Leis e normatizações) e aquilo que realmente é (o que se mostra aos olhos) cruciais para o entendimento das representações sociais. Neste ponto se iniciaram as referências à obra de Serge Moscovici (2007) e sua Teoria das Representações Sociais.

Ainda neste capítulo, foi analisada a trajetória do conceito de Planejamento Urbano de modo geral, enquanto meio de planificar e organizar a cidade. Neste segmento do texto maior enfoque foi dado ao entendimento que se tem dentro do Município de Araucária sobre as funções do Planejamento Urbano enquanto instrumento de gestão pública, pois possibilita ao poder público viabilizar suas ações por meio do que se apresenta como Lei por ele mesmo estabelecida.

No segundo capítulo, foram discutidas e analisadas as fontes teóricas e metodológicas utilizadas. Nele se buscou justificar a escolha da Teoria das Representações Sociais para a análise do fenômeno urbano, bem como encontrar um viés geográfico por meio do qual fosse possível encontrar um elo entre a geografia e a psicologia social. Foram realizadas colocações que dessem sustentação à utilização das representações sociais enquanto instrumento de análise do urbano. Foi discutida a utilização de um conceito de espaço de que pudesse dar conta do contexto simbólico no qual se inseriram as sinalizações também simbólicas encontradas no trabalho de campo. Encontrou-se então, na obra do sociólogo Pierre Bourdieu (2003) o conceito de espaço de relações, fundado nos conceitos de campo e de *habitus*. Embora haja controvérsias entre os estudos do autor e a geografia, se encontrou em seus conceitos argumentos que justificaram sua utilização dentro dos preceitos com os quais se trabalhou nesta pesquisa.

Fazendo uso destes dois autores se pode realizar a estruturação do espaço de relações planejamento urbano x sociedade, que se compõe de elementos baseados nos postulados dos mesmos. Desta forma, se obteve a composição deste espaço por meio da análise da prática social e dos agentes do poder. Então, prática social e poder atuam neste espaço de maneiras distintas, interna e externamente, permitindo que em seu seio se construam representações sociais.

Ainda neste capítulo, se fez uma breve recorrência aos procedimentos seguidos durante o trabalho de pesquisa, bibliográfico e empírico, desenvolvidos, delimitando o tipo de observação e o tipo de pesquisa selecionadas como mais adequados aos propósitos que faziam parte da especificidade deste trabalho.

No capítulo 3, foi iniciado o processo de análise dos dados coletados em campo. Nele foram analisados os documentos de Lei que regem o espaço urbano de Araucária. Tais documentos foram cedidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Município (SMPL). O trabalho de análise dos mesmos teve a intenção de encontrar as normatizações que de algum modo, contribuíssem para

fomentar o conflito de usos ocorrido no bairro, analisando o primeiro dos elementos que formam o espaço de relações planejamento urbano x sociedade, o poder.

Além de documentos escritos, foram analisados também os depoimentos de integrantes das Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. Durante as análises dos dados foram levantados os pontos centrais dos discursos, que se repetiram em ambos os casos, a fim de encontrar e compreender o posicionamento destas Secretarias ou do poder propriamente dito. Durante a análise dos trechos selecionados, foram feitas referências às obras de Moscovici (2007) e de Bourdieu (2003), consolidando os posicionamentos em marcos teóricos e conceituais.

O quarto capítulo teve o propósito de administrar as análises do segundo componente do espaço de relações planejamento urbano x sociedade, a prática social, representada pelas atividades cotidianas dos moradores do bairro e suas opiniões mais íntimas. A análise dos dados coletados com estes indivíduos se contrapôs aos dados levantados durante o capítulo anterior, atingindo o objetivo que se tinha de contrapor os pensamentos, no sentido de identificar o modo como as ações do primeiro, representante do universo reificado (MOSCOVICI, 2007) impactam no cotidiano do segundo, representado pelo universo consensual (MOSCOVICI, 2007), gerando representações sociais mergulhadas num espaço determinado, o espaço de relações, cujo campo se encontra repleto de agentes que desempenham seus papéis de modo a atender satisfatoriamente a si mesmo ou àqueles a quem representam (BOURDIEU, 2003). Também neste capítulo, os trechos dos depoimentos foram fundados em conceitos obtidos junto às fontes teóricas de Moscovici (2007) e de Bourdieu (2003) que muito contribuíram para dar consistência e coerência às discussões, que caminharam no sentido de encontrar os elementos formadores das representações sociais existentes no espaço de relações planejamento urbano x sociedade. Assim, as discussões dos capítulos três e quatro forneceram os elementos necessários à discussão que se desenvolveu no último dos capítulos deste trabalho.

Sendo assim, o capítulo 5, teve a finalidade de unir o que estava até então sendo discutido de maneira fragmentada, ou seja, analisar a essência e a estrutura do espaço de relações planejamento urbano x sociedade, bem como as representações surgidas em seu âmago.

As entrevistas com a população residente e com representantes do setor público geraram figuras criadas com a intenção de melhor elucidar os pontos que receberam maior atenção.

Desta maneira, se procurou encontrar na interpenetração entre o real e a realidade a essência e o conteúdo das representações, levando em conta as orientações colocadas por Sá (1996). Tal essência e conteúdo se concretizaram na estrutura do espaço de relações, que ganhou forma devido à simbologia que carrega implícita em seu interior.

Assim, se concluiu o empreendimento a que se dispôs inicialmente o trabalho de pesquisa aqui apresentado. As análises da estrutura das representações se perfizeram nas análises da estrutura do espaço de relações planejamento urbano x sociedade. Assim, contextos, conceitos e respostas foram encontrados durante o processo de análise final das entrevistas e, de modo organizado e complementar, se condicionaram para realizar o encontro, ou a interpenetração, entre o real e a realidade vivida e presenciada na prática social dos moradores do bairro Capela Velha.

1 ESPAÇO PLANEJADO. ESPAÇO REPRESENTADO

Desde que se organiza em sociedade o homem trava relações de simbiose com o meio em que vive. Tais relações evoluíram e evoluem juntamente com as sociedades e se materializaram em estudos e apontamentos científicos e políticos, dentre os quais tem destaque o Planejamento Urbano, enquanto estratégia de adequação e ordenamento do espaço. Da adaptação ao meio até o advento da pós-modernidade, as relações entre a sociedade e o ambiente que ocupa se transformaram e ganharam *status* diferenciado em cada período histórico-evolutivo. O entendimento do ambiente enquanto *lócus* da morada humana, bem como a usurpação deste pela mesma, conduz ao juízo de valores atribuídos, ou ainda, de valores qualitativos. Neste capítulo introdutório se busca apresentar um panorama geral sobre o ambiente enquanto representação, dando enfoque ao ambiente urbano, objeto desta pesquisa, com seus valores e atribuições qualitativas, enfatizando as questões inerentes ao planejamento do espaço urbano, realizando uma análise dos termos 'ambiente' e 'ambiental', enquanto 'real' e 'realidade', na tentativa de se comutar um espaço simbólico de representação do ambiente urbano existente entre o ambiente (real) e a realidade (ambiental) no espaço urbano delimitado para a pesquisa no Município de Araucária / PR.

1.1 O AMBIENTE URBANO. AMBIENTE?

O urbano traz, imbricado em seu conceito, inúmeras nuances: áreas urbanizadas, altas concentrações populacionais, desenvolvimento industrial acelerado, um estatuto². Além destes aspectos de ordem legal, também merecem atenção as particularidades culturais atuantes no seio da sociedade urbana, ao passo que estas podem ser analisadas sob diferentes dimensões que se interpenetram.

Sendo assim, se pode dizer que o urbano se constitui no ambiente social e culturalmente modificado com o objetivo de servir de palco à morada humana, atendendo suas necessidades gerais. Então, uma cidade, as formas que a

² A referência é ao documento Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01.

caracterizam sobre o espaço geográfico, podem ser chamadas de ambiente urbano. Uma cidade é um ambiente.

Entretanto, quando a expressão 'ambiente' é utilizada, na maioria das vezes, entra no sentido evocativo a noção de natureza 'natural'. Gonçalves (2002) argumenta que muitas vezes no cotidiano da sociedade a natureza é definida como aquilo que se opõe a cultura. Sem querer entrar no mérito das discussões do conceito de natureza, basta salientar a noção de natureza, substituída pelo termo 'ambiente' como um conceito adicionado a palavra 'meio', correspondendo juntos a um lugar específico, com características e seres específicos, que se contrapõe à idéia de cidade, que por sua vez, pode conter estes elementos em lugares predeterminados.

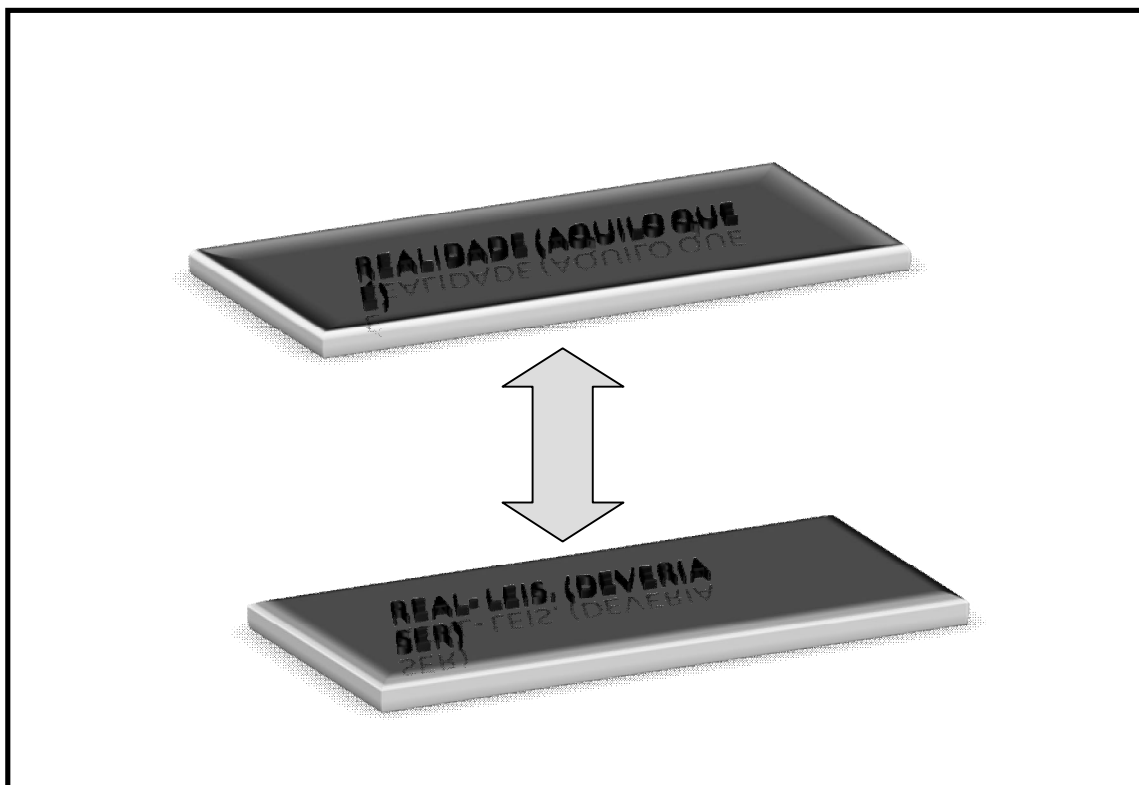
Para a especificidade acerca das discussões das representações do ambiente que se constituem no enredo desta pesquisa, o termo cidade será tratado como 'ambiente urbano', palco das ações e relações do homem. Sendo assim, é passível de receber valores qualitativos por parte daqueles que o habitam. O presente estudo de caso prevê a análise do planejamento urbano por meio das representações sociais do ambiente num cenário organizado pelas ações do poder público municipal, delimitado por usos diferenciados (residencial e industrial) que serão posteriormente especificados. Tais usos definem as características ou os valores qualitativos do ambiente urbano em estudo. Então, pode-se dizer que o ambiente urbano carrega em si um predicado ambiental.

1.2 AMBIENTE REAL. REALIDADE AMBIENTAL

Compreendendo o ambiente urbano como algo real, e a terminologia 'ambiental' como uma realidade, é que se pretende teorizar este subitem. Parte-se do princípio de que o espaço representa aquilo que existe, ou seja, uma realidade, e que as leis de Planejamento Urbano representam aquilo que deveria ser, ou seja, o que é real (ou poderia vir a ser).

Na Figura 1 se procurou ilustrar como se dão as interferências entre o real e a realidade. Na Figura, o real é colocado como base para a realidade, que por sua vez, extrai deste os elementos de que necessita para a constituição de si enquanto materialidade.

FIGURA 1: INTERPENETRAÇÃO: REAL E REALIDADE



Organização: MOURA, N. (2008).

Ao mesmo tempo em que extrai elementos para sua formação daquilo que é real, a realidade também faz com que o real se adapte de alguma maneira às suas necessidades. Deste modo, o real e a realidade se interpenetram, dando origem às representações sociais, que por sua vez se inscrevem em um espaço próprio, formado durante o processo de interpenetração, ao qual aqui é chamado de espaço de relações, a ser discutido posteriormente. O processo de criação das representações no espaço de relações faz com que a realidade se fragmente, se transforme no produto do universo consensual. Moscovici (2007, p. 31) salienta que os homens têm a tendência natural de fragmentar a realidade. Diariamente classifica coisas, pessoas e situações de acordo com os interesses vigentes. Isto faz com que determinados objetos ou fatos fiquem visíveis ou invisíveis dependendo do contexto em que se inserem. Assim, também se podem compreender as relações cotidianas entre homem e meio: elas se mostram dotadas de valores que se manifestam ou que passam despercebidos, dependendo das necessidades e/ou funções por ele exercidas.

O homem sempre busca a compreensão daquilo que o cerca, ou seja, da realidade. Moscovici (2007) afirma que é este fato que o distingue do/no ambiente, já, segundo o mesmo autor, o que distingue o ambiente é o fato deste possuir completa autonomia e independência com relação ao homem, podendo-se mesmo dizer que possua “indiferença com respeito a nós e as nossas necessidades e desejos” (p. 30). Pensando-se assim, a realidade não se circunscreve necessariamente à vontade humana. Entretanto, a realidade do ambiente, ou seja, seu predicado ambiental é percebido pelos indivíduos cotidianamente, tornando-se parte de sua prática social. Assim, sujeita a realidade às suas ações, transformando-a rotineiramente. Para Moscovici (2007, p. 31) “distinguimos a aparência da realidade das coisas, mas nós as distinguimos porque podemos passar da aparência à realidade através de alguma noção ou imagem”.

Deste modo, a aparência de um ambiente demonstra, de certo modo, as necessidades referentes aos usos aos quais se destina, mas sem que, no entanto sua realidade seja visível aos olhos daqueles que a vivenciam. Vê-se aquilo que se quer ver. O ambiente retratado sob este ponto de vista condiz com uma esfera de pensamento real acerca da realidade.

Neste direcionamento, Moscovici (2007) coloca a esfera do pensamento enquanto um ambiente, pois se constitui de uma atmosfera social e cultural, onde as experiências são somadas às realidades predeterminadas por convenções sociais. Então, os pensamentos imaginados, que são as representações sociais, se “constituem em um ambiente real, concreto” (p. 40) uma “realidade *sui generis*” (p. 41).

A compreensão do real e da realidade leva ao entendimento de que “as formas principais de nosso meio ambiente físico e social estão fixas em representações sociais” (MOSCOVICI, 2007, p. 42) quase permanentes que se cristalizam através dos tempos e acabam até mesmo por moldar as pessoas, ainda que estas não percebam.

O Planejamento Urbano é pensado e estruturado com a intenção de organizar o espaço urbano para fins e usos predeterminados. Sendo assim, tem o poder de alterar o uso e o destino dos diferentes espaços de maneira a garantir os interesses sociais e econômicos de uma área. Entretanto, tem também o poder de influenciar, ainda que tal influência passe despercebida, a maneira de viver das pessoas. Para melhor compreensão, se considera oportuna a discussão dos referenciais que

organizam o Planejamento Urbano de modo geral, privilegiando alguns apontamentos dentro do que se entende por Planejamento Urbano no Município de Araucária.

1.2.1 Planejando o espaço urbano. O contexto de Araucária

De modo geral, pode-se dizer que o desenvolvimento urbano acarreta o aumento no número de residentes e também no número de indústrias. Cada um destes necessita, por sua vez, de condições básicas para se manter e se desenvolver. Entretanto, se cada uma das partes escolherem por conta própria o local onde fará suas instalações, a condição urbana corre grandes riscos de se tornar caótica, além dos danos que podem ser causados ao ambiente. Na intenção de garantir a ocupação ordenada do espaço e de diminuir os danos ao ambiente urbano entra em cena uma das tarefas do Planejamento Urbano: a elaboração das Leis de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, que visam promover uma melhor adequação do espaço urbano.

O Planejamento Urbano está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182 que prevê como sua meta e função “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. (BRASIL, 1988, art. 182). Além das funções sociais, deve-se também levar em conta os aspectos naturais, pois o ambiente físico se constitui no alvo e no processo do zoneamento, neste sentido o planejamento urbano deve resultar, portanto, na conservação dos recursos naturais, entendidos como o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio em níveis aceitáveis (MOTA, 1999).

Ainda segundo MOTA (1999) as normas do planejamento e uso do solo são normalmente elaboradas para: (1) definir e manter determinados usos do solo de acordo com as metas e valores públicos; (2) limitar os usos que são incompatíveis com os processos ecológicos do solo. Desta maneira o Planejamento Urbano resulta em Leis de Zoneamento que têm por meta especificar as exatas localizações, em uma região, onde determinados usos do solo são aceitáveis, definindo parâmetros para tais ocupações.

O Planejamento Urbano, de acordo com Mota (1999) deve seguir alguns instrumentos básicos para que sua fidedignidade seja garantida. Dentre tais instrumentos, o autor cita como principais:

1. A Lei Orgânica Municipal;
2. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU);
3. O Plano Plurianual;
4. As Diretrizes Orçamentárias;
5. Os Orçamentos Anuais.

Os dois primeiros itens são exigidos para cidades com mais de vinte mil habitantes, conforme descreve a Constituição Federal (C. F.) de 1988 (item VIII, art. 30), competindo aos municípios adequar o ordenamento de seu território, tendo como base o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação de seu solo urbano. O Plano Diretor se constitui no elemento “básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (MOTA, 1999, p. 25). Este documento deve descrever e legitimar todas as funções e condições que uma cidade deve ter para garantir o bem-estar de seus habitantes, devendo ser continuamente revisto pelo setor competente e pela população. Os demais são de ordem orçamentária e não geram interesse para a temática retratada.

Em resumo pode-se dizer então, que o zoneamento urbano pode ser entendido como a divisão do espaço da cidade em zonas que devem obedecer ora a usos, ora a parâmetros de construção diferentes, ou mesmo à combinação de usos e parâmetros diferentes, segundo uma lei municipal de ocupação do solo. O zoneamento possui conceitos jurídicos e técnicos diferentes, mas um fim específico: delimitar geograficamente áreas territoriais com o objetivo de estabelecer regimes especiais de uso do solo urbano. Tal delimitação implica no uso controlado do solo, isto é, o proprietário só poderá usar sua terra da maneira que lhe convier, desde que respeite os interesses coletivos, como a função social e a conservação do meio ambiente. Trata-se de controle estatal capaz de ordenar o interesse privado e a evolução econômica com os interesses e direitos ambientais e sociais. Dito de outra maneira, o zoneamento entendido como parte do processo de Planejamento Urbano tem a finalidade de organizar o espaço citadino, diferenciando zonas em acordo com os fins aos quais se destinam. Entretanto, a divisão em zonas pode também trazer conflitos socioculturais, pois sendo entendida desta maneira demonstra ter a possibilidade de atuar como fator de segregação social e cultural. Embora seja este

um fato instigante, no momento não será prolongada sua discussão para que os objetivos fundamentais da proposta de trabalho sejam garantidos e seu foco não se disperse.

Então, focalizando as atenções sobre o Planejamento Urbano e centrando os interesses no Município de Araucária, é conveniente descrever como seus dirigentes encaram a elaboração de tão importante lei, uma vez que esta consiste em seu 'auto-retrato', pois delimita e define seu modo de encarar e agir com o espaço urbano que lhe diz respeito. No entanto, se entende que para que o leitor compreenda o contexto do município em questão, é necessário que conheça um pouco mais sobre a evolução histórica e econômica do mesmo para que o situe no tempo e no espaço dentro da evolução do país e do Estado do Paraná. Neste sentido, segue um reporte aos aspectos de maior interesse para a presente abordagem, sobre a evolução e desenvolvimento de Araucária.

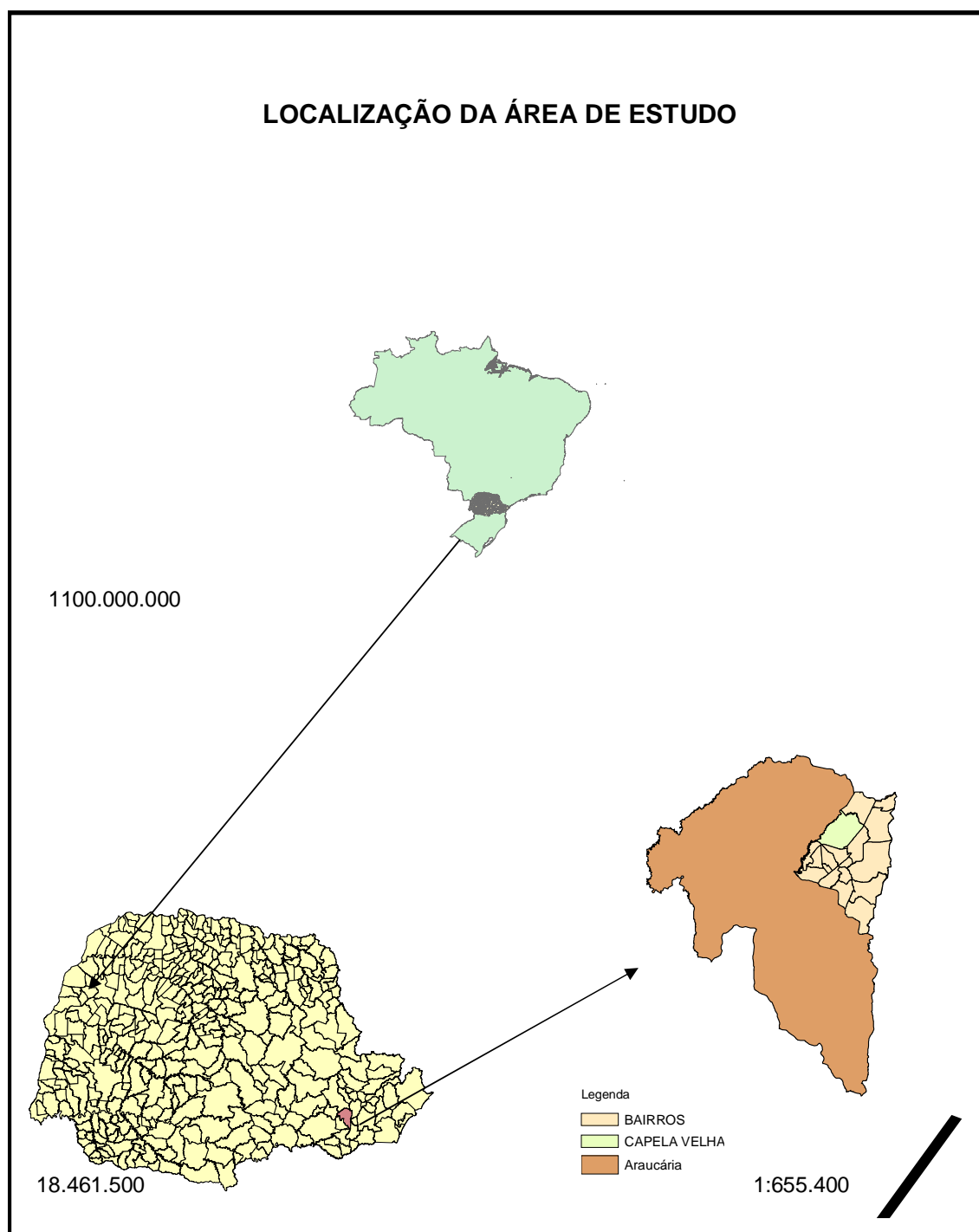
Situado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no Primeiro Planalto Paranaense, ocupa uma área de 460,85 km², na altitude de 857 m acima do nível do mar (MAPA 1). A região onde se situa o Município de Araucária era ocupada por índios da tribo dos tingüis. Com o descobrimento de ouro de aluvião, muitos interessados em garimpar se instalaram na região próxima ao rio Iguaçu, local onde foi instalado um pequeno porto de canoas conhecido como Passo das Laranjeiras. A partir de então, o aglomerado de pessoas foi ganhando forma. A região era passagem obrigatória aos que iam de Curitiba até a Lapa, fato explorado pelos habitantes para vender sua pequena produção agrícola excedente, o que acarretou um pequeno desenvolvimento econômico aos moradores (ARAUCÁRIA, 2003).

A criação do Município deve-se ao encaminhamento feito pelo Major Sezino Pereira de Souza que à época era o chefe político da região. Tal documento foi redigido pelo Dr. Victor do Amaral, em formato de abaixoassinado ao então Governador do Estado José Marques Guimarães, solicitando que a chamada Freguezia do Iguassú saísse da condição de curato em relação ao Município de Curitiba e passasse a categoria de Vila, para que em seguida fosse criado o Município.

Deste modo, por meio do Decreto Estadual nº 40, de 11 de fevereiro de 1890, foi criado o Município de Araucária, cujo nome foi sugerido pelo Dr. Victor do Amaral. A partir da segunda metade do século XIX, teve início a corrente imigratória no Município. Primeiramente foram os poloneses seguidos pelos alemães, italianos e

ucranianos que deram a região um surto de progresso. Na década de 1950, foi alvo da imigração japonesa, porém em menor escala. A presença dos imigrantes

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: SMPL.

Elaboração: MOURA, N. (2008).

modificou a paisagem da região e trouxe grande desenvolvimento ao setor agrícola.

O crescimento econômico proporcionou a abertura de mercado para outras fontes geradoras de emprego para a população como as olarias, cerâmicas, moinhos, fábrica de palhões, molho de tomate, entre outras.

O desenvolvimento econômico do Município se deu com maior ênfase durante a década de 1970, assim, como também o foi em todo o Estado do Paraná, devido à vinda de indústrias, sobretudo as do complexo metal-mecânico concentradas em Curitiba. Tal fato grou um surto de desenvolvimento ao setor industrial que possui características diferenciadas e inovadoras em relação aos movimentos anteriores que tinha características locais. Segundo Firkowski (2001, p. 25) tal diferenciação se deve ao foco de tais empreendimentos uma vez que estes se originaram no sentido de atender a outros mercados (nacionais e internacionais), com controle acionário externo, esvaindo-se da estrutura local que possuía outrora.

A evolução econômica do Município se deu em três fases. A primeira no início do século XX, estimulada pelo consumo interno do Município. Eram olarias, serrarias, cervejarias, engenhos de mate e fábricas de barricas, utilizadas para o transporte do mate beneficiado. A segunda fase se constitui pela produção de tecido de linho, pela fábrica São Manoel, filial em Araucária da matriz de São Paulo, a São Patrício. A terceira e grande fase, se deu com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, pela Petróleo Brasileiro. Este fato provocou a organização e implementação do Centro Industrial de Araucária (CIAR), ocasionando rápida industrialização (ARAUCÁRIA, 1999, p. 21).

Em 1972, com a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas e em 1973, com a criação do Centro Industrial de Araucária (CIAR), ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão do quadro populacional (TABELA 1), econômico e social do Município, momento em que a população urbana passou a superar a rural, motivada pela vinda de um contingente populacional de vários pontos do país e a economia que se baseava na agricultura e pecuária passou a ser predominantemente industrial / urbana (ARAUCÁRIA, 2003).

Araucária é um município que possui atuação recente dentro do contexto econômico do Estado do Paraná. Sua evolução e desenvolvimento estão marcados por sua também recente industrialização. Faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, no qual tem destaque considerável de economia e desenvolvimento. Possui pólo industrial organizado e estruturado por sua Lei de

Zoneamento Urbano, sediando indústrias do setor agrícola, devido à fonte de matéria-prima de seu meio rural, e petroquímicas devido ao fato de sediar a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, REPAR, desde o final dos anos 1970, fato que impulsionou o desenvolvimento econômico do Município, além de outras de diferentes setores. (ARAUCÁRIA, 2003).

TABELA 1: INVERSÃO DO QUADRO POPULACIONAL URBANO RURAL DE ARAUCÁRIA

População	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	5.473	27.128	54.074	68.648	86.111
Rural	11.664	7.671	7.693	8.036	8.147
Município	17.177	34.799	61.797	76.684	94.258

FONTE: IBGE, 2000.

Organização: MOURA, N. (2008)

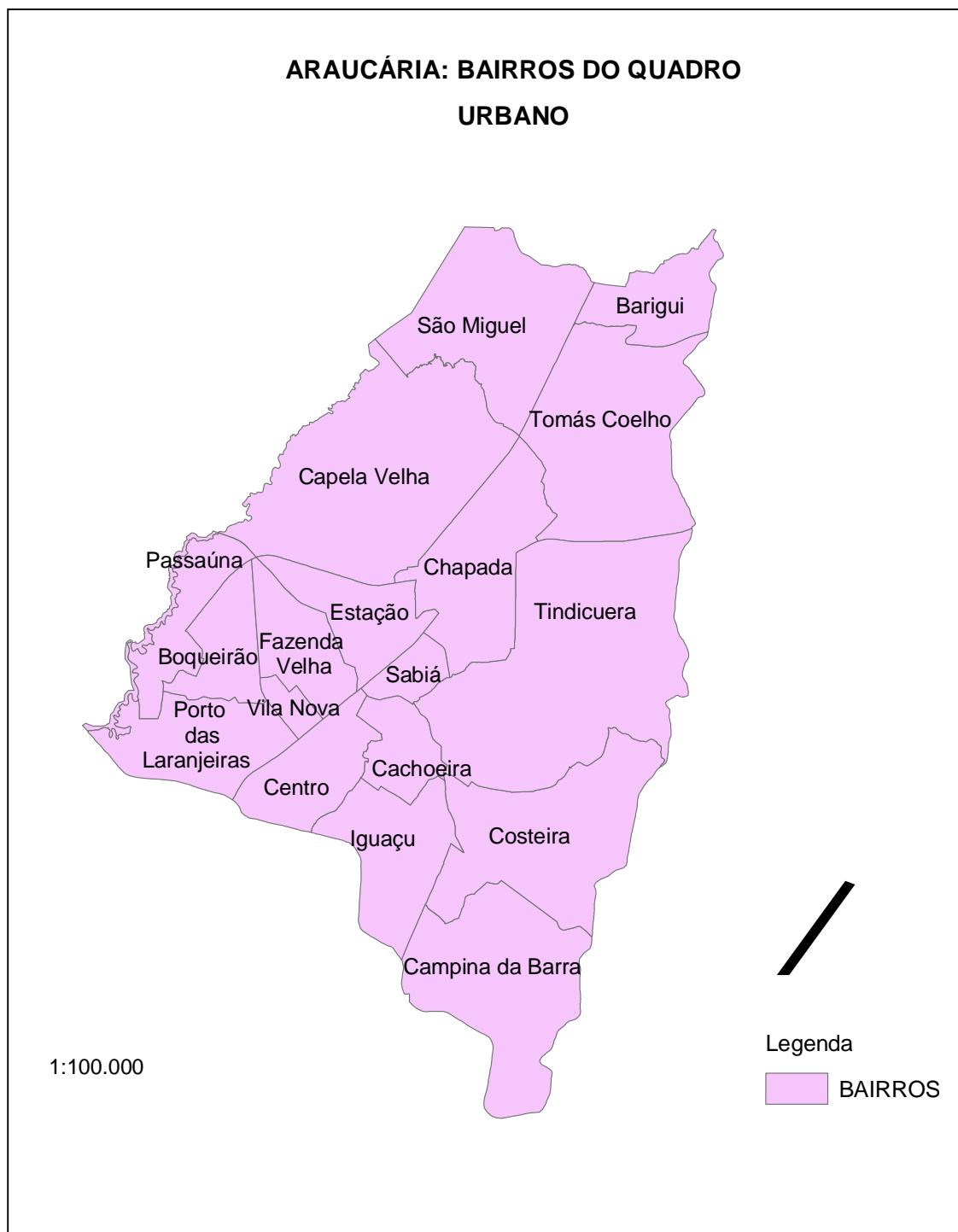
A população atual é formada pelos descendentes dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros), por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões do país e do Estado, atraídos pela industrialização crescente, do final da década de 70 (ARAUCÁRIA, 2003). Araucária continua sendo alvo de migrações. Os migrantes que a ela se encaminham, são atraídos pelas possibilidades de emprego geradas, sobretudo, pelas chamadas “paradas³” da Petrobrás, que ocorrem a cada período de cinco anos.

A área do Município está dividida em dois segmentos: um rural e um urbano. O Quadro Urbano do Município de Araucária é composto por dezoito bairros, como mostrado no Mapa 2. Abrangendo uma área de 84 km², correspondendo a 18,23% do total. Mesmo assim, a maioria de sua população reside na área urbana, cerca de 91%, de um de total de 115.849 habitantes na contagem da população estimada para o ano de 2008 (IBGE, 2008⁴). Já o Quadro Rural conta com área de 376,85 Km² correspondendo a 81,77% do total, para um percentual de 9% da população.

³ Denominam-se “paradas” os períodos em que a refinaria interrompe parte de suas funções (maquinários) para que sejam feitas reformas, ampliações e revisões. Tais procedimentos são planejados pela refinaria com antecedência e ocorrem a cada período de mais ou menos cinco anos.

⁴ Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/10/2008.

MAPA 2: ARAUCÁRIA: QUADRO URBANO MUNICIPAL

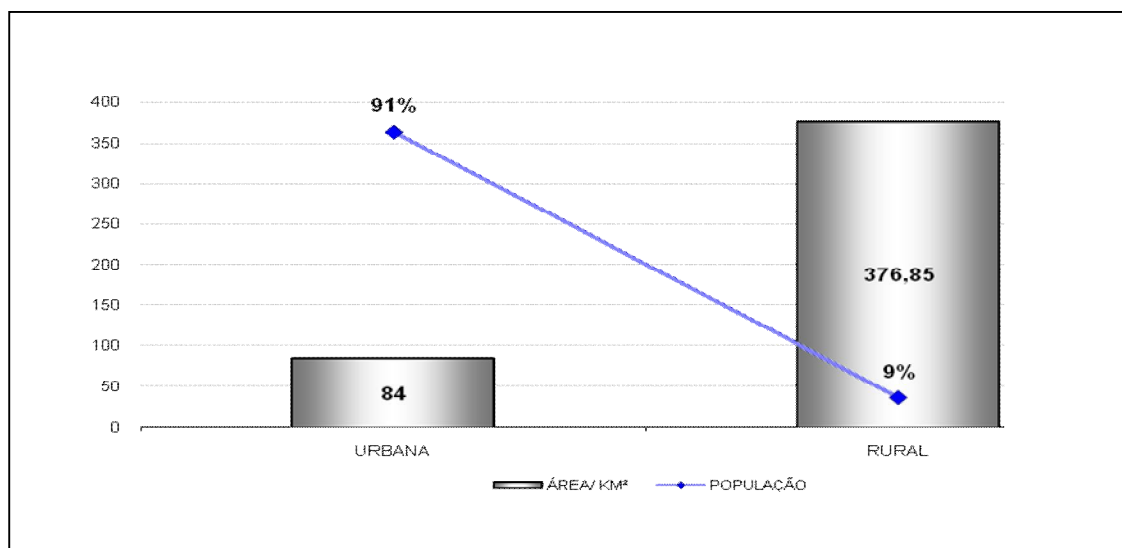


Fonte: SMPL.

Elaboração: MOURA, N. (2008).

O Gráfico 1 demonstra a relação população x área dentro do Município, nele se observar a inversão entre a extensão de terras e a densidade populacional.

GRÁFICO 1: RELAÇÃO POPULAÇÃO X ÁREA – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: Araucária em dados. Disponível em <www.araucaria.pr.gov.br> Acesso em 25/10/08. Organização: MOURA, N. (2008).

Com base nos dados gerais de sua história e de sua evolução econômico – social, pode-se partir rumo às considerações sobre seu entendimento quanto ao Planejamento Urbano e suas atribuições.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, o Município de Araucária tem elaborado seu Plano Diretor (P. D.), que contém determinações que garantem a aplicação e consolidação de metas de planejamento urbano, bem como de zoneamento, uso e ocupação do solo.

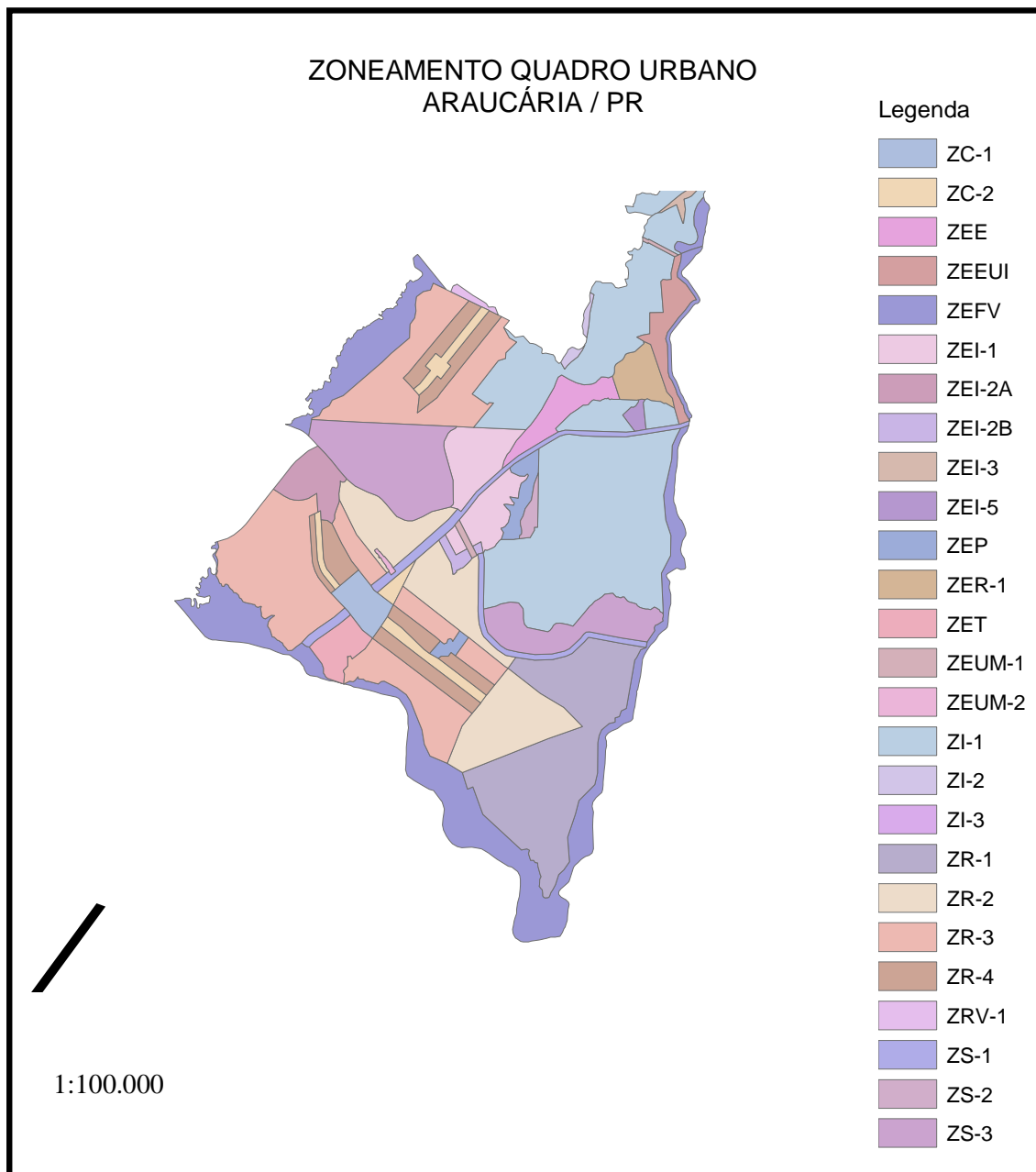
Segundo este documento, o “Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município, abrange a totalidade do território municipal e integra o processo de planejamento [...]” (art. 2º, Lei 005/2006) Para tanto, a política urbana municipal estabelece três princípios por ela considerados fundamentais (art. 5º), sendo:

- I- Função social da cidade e da propriedade;
- II- Sustentabilidade e preservação do patrimônio sócio-ambiental;
- II- Gestão democrática.

De acordo com o artigo 6º da referida Lei a função social corresponde ao direito à cidade para todos os seus cidadãos, que compreende os direitos à terra, moradia, saneamento ambiental, meio ambiente, infra-estrutura, serviços públicos, educação, saúde, segurança pública, transporte coletivo, mobilidade urbana e acessibilidade, trabalho, cultura, lazer e informação, nas áreas urbana e rural, cabendo à política de desenvolvimento municipal ordenar o pleno desenvolvimento e uso social justo, “ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar equânime de seus habitantes”. (ARAUCÁRIA, 2006, art. 12). A função social da propriedade é cumprida quando a função social da cidade também o for, e isto ocorre na medida em que seja utilizada para: I- habitação, especialmente as de interesse social; II- atividades econômicas geradoras de emprego e renda; III- proteção ao meio ambiente; e IV- preservação do patrimônio cultural. Além destes a propriedade deve atender simultaneamente os quesitos: I- intensidade de uso adequado à disponibilidade de infra-estrutura, de equipamentos e de serviços; II- uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio local; III- aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e vizinhança; IV- utilização adequada do terreno. (ARAUCÁRIA, 2006, art. 7º e 8º). Cabendo estas normatizações serem garantidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Neste sentido, se faz referência ao que a Lei 584/81 em seu artigo 2º argumenta sobre o que se entende no Município como sendo a função do zoneamento urbano contido em seu Planejamento. Para o Poder Público Municipal o zoneamento urbano é entendido como “[...] a divisão do município em zonas de usos diferentes segundo sua precípua destinação” (Lei 584/81, art. 2º). A Lei citada é anterior à C. F. (Constituição Federal). Entretanto, encontra-se em consonância com a mesma. Visto desta maneira, se pode verificar o entendimento do zoneamento enquanto um instrumento que tem por finalidade a divisão do espaço em zonas delimitadas nas quais se tem usos predeterminados de maneira a garantir o bem-estar público e social, além dos fatores econômicos implícitos como a industrialização. O zoneamento urbano em vigência encontra-se exemplificado no Mapa 3.

MAPA 3: ZONEAMENTO URBANO – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: SMPL.
Elaboração: Neide de MOURA, 2008.

Sendo assim, se pretende argumentar a favor da utilização da Teoria das Representações Sociais como ferramenta de análise do espaço urbano, pois caracteriza uma alternativa viável ao entendimento do Planejamento Urbano, uma vez que se podem verificar as normatizações e as percepções imagéticas como reflexos das ações do poder legal na vida cotidiana, contribuindo, desta maneira,

para melhorar e avaliar tais ações. Neste direcionamento é que se organiza o Capítulo II deste trabalho: justificar e validar a utilização das representações sociais na especificidade desta dissertação: a análise das representações do ambiente geradas pela ação do Planejamento Urbano no Município de Araucária / PR.

2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O URBANO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Compreender uma cidade em seus contínuos e descontínuos se constitui em tarefa instigante para a qual se dedicam diversos campos do conhecimento, uma vez que se constitui em inúmeros modos e meios de vida, que por sua vez, compreendem diferentes modos de ser, agir e entender por parte daqueles que nela residem. As representações sociais se constituem em opção teórico-metodológica promissora para a análise do fenômeno urbano, pois não buscam explicar por meio de generalizações e experimentos, mas sim analisar e compreender as relações existentes por trás daquilo que é diretamente observável, ou seja, busca a imagem por trás da imagem, que se encontra *ancorada* em relações intersubjetivas e *objetivada* na prática social cotidiana dos que nela habitam.

Assim, se busca neste segundo capítulo justificar a escolha da Teoria das Representações Sociais para a análise do espaço urbano e de suas relações culturalmente permeadas, justificando também sua inserção no pensamento geográfico. Para tanto, se faz necessária uma afluência conceitual sobre a Teoria, culminando em sua perspectiva dentro do pensamento geográfico.

2.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ANÁLISE DO URBANO

Analisar a cidade de Araucária e mais especificamente seu Planejamento Urbano é tarefa que inspira a utilização das representações sociais, pois seu processo de urbanização incita polêmicas quanto à adequação do espaço entre os usos residencial e industrial, uma vez que tais usos são distintos e não equivalentes, mas que, no entanto são paralelos, próximos onde um gera implicações ao outro. Sendo assim, as representações sociais criadas neste contexto se constituem no foco de estudo da presente pesquisa e serão discutidas nas linhas que se seguem, mas não sem que antes se façam presentes as considerações epistemológicas acerca das condições e das influências pelas quais passou Serge Moscovici (2007) durante o momento em que produz sua obra.

A vida de Moscovici tem histórico marcado por turbulências e mudanças que culminaram em sua inserção nos estudos em psicologia. Oriundo de família judia sofreu com o período da Segunda Guerra Mundial, chegando a ser preso em um

campo de trabalho, do qual foi libertado em 1944. Durante os anos em que esteve preso, estudou por conta própria francês e filosofia. Foi filiado ao partido comunista romeno durante este período. Tempos depois, após viajar por alguns países dentro da Europa e durante o período da invasão soviética, Moscovici se desilude com o partido comunista e acaba se recusando a se filiar em um. A partir deste momento, começa a auxiliar fugitivos a cruzarem a fronteira para a França, o que ele mesmo o faz no ano de 1948. Em Paris, inicia seus estudos em psicologia. Em 1961, publica sua tese *La psychanalyse, son image, son public*. Neste período ingressa como professor universitário em Genebra.

Os estudos de Moscovici sobre as representações sociais têm marco teórico nas colocações de Émile Durkheim. As quais foram amplamente discutidas pelo autor para que suas idéias se formalizassem, mesmo que antagonicamente aos enunciados de Durkheim.

Sendo assim, a noção de representações sociais tem sua origem na visão durkheimiana de simbolismo social. Procurando identificar os processos constituintes das produções mentais sociais, Durkheim (1912, 1978 *apud* SÁ, 1993) se refere a elementos de “idealizações coletivas”. Efetivamente, seu objeto imediato se refere às representações individuais. Procurando comprovar a realidade e a autonomia dos fenômenos psíquicos e assim, combater a idéia de uma origem mecanicista e linear dos fenômenos da subjetividade _ o biologismo, o fisiologismo social _ Durkheim refutou toda concepção organicista da consciência. O que se chamava então, de vida mental e, portanto, as representações teriam, a seu ver, uma total independência do substrato bioneurológico, tese cujas conclusões apontaram para a dimensão social das idealizações, ou seja, para a independência biológica das representações coletivas.

Em relação à sociologia de Durkheim, Sá (1993) aponta que nesta perspectiva “a sociedade é uma realidade *sui generis*” (p. 21) e as representações coletivas, que exprimem a realidade, “são fatos sociais, coisas, reais por elas mesmas” (p. 21). Ainda citando Durkheim, Sá (1993) coloca que para o autor as representações coletivas

[...] são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber (SÁ, 1993, p. 21).

A escola durkheimiana marcou-se pela exploração das subjetividades sociais, influenciando em diversos outros movimentos intelectuais, dentre os quais a *Ecole des Annales*, os estudos do desenvolvimento cognitivo empreendido por Piaget e seus sucessores, o interacionismo simbólico de Levy Bruhl e o estruturalismo, dentre outros. O caminho aberto por Durkheim, assim, desdobrou-se em explorações diversas e mesmo antagônicas, quase todas desenvolvendo algum conceito equivalente ao de representação social.

Deste contexto surgiram as características básicas do conceito de representações coletivas dentro das quais os indivíduos são ao mesmo tempo portadores e usuários das representações, sem, no entanto, se reduzirem a um conjunto de representações individuais.

A noção de representação aqui tematizada dialoga igualmente com essa tradição. Moscovici explorou o conceito durkheimiano, elaborando, com sua obra de 1961, um marco teórico e metodológico referencial para os estudos do fenômeno. Sinteticamente, pode-se dizer que o estudo das representações sociais, a partir desse marco, se interessa pelas regras que regem os pensamentos coletivos e, portanto, a subjetividade manifesta. O campo aberto por esse interesse volta-se para as visões de mundo, para os espíritos do tempo, para o senso comum, para os consensos e estereótipos, crenças e preconceitos, para o pensamento banal, para o cotidiano. Ou seja, para sistemas de saberes práticos. Em acréscimo, Moscovici (2007) insiste na especificidade do fenômeno nas sociedades contemporâneas, marcadas pela intensidade e fluidez das trocas simbólicas pela via dos atuais aparelhos midiáticos.

As proposições de Durkheim se mostravam suficientes para a análise das sociedades da época em que foram propostas. No entanto, para as sociedades contemporâneas a proposta de Durkheim não se fazia suficiente, pelo fato destas apresentarem grande diversidade de fenômenos não previstos nos pensamentos do autor. Moscovici (2007) esclarece as diferenças entre as representações atendidas em Durkheim e as representações pelas quais se interessa, salientando que seus interesses estão focados em sociedades atuais e não em suas reminiscências, em sociedades que ainda não tiveram tempo de se transformarem no substrato a qualquer cultura e não as de remotas épocas. São sociedades contemporâneas em sua política, sua ciência e suas características humanas, que continuam a crescer

heterogêneas e flutuantes nos sistemas unificadores (ciência, religião, ideologia), mudando e se transformando continuamente para que tenham a chance de penetrar na vida cotidiana e passar a fazer parte da realidade.

No contexto destes posicionamentos se constrói o conceito de Representações Sociais, numa tentativa de dar conta desta nova gama de fenômenos, afastando-se aí da sociologia e construindo um espaço psicossociológico próprio (SÁ, 1993). A construção de tais espaços exprime o que Moscovici (2007) afirma serem as representações sociais, colocadas como conjuntos de conceitos, afirmações e explicações que devem ser considerados como “teorias” do senso comum.

Moscovici (2007) ressalta que os indivíduos percebem o mundo como ele é e que tais percepções, idéias e atribuições são respostas aos estímulos recebidos do ambiente em que vivem. Torna-se pertinente então, a idéia de que as condições do ambiente se constituem em solo fértil para o surgimento de representações sociais.

Dentro destas sinalizações, se procurou situar o Município de Araucária, que teve seu desenvolvimento e urbanização impulsionados tardiamente, levando-se em conta sua proximidade com a capital do Estado. Pode-se dizer que a mola propulsora para o desenvolvimento industrial de Araucária foi a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR). Sua instalação acarretou um fluxo migratório expressivo e a saída do Município de uma condição rural para uma condição urbana de maneira quase que abrupta. Seu mundo de relações e a construção de representações a seu respeito cresceram e instigaram centenas de pessoas afoitas por condições melhores de vida a mudarem-se para a cidade.

Com sua condição industrial firmada, Araucária passa a ter o *status* de ambiente urbano imbricado em seu nome. Juntamente com os benefícios trazidos por seu desenvolvimento econômico, também veio a necessidade de se pensar em normatizações que passassem a ordenar seu espaço. A preocupação com o Planejamento urbano se fez presente e se materializou sob a forma da Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 584/81) discutida anteriormente.

Moscovici (2007) chama estas normatizações colocadas cotidianamente aos indivíduos de universos reificados. Tais universos estão repletos de saberes e normas advindos do conhecimento erudito. No interior deste universo a sociedade “é vista como um sistema de diferentes papéis e classes” (p. 51) no qual os membros são desiguais e para atuar neste universo é necessário possuir mérito para tal, ou

seja, o saber institucionalizado cientificamente. Estes saberes são colocados aos indivíduos como algo novo e desconhecido. Motivando a criação de representações sociais.

Para que tais representações se consolidem é imperativo que se concretizem na prática social, ou seja, que passem a fazer parte das conversas de bares e botequins, nos churrascos de fim de semana, nos clubes, nas mais diversas situações informais do dia-a-dia. Estas situações fazem com que o saber erudito sofra uma distorção, são os universos consensuais, nos quais os indivíduos são livres para expressarem suas opiniões e tirarem suas próprias conclusões. Moscovici (2007, p. 54) argumenta que “os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se a salvo”. Mostrar sua capacidade de defender pontos de vista e de demonstrar seus conhecimentos sobre determinados assuntos, utilizando-se de seu repertório de imagens e conceitos. Neste universo, é que ocorre a criação de representações sociais.

Convive-se com um turbilhão de informações que chegam sob as mais diversas fontes. As inovações tecnológicas inundam o pensamento das pessoas mesmo que nem todas elas possam usufruir de seus benefícios, estas inovações acabam por moldar o comportamento, os hábitos e costumes lentamente em função dos acontecimentos. O mundo contemporâneo incita os indivíduos a buscarem informações e capacidade intelectual que lhes tornem capazes de compreender as novidades trazidas pelo advento da tecnologia e para que num momento subsequente possam passar adiante as informações que adquiriram. Tal repasse se dá nas situações cotidianas que buscam *ancorar* os novos conhecimentos em informações anteriores. Agindo desta maneira o indivíduo se sente seguro em emitir suas opiniões, fato que lhe é permitido no âmago dos universos consensuais nos quais “todos querem se sentir em casa” (MOSCOVICI, 2007, p. 54).

Neste sentido, as informações advindas do universo reificado acabam por se constituir em ingredientes para a elaboração das representações, pois as pessoas procuram comentar sobre as situações das quais têm algum conhecimento e formalizar seus comentários com base em situações passadas que de algum modo complementam suas opiniões. Então, o saber erudito passa a fazer parte do consenso popular, tornando *familiar* aquilo que antes era tido como *não-familiar*. Desta maneira, as representações cumprem sua finalidade: “tornar familiar algo não-familiar ou a própria não-familiaridade” (op. cit).

Nas conversas cotidianas ocorridas no âmbito da prática social são utilizadas temáticas sobre as quais as pessoas têm alguma vivência. Reportando-se à temática da qual trata a especificidade deste trabalho de pesquisa, se pode argumentar que as pessoas irão falar sobre a vivência que têm de um determinado fato, problemático ou não, que ocorra nas proximidades do bairro. Então, se pode dizer que as pessoas falam sobre aquilo que têm algum conhecimento, ou seja, aquilo que lhes é *familiar*.

No entanto, vez ou outra, novos conceitos passam a emergir de fontes diferentes e iniciam uma trajetória de circulação nos universos consensuais. Estes conceitos devem corroborar com as tradições, acrescentando mais do que as contradizendo, de modo a não ferir demasiadamente a integridade do antigo, surgindo então, novas representações. Moscovici (2007, p. 54-55) coloca que sempre é esperado que as situações se repitam e que “a mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite o murchar do diálogo, sob o peso da repetição”.

Quando se deparam com algo que não faz parte de sua prática social, as pessoas se vêm alarmadas pela presença de ‘um corpo estranho’ em seu universo, algo que possui a característica de não concreto em sua práxis e que em um dado momento é colocado ao alcance dos olhos, constituindo o que Moscovici (2007) classifica como *não-familiar*, característico de funções imaginadas que se transformam em reais, ou nas palavras do autor, a não-familiaridade denota “a presença real de algo ausente” (p. 56).

Cotidianamente, as pessoas se deparam com elementos não-familiares (como exemplo para a especificidade em questão, se pode citar a instalação de uma caldeira numa empresa vizinha ao bairro que foi lembrada por muitos dos entrevistados e que será retratada subseqüentemente) para os quais buscam um enquadramento que o transforme em algo com dimensões concretas, palpáveis. Moscovici (2007) classifica estes processos como mecanismos de “pensamento baseados na memória e em conclusões passadas” os denominando como ancoragem e objetivação (p. 60).

Quando o contexto é perseguido, o trabalho do pensamento se dá pela busca de imagens comuns, ocorridas no passado, procura-se *ancorar* o não-familiar em algo familiar. Este, segundo Moscovici (2007), é o primeiro dos mecanismos, que

busca por meio da comparação, ancorar os pensamentos para que estes não fiquem como barcos à deriva no oceano.

Voltando ao exemplo da especificidade retratada, pode-se dizer que as pessoas irão procurar subsídios que possibilitem a *ancoragem* da situação perturbadora à qual estão sendo expostas, em algum acontecimento passado, ou seja, em algo familiar, criando um contexto para que o não-familiar se acomode e passe a se integrar na prática social. A nova situação passará, então, a fazer parte da rotina.

Moscovici (2007, p. 61) destaca que por meio da ancoragem as coisas ganham nomes e são classificadas. Desta maneira, aquilo que era estranho e ameaçador ganha um aporte que lhe garante aceitação, passando da condição de completa estranheza para uma situação de aconchego, baseada em elementos que lhe dão estabilidade.

No momento em que o não-familiar começa a ser reproduzido na esfera cotidiana, entra em ação o segundo dos mecanismos citados por Moscovici (2007): a objetivação. Este mecanismo concretiza o não-familiar unindo-o com a realidade e tornando-se sua "verdadeira "essência" (p. 71). Moscovici (2007) ressalta ainda que este mecanismo é mais atuante que o primeiro.

Reportando-se novamente ao exemplo, se pode dizer que ao ouvir o barulho estrondoso causado pela regulação da nova caldeira, alguém diga que seja a "fábrica", então, o barulho passa a ser objetivado na forma da fábrica. Deste modo, tem-se uma comparação seguida de uma representação, que enche "o que estava naturalmente vazio" preenchendo-o de substância (MOSCOVICI, 2007, p. 72).

Moscovici (2007) salienta que a objetivação permite a reprodução de algo imaginário em algo estruturado, ou seja, a objetivação consiste em uma "operação imaginante e estruturante pela qual se dá forma específica" a um objeto (SÁ, 2002, p. 47). Mas isso, não quer dizer que estas representações se tornam estanques pelo fato de se basearem em idéias preexistentes. Elas podem perfeitamente se modificar e se alterar por meio da incorporação do novo. Destarte, a força das representações pode ser avaliada pela sua capacidade em controlar a realidade atual através da antiga, mantendo-se contínua, mesmo que sob outra aparência, "surgindo e ressurgindo de tempos em tempos" (MOSCOVICI, 2007. p. 38). Desta maneira as pessoas utilizam seu estoque de palavras e de imagens a fim de objetivar os novos conceitos a que são expostas, unindo o conceito a uma imagem.

Entretanto, nem todas as palavras possuem uma imagem, uma reprodução numa forma física. Então, os indivíduos são compelidos a agrupar as palavras em torno de um núcleo comum, denominado por Moscovici (2007, p. 72) de “núcleo figurativo” explicado como um “complexo de imagens que se reproduzem visivelmente num complexo de idéias”. Estas imagens expressas pela exterioridade coletiva estão presentes no ambiente e são continuamente modificadas pelos indivíduos de diferentes meios, mas sempre permeados pelas diferentes culturas, para realizar a objetivação daquilo que se apresenta em seu cotidiano. Desta forma, deixam de ser um paradigma desconhecido e se transformam em um conhecido. Depois de aceitos, estes paradigmas, ou núcleo figurativo, passam a carregar em si uma facilidade pertinente às coisas e conceitos familiares e as palavras a ele inerentes passam a ser utilizadas com facilidade também. Então, surgem fórmulas que o sintetizam e inúmeras imagens se aglomeram ao seu redor, passando a se falar sobre ele e também a utilizá-lo como uma forma de compreender aos outros e a si mesmo (MOSCOVICI, 2007. p. 73).

Todos estes elementos, aliados a outros tantos, fazem da Teoria das Representações Sociais um aliado importante nos estudos em Geografia, sobretudo em seu segmento aportado na cultura e nas representações. O urbano, como material de análise, carrega consigo potencial considerável para a criação de representações sociais nos mais diferentes moldes. Moscovici (2007) discorre sobre os diferentes tipos de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos com base em sua Teoria⁵, reunindo-os em quatro blocos diferenciados para os quais se puderam encontrar elementos nas pesquisas de campo realizadas⁶.

Em primeiro lugar coloca o bloco das pesquisas que se preocupam em “obter o material de amostras de conversações normalmente usadas na sociedade” (MOSCOVICI, 2007.p. 89). Os entrevistados situaram seus pensamentos

⁵ Toma-se com base o corpo de pesquisas desenvolvido até a data em que Moscovici escreve a obra “Representações Sociais Investigações em Psicologia Social”.

⁶ As pesquisas serão mais bem detalhadas e avaliadas nos capítulos subseqüentes e neste ponto são citadas como exemplos para o melhor entendimento e associação dos conceitos discutidos e utilizados com a pesquisa empírica realizada.

⁷ A visão supraorgânica de cultura é fundada no conceito de cultura oferecido por Kroeber e Lowie, muito difundido pela Escola de Berkeley. Segundo este conceito, a cultura é o resultado da capacidade que os seres humanos têm de se comunicar, pensar e agir, quando o fazem similarmente podem ser classificados em grupos homogêneos, desta maneira a cultura é colocada como sendo algo exterior ao indivíduo.

procurando dar referências aos mesmos em situações cotidianas que exprimissem suas idéias, buscando concretude em situações vividas, que pudessem ser exemplificadas e compreendidas facilmente por todos. Deste modo, situaram seus pensamentos em fatos rotineiros conhecidos pelos transeuntes do lugar.

O segundo bloco procura “considerar as representações sociais como meios de re-criar a realidade” (op. cit. p. 90). Os entrevistados demonstraram em suas falas, a imagem da realidade por eles compreendida, que se configura muito além do que o simplesmente visto, aquela que se deixa transparecer sem que no entanto, seja notada materialmente, ou seja, uma realidade simbólica, mas sem esquecer-se de ser significativa.

O terceiro bloco adverte que o “caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise e insurreição” (op. cit. p. 91). Ainda que de maneira implícita, pôde-se verificar o descontentamento e a preocupação dos entrevistados com os problemas trazidos pela alta concentração de indústrias no bairro onde moram. Diversas vezes, durante seus depoimentos, deixaram efervescer as situações a que são expostos e as conseqüências que esta problemática pode trazer para a população e para o ambiente.

Por fim, o último dos blocos refere-se aos que salientam que as “as pessoas que elaboram tais representações sejam vistas como algo parecido a professores amadores” (op. cit. p. 92). Em suas colocações, os entrevistados posicionaram-se diversas vezes como “professores amadores”, pois não se acanharam em evidenciar seu conhecimento sobre os temas ambientais e de saúde pública do lugar onde moram. Muitas vezes dando mesmo possibilidades para a correção de tais condutas, demonstrando seu posicionamento frente ao problema, expressando suas opiniões sem se sentirem inferiorizados.

Todos estes apontamentos levam a defesa mais uma vez da utilização das Representações Sociais como ferramenta de análise do fenômeno urbano e, portanto, cabe neste ponto um inventário histórico-temporal acerca da inserção de diferentes metodologias nos estudos em geografia humana, sobretudo em sua abordagem cultural.

2.2 A GEOGRAFIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Durante sua trajetória, a Geografia passou por períodos de crise (onde seus preceitos epistemológicos foram amplamente discutidos) que se configuraram em transformações diversas em suas bases conceituais. A forma de pensar e de fazer Geografia se alterou diversas vezes e continua se alterando. Um destes momentos em particular é de interesse latente para as colocações e argumentações que se tem em mente. Trata-se da crise que culminou com a superação (por muitos) dos ideais da ciência positivista. O período em questão ocorre nos anos 1970, durante os quais, grande parte das ciências se envolve em discussões epistemológicas em torno de pressupostos semelhantes. Neste mesmo período, se desenvolve a renovação da psicologia social, trazida por Moscovici e suas colocações sobre a Teoria das Representações Sociais.

Histórias contemporâneas que se cruzam em dado momento histórico. Será este o ponto nodal das discussões desenvolvidas neste item.

Com reporte às discussões epistemológicas que se deram no decorrer dos anos 1970, é notado que surgiram diversos movimentos de renovação que se opunham ao viés neopositivista que se fazia presente no bojo da Nova Geografia e suas análises quantitativas.

Entretanto, as discussões dos pormenores deste período não cabem nas análises inerentes ao presente trabalho e por este motivo não foram incluídas aqui. O que interessa é o viés da geografia que permite a inserção de novas teorias e correntes, principalmente as advindas de outras áreas do conhecimento. Aqui, se destacou o papel da Nova Geografia Cultural, embutindo o contexto social que permite a utilização dos estudos em psicologia social dentro da geografia. Sendo assim, cabe neste ponto, uma breve retomada sobre a temática cultural nos estudos geográficos.

2.2.1 A abordagem cultural em geografia

O enfoque que a corrente humanista dava ao papel da cultura e, sobretudo, a maneira como encarava os fatos culturais no contexto geográfico, fizeram emergir um novo posicionamento entre os geógrafos simpatizantes de uma abordagem

cultural em geografia. Este movimento ficou conhecido como a Nova Geografia Cultural.

Na especificidade que cabe ao trabalho em questão, a importância deste movimento é de grande valia pelo fato de que é ele quem possibilita a inserção de novos métodos advindos de outras áreas do conhecimento, mas desde que discuta e se alie a fundamentos essenciais da geografia.

É no âmbito das transformações tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas que ganham velocidade no período pós II Guerra, quando ocorre o enfraquecimento das diferenciações estritas entre cidade e campo, na enorme complexidade ensejada pelas concentrações e migrações humanas, na velocidade impressa pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes que o diálogo mais perene se fez necessário aos que almejavam uma compreensão mais consistente da realidade social e cultural.

A partir deste momento é que a cultura passa a representar um foco privilegiado de análise, ganhando uma autonomia relativa, cristalizada nas representações. Neste viés é que se concretiza a necessidade iminente da visão cultural em geografia, pois os elementos surgidos durante o desenrolar deste período de transformações e mudanças se traduzem em novos campos de análise, que por sua vez, requerem interpretações específicas, além do fato de que representam dimensões significativas nas relações que os homens estabelecem com o espaço, conceito de grande importância ao campo geográfico. Tais mudanças ganham força maior nas décadas seguintes, quando a ciência geográfica passa novamente por uma crise de paradigmas.

No início dos anos 1980 e, sobretudo nos anos 1990, a geografia cultural passa por uma renovação. Renovação esta que abala e ao mesmo tempo reestrutura sua base filosófica e conceitual. O próprio conceito de cultura é revisto, deixando de ser uma entidade supra-orgânica⁷ ganha força e deixa de ser pré-estabelecido e estanque. Para Cosgrove & Jackson (2003, p. 136) a Nova Geografia Cultural poderia ser definida como: “contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência”. Continuando sua idéia, salientam que a cultura é vista por esta nova geografia

cultural como uma categoria não residual, como um meio pelo qual a mudança social é “experimentada, contestada e constituída”. (op. cit. p. 136)

A Nova Geografia Cultural se mostra como uma opção ao positivismo que predominava até então no âmbito das ciências sociais. Mas sua renovação não surge como uma obra do acaso. Claval (2001, p. 61) aponta três razões para a crise da geografia cultural tradicional: 1- falava-se de cultura, mas não se falava das representações, crenças e opiniões; 2- Os estudos culturais baseados em artefatos perdem sua validade, à medida que as técnicas se desenvolvem fazendo com que os utensílios diminuam em diversidade ou até desapareçam completamente; 3- nas cidades, a diversidade de atividades aumenta e a descrição dos gêneros de vida perde sua credibilidade.

A ciência passa neste período por uma série de modificações epistemológicas e de paradigmas científicos, fazendo com que a ciência tradicional não tenha bases suficientes para a explicação dos fenômenos, o mesmo acontece com a geografia cultural. A cultura adquire caráter mais dinâmico do que tinha para os tradicionais. Percebe-se que ela passa de geração para geração e que se modifica de acordo com as transformações e necessidades das sociedades, acrescentando ou retirando elementos.

Debates científicos incluem epistemologia e método, resultando em uma aproximação entre concepções advindas de outras ciências e também da própria geografia. A partir de então, a geografia se afasta mais ainda dos ideais de uma ciência positivista e se aproxima da pós-modernidade, visão que permite dialogar com teorias e métodos provenientes de outras áreas do conhecimento. Neste sentido, se aponta a conveniência da Teoria das Representações Sociais como uma alternativa de análise ao geográfico, uma vez que este se encontra em constante evolução e ampliação de seus horizontes, dentro dos quais se podem destacar as diferentes práticas sociais geradoras de espaços análogos dentro dos espaços planejados, que muitas vezes emanam a possibilidade de análises pertinentes à geografia, mas que são de difícil operacionalização se utilizados os métodos exclusivos da ciência geográfica. Então, as representações sociais se tornam em importante aliado para a compreensão dos fatos e práticas ocorridas no espaço. Neste sentido é que se defende sua utilização, pois, estão presentes em todas as manifestações da cultura nas sociedades e são capazes de influenciar comportamentos de indivíduos inseridos num mesmo contexto social. Moscovici

(2007) defende a idéia de que as representações são criadas por vários indivíduos e que quando criadas passam a ter vida própria, circulando, se atraindo ou repelindo, dando chance ao nascimento de novas representações enquanto as velhas morrem (p.41). O movimento realizado pelas representações tem a peculiaridade de produzir espaços nos quais exercem poder e influência sobre os indivíduos.

A utilização da Teoria das Representações Sociais numa pesquisa em geografia requer que dentro dela sejam abordados seus temas e garantida sua peculiaridade. Como categoria de análise mais pertinente para a pesquisa em discussão, se destaca o papel fundamental do espaço. Discutir e conceituar esta categoria não se constitui em ponto de interesse para a presente pesquisa. Entretanto, deve-se ressaltar qual a postura que será dada frente ao mesmo, pois segundo Corrêa (1995a) este constitui um dos conceitos-chave dentro da geografia. Como o foco deste trabalho se organiza em elementos intersubjetivos, oriundos do saber popular sobre o ambiente residencial urbano exposto a condições desfavoráveis devido a sua proximidade com áreas industriais, optou-se por um conceito que pudesse dar conta de seus pormenores, ou seja, o espaço que se defende como interino aos preceitos necessários ao entendimento do subjetivo, do intersubjetivo, ou seja, um espaço de relações. Tal espaço se caracteriza nas e pelas relações estabelecidas entre o poder da cidade legal e a prática social do espaço, vivida por aqueles que são atores e ao mesmo tempo platéia para as ações do Planejamento Urbano. Então, este espaço é, sobretudo, um espaço social, ou seja, um espaço no seio do qual se dão as relações sociais.

Explicadas as primeiras intenções do conceito, é fundamental que se tenha agora em foco a temática do espaço de relações que é encontrada nos escritos de Pierre Bourdieu. Para a especificidade deste trabalho, é importante que seja realizada uma retomada contextual acerca do pensamento do autor, para que o mesmo possa ser posteriormente atrelado aos conceitos propostos por Moscovici (2007), buscando uma conexão entre os pensamentos destes autores, no sentido de contribuir para a organização e estruturação da presente proposta. Para tanto, a discussão dos fundamentos epistemológicos que circundam o pensamento de Bourdieu se torna iminente e segue nas próximas linhas.

2.3 O PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

Bourdieu estrutura seu pensamento inserido em um contexto marxista e estruturalista, dentro do qual expõe suas idéias norteadas pelas relações de poder. Tais relações se travam no seio das sociedades que de maneira histórica, concorrem para fazer valer o seu poder, por meio de práticas sociais nem sempre solidárias. Focando o sentido histórico, Bourdieu (2003) acredita que a história só poderia produzir

[...] a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas, tantas vezes impiedosas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada do universo. (p. 73)

Neste contexto, a criação dos universos sociais se dá no confronto entre o poder e as classes sociais, analogamente, entre os universos, consensual e reificado. Dentro dos quais as relações se dão. Neste sentido, o poder é encarado como simbólico (discutido posteriormente) e as classes sociais são tidas como uma estrutura pluralizada e diversa da vista e tematizada por Marx, ou seja, o autor dialoga com um entendimento de classes sociais que se compõem de elementos culturais perpassados pelas relações de poder e de dominação, isto é, de relações legítimas de exploração social.

Bourdieu (2003) entende o poder no âmbito do simbólico, pois acredita que somente este poder é capaz de construir realidades que estabelecem a ordem e a estrutura das sociedades. O simbólico é compreendido pelo autor como um sistema que só pode exercer um poder estruturante porque é estruturado. Neste sentido, coloca que os símbolos são instrumentos da integração social, pois tornam possível o consenso acerca do sentido social do mundo. Assim, o poder simbólico atua em diversas partes, mas sem se saber exatamente onde é seu “centro, que está em toda parte e ao mesmo tempo em parte alguma” (op.cit. p. 9-10). Então, o poder é para o referido autor uma estrutura estruturante e estruturada. Tal característica provém de seu posicionamento marcado pelo viés marxista. Além desta corrente, o autor também dialoga com o estruturalismo, fato que se pode perceber em sua insistência no estudo da análise da estrutura social e seus agentes.

Bourdieu rotulou seu pensamento com a nomenclatura de construtivismo estruturalista. Esta postura consiste em admitir que exista no mundo social

estruturas objetivas que podem dirigir e/ou coagir a ação e a representação. Entretanto, tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e de pensamento, chamados por Bourdieu de *habitus*.

O conceito de *habitus* foi desenvolvido com a intenção de por fim a antinomia indivíduo / sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Bourdieu (2003, p. 61) encontra no conceito de *habitus* o “primado da razão prática” no qual se desdobra “uma visão incorporada, quase postural” que corresponde ao lado “ativo do conhecimento prático que a tradição materialista tinha abandonado”.

O conceito de *habitus* surge com a prerrogativa de ser a chave para conciliar a oposição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais. Assim, é capaz de expressar o diálogo, a troca constante entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Para Setton (p. 4) *habitus* foi concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de “disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes)” adquirido nas e pelas experiências práticas, constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano. Atrelado ao conceito de *habitus* tem-se o conceito de campo que para Bourdieu (2003) se constitui no espaço onde os agentes fixam suas posições e atuam. Para o autor compreender

[...] a gênese social de um campo social e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2003, p. 69).

Desta maneira, o campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam uma determinada área (ORTIZ, 1983⁸ p. 19 *apud* SILVA, 2008). Para Bourdieu (1996) os campos são criados na maioria das vezes, por indivíduos que detém certo grau de importância no ambiente dentro do qual se inserem. Estes indivíduos,

⁸ ORTIZ, R. (org.). A procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, P. **Sociologia**. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi – São Paulo: Ática, 1983. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87silva.htm>> Acesso em: 25/10/2008.

fazendo uso de sua visão de mundo, estabelecem novos conteúdos e novas relações de poder entre os atores. Este procedimento faz com que surjam campos, que por sua vez podem ter diferentes formas (política, econômica, literária, científica, etc.). Os atores se posicionam dentro deste campo e estabelecem relações que vão depender de sua força e valor dentro do grupo, ou seja, do poder detido por ele, poder este que confere maior ou menor legitimidade à suas idéias, posturas, comportamentos e valores. Mas o efeito do discurso não depende apenas do reconhecimento daquele que o detém, depende também do grau de objetividade do anunciador para com a identidade do grupo a que se destina, além das crenças que giram no entorno dos discursos que lhe atribuem os membros como nas propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas. Complementando, Bourdieu (2003, p. 150) salienta que “todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” e dentro deste campo está o *habitus* de cada um dos atores, ou seja, os pontos ocupados por eles dentro do campo, localizando-os e definindo sua posição perante os demais, *habitus* este que se coloca enquanto estruturas internalizadas pelos indivíduos em suas relações cotidianas.

O mundo social pode ser representado sob a forma de um espaço, baseado nos princípios de diferenciação ou de distribuição que se constituem pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social. Na medida em que tais propriedades utilizadas para a construção destes espaços são propriedades atuantes, o espaço pode também ser descrito como um campo de forças, ou seja, como um conjunto de relações de forças objetivas que são impostas a todos aqueles que a ela são expostos, se tornando irredutíveis às ações dos agentes individuais ou mesmo às interações entre diversos agentes (BOURDIEU, 2003, p. 133-134). Assim, o campo social é visto pelo autor como um espaço multidimensional de posições que se definem em função de sistemas de coordenadas, onde os agentes se distribuem e atuam (op. cit. p. 135).

Neste sentido, o campo é o local onde as relações acontecem, ou ainda, um espaço de relações. Para Bourdieu (2003, p. 137) o espaço de relações é tão real quanto o espaço geográfico, ampliando a expansão do indivíduo, permitindo-lhe variar a rede de relações por ele estabelecida. Neste espaço, a presença dos agentes mais chegados nunca é necessária ou fatal e a presença dos mais afastados nunca será impossível. Pode ser construído de diferentes modos, sob

diferentes pontos de vista. O autor faz desta maneira, uma analogia entre o espaço de relações e o espaço geográfico, numa tentativa de dar sustentabilidade ao primeiro, utiliza-se da materialidade investida no segundo.

Neste contexto, outras analogias podem ser extraídas. Bourdieu (2003) coloca as representações sociais como sendo determinadas pelas estruturas de poder (a serem discutidas posteriormente no item 2.5.1) e que a atuação deste poder se dá em espaços próprios constituídos a partir de um campo próprio, sendo por meio destes que a ação social se desenvolve. Já Moscovici (2007) tende a colocar as representações sociais na base da intersubjetividade cotidiana, na oposição dos universos consensuais e reificados. O foco pelo qual se pretende aproximar os dois pensamentos é justamente este. Ambos fazem menção ao reificado (que na particularidade que cabe ao trabalho é representado pelo poder) e a prática social (ou consensual, que aqui é representado pelas ações cotidianas do conflito de usos dentro da temática abordada). As representações sociais de um e de outro operam no plano cotidiano onde a prática se desenvolve e ganha importância, dentro das quais os elementos fundadores são oriundos dos mais diversos meios, dentre os quais se encontra o reificado, com suas normatizações, que uma vez inseridas no consensual são trabalhadas no sentido de se tornarem parte do tradicional, incorporando-se ou *ancorando-se* num passado nem tão remoto para serem *objetivadas* em ações sociais que dão origem as representações sociais, objeto da presente proposta.

A sugestão que se tem dentro destes apontamentos é a de fazer uma aproximação da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007) com o conceito de espaço de relações, proposto por Bourdieu (2003), num jogo metodológico no qual cada um dos autores entra como uma peça, respectivamente: a prática social (expressa pela oposição entre o real e a realidade) e o poder (expresso pelas leis de zoneamento urbano). Entretanto, uma ressalva deve ser feita quanto à utilização metodológica dos pensamentos de Moscovici (2007) e de Bourdieu (2003) em uma mesma análise. A ressalva trata das condições em que cada um escreve sua obra, ou seja, a corrente em que cada um se insere, ou foi inserido. Moscovici (2007) escreve sua obra, fundado ainda que inicialmente, nos conceitos sociológicos de Émile Durkheim (1912), enquanto que Bourdieu (2003) se coloca como estruturalista e se funda nos preceitos de Max Weber e Karl Marx. O cuidado que se julga conveniente se localiza no trato que cada um dos autores dá às

representações sociais, pois um preconiza o ponto de vista consensual e o outro as ações de poder, respectivamente. Como já foi avaliado o ponto de vista de Moscovici (2007) e sua Teoria das Representações Sociais, resta ainda se fazer alguns aportes acerca do entendimento dado por Bourdieu às representações.

Em seu texto *A Força da Representação*, Bourdieu (1996) procura exprimir o sentido dado por ele às representações, mais especificamente, na força que estas têm dentro do espaço de relações no qual se inserem. Fazendo referência à confusão, (por ele entendida como tal) em torno dos conceitos de região e etnia, o autor advoga acerca de seu entendimento sobre o poder que tem as representações.

Compreender a forma como as representações atuam dentro da realidade, sem cair no exagero da oposição entre esta e a representação é uma necessidade que deve ser superada na visão do autor, para que desta maneira surjam condições para que se possam criar imagens e representações do real, presentes na realidade e mesmo sob a “condição de incluir no real a representação do real” (BOURDIEU, 1996, p. 108), ou ainda, a “luta entre representações, quer no sentido de imagens mentais, quer no sentido de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais” (BOURDIEU, 1996, p. 108). Para o autor, deve-se integrar a representação que o indivíduo tem do mundo com as maneiras pelas quais estas representações são criadas, o que constitui o trabalho de representação, que acontece a todo o momento.

As condições do mundo real geram possibilidades ao indivíduo de se destacar perante os outros e de fazer valer a sua vontade, caso os outros o aceitem como portador de tal poder. Dentro do mundo social os indivíduos querem se sentir atuantes e significativos, se sentir diferentes, querem ser vistos e percebidos justamente por serem diferentes. Bourdieu (1996) salienta que neste sentido o “mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 1996, p. 112).

Bourdieu (1996) argumenta que para se fazer a escolha certa no estudo das representações, se deve em primeiro lugar deixar de lado os parâmetros arbitrários do objetivismo, que buscam medir as representações pela realidade, esquecendo que estas podem inclusive fazer acontecer na realidade, e também, o engajamento subjetivista o qual ao privilegiar a representação cria no campo científico falsidades sociológicas nas quais os militantes “passam da representação da realidade à

realidade da representação” (p. 112). Segundo o autor, o que é fundamental e necessário no estudo das representações é a apreensão concomitante do que é instituído e as representações, encarando-os como enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam, isso dá munição para a compreensão mais completa da realidade, portanto, a capacidade de “compreender e prever mais exatamente as potencialidades nela contidas, ou melhor, as possibilidades que ela oferece objetivamente às diferentes pretensões subjetivas” (op. cit.). Neste sentido, o que se pode dizer é que para o autor, é necessário encontrar alternativas que fiquem entre o objetivo e o subjetivo, sem, no entanto, priorizar um ou outro.

Num sentido mais amplo, pode-se dizer que para o autor as representações que os atores sociais possuem contribuem de maneira incisiva para a formação da realidade e os pensamentos científicos buscam sem inocência, aliar as propriedades objetivas e as subjetivas para que os avanços da ciência possam caminhar mais adequadamente. Para o autor, as representações que os agentes sociais possuem contribuem para a realidade. Quando pesquisadores tentam medir a força das representações e se utilizam para tal feito de elementos que os tornam “juizes de todos os juízos” (BOURDIEU, 1996, p. 114) acabam impedidos de apreender a lógica das representações no lugar em que atuam, Bourdieu (1996, p. 114) argumenta que a força social das representações não é “necessariamente proporcional ao seu valor de verdade (medido pelo grau com que elas exprimem o estado da relação de forças materiais num determinado momento”. É iminente que o pesquisador descreva muito bem o jogo em que ocorrem as representações para só então, poder compreender o discurso proferido no interior das mesmas.

Desta maneira se pode fugir ao registro desmistificador dos critérios objetivos e da “ratificação mistificada e mistificadora” (BOURDIEU, 1996, p. 115) das representações e das vontades (objetivo e subjetivo, separadamente) numa tentativa de “manter junto o que está junto na realidade” (op. cit.): as relações objetivas e a relação prática são meios pelos quais os indivíduos procuram estabelecer suas estratégias individuais e coletivas a fim de colocá-las a serviço de seus interesses materiais ou simbólicos, conservando-os e transformando-os; ou ainda, as relações de forças objetivas materiais ou simbólicas, assim como os esquemas práticos pelos quais os agentes oferecem tanto sua posição nas relações objetivas como as

estratégias de representação de si e do mundo de que se utiliza para se impor às classificações e às representações de si e do mundo que lhes são impostas.

O que se tem de semelhante entre os posicionamentos dos autores que se pretende uma aproximação é o fato de que ambos trabalham com o jogo entre o institucional e o prático, entre o que é real e o que é realidade, ou ainda, as maneiras pelas quais os indivíduos se projetam no mundo em que vivem, inseridos em relações sociais que se dão meio a um ambiente conhecido e reconhecido pelos participantes de tais relações. Ou um espaço de relações no seio do qual se formam as representações que, individuais ou coletivas, transitam livremente no espaço onde foram criadas, dando chance à sua apreensão e transformação de acordo com o jogo social em que se inserem e operam.

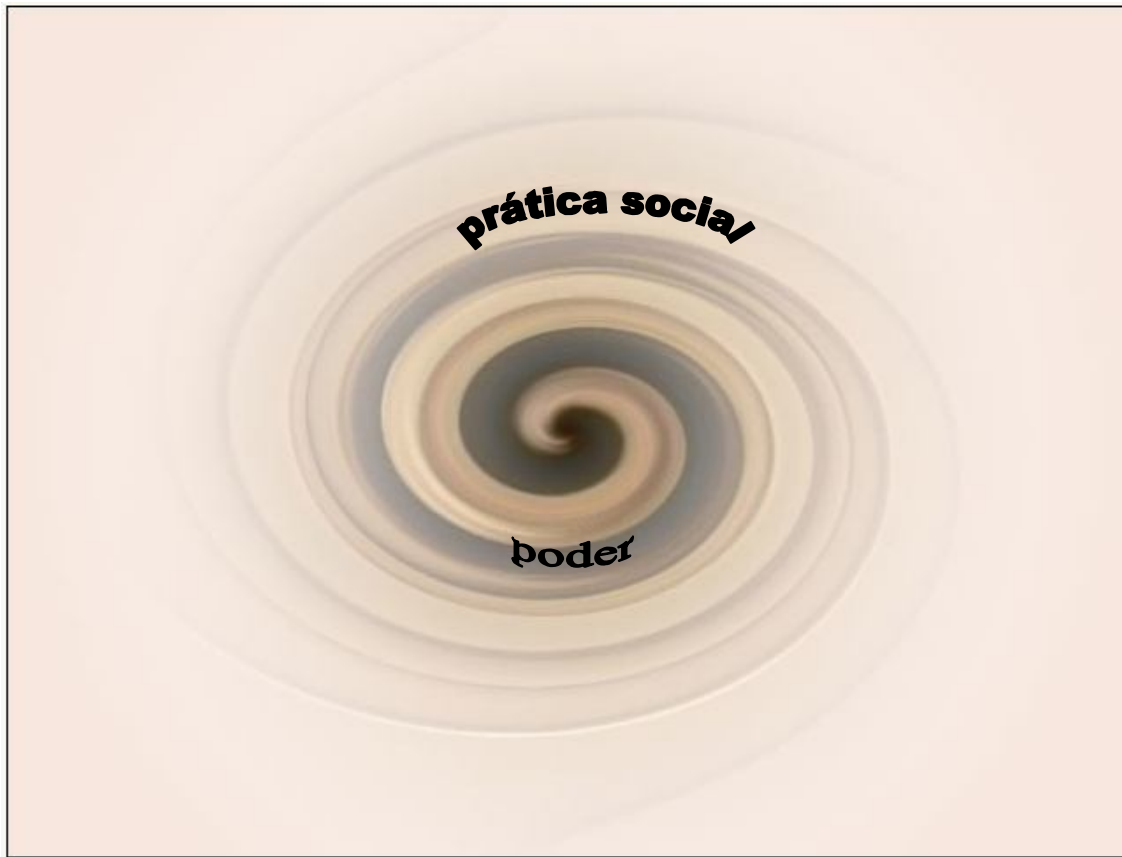
2.4 O ESPAÇO DE RELAÇÕES: PLANEJAMENTO URBANO X SOCIEDADE

Numa tentativa de elucidar melhor as colocações, se percebe a necessidade de demonstrar figurativamente a intenção que se tem com o espaço de relações. Para tanto, se idealizou um esquema gráfico que tem a intenção de atender o estudo de caso, organizado na Figura 2⁹, que segue.

A ilustração dá a sensação de que o espaço de relações é produzido pela interação, pela mistura de seus dois componentes. O resultado de tal mistura recai em um *campo* simbólico, que aqui será entendido como *espaço*, espaço este que tramita no âmbito do social, ou, das relações sociais. O espaço gerado durante este processo é simbólico e se materializa por meio das relações que se consubstanciam em seu interior. Então, este espaço de relações é simbólico e material simultaneamente, pois ao mesmo tempo em que sua existência é reconhecida, sua materialidade é impossível de ser tocada ou delimitada no mundo real. Ele faz parte da vida cotidiana, onde entram em cena diferentes opiniões e condutas, que nem sempre se organizam em torno dos mesmos entendimentos. O que se propõe é que nele coexistam as representações sociais do ambiente devido a seu caráter consensual.

⁹ IMAGEM: Banco Didático Path. Disponível em: < www.bancodidaticopath.com.br > Acesso em: 30/01/2009

FIGURA 2: ESPAÇO DE RELAÇÕES : PLANEJAMENTO URBANO X SOCIEDADE



Organização: MOURA, N. 2008.

O espaço de relações ao qual se refere se estabelece com base nas representações sociais fundado na intersubjetividade inscrita na prática social, ou seja, nas ações e reações produzidas durante o movimento e surgimento das representações sociais ocorridos na vida cotidiana. É constantemente atravessado por ações de poder, que representam um universo diferenciado daquele da vida cotidiana (universo consensual), ou seja, o universo reificado.

Tem-se então, duas categorias implícitas neste espaço de relações: a prática social e o poder. A interação entre estas duas categorias é que vai gerar o espaço ao qual se refere, pois à medida que os dois universos – reificado e consensual – são confrontados abrem-se lacunas, espaços, onde a vida de relações se efetua e se concretiza, onde o reificado torna-se elemento de discussão ao consensual, que irá, por sua vez, procurar uma maneira de ancorá-lo em fatos passados para que este se transforme em parte da prática social. Sendo assim, se pode dizer que este

espaço é dual e dinâmico e que pode ser representado na relação poder x prática social. Sendo, todavia, estas duas categorias duais, chaves para o encaminhamento adotado, considera-se pertinente uma rápida explanação sobre cada uma para que então, se possa argumentar a favor da constituição do espaço de relações que servirá aqui como ponte operacional entre as representações sociais e a geografia.

2.4.1 O poder e as relações de poder

Dentro destas sinalizações, se pode argumentar que de modo geral o poder se legitima pelas idéias inerentes a prática social dos grupos. Tais idéias, por sua vez, se constituem na essência do poder, pois, dão-lhe o caráter de justiça ou de inevitabilidade que permitem que seja exercido em atos rotineiros, com assepsia da normalidade. Então, é na prática social que o poder se legitima, se consolida e se faz sentir, é ela quem busca tentar dar existência às coisas, garantindo a usurpação pela força do poder. Neste contexto, o discurso opera como fator determinante, pois sua eficácia garante também a eficácia do enunciado proferido (BOURDIEU, 1996)¹⁰.

De acordo com Bourdieu (1996) para que o poder se concretize em um grupo é iminente que a força do discurso ganhe *status* dentro do contexto social, fazendo-se valer pela força do poder atribuído àquele que o profere, fazendo com que as lutas sociais se movimentem pela imposição de percepções e de categorias de percepções, num sentido dialético de existência.

Neste sentido, convém a colocação do elemento 'poder' como integrante do espaço de relações gerado nas representações sociais do ambiente urbano, pois permite a inserção de conceitos reificados num universo consensual bem delimitado, no caso, o espaço urbano. Valendo lembrar ainda, que o poder se faz presente de maneira concisa no âmbito da prática social em que é exercido. Na pertinência retratada, o poder e suas relações são fatos operantes em dado ambiente que com suas características peculiares, se faz destacar no quadro urbano municipal. Outro ponto que merece ser lembrado é o fato de que o poder que atua na área de estudo é o poder institucionalizado representado pelo poder municipal, que embora presente cotidianamente, nem sempre é percebido, passa como invisível aos olhos

¹⁰ Bourdieu encara o poder como simbólico, como invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2003).

do grupo social e na maioria de suas práticas, que se constituem no segundo elemento do espaço de relações proposto.

2.4.2 A prática social

A realidade da vida cotidiana existe em diferentes modalidades. Ela se organiza em torno dos corpos e de suas respectivas noções temporais. Entretanto, o cotidiano, vez ou outra, é inundado por realidades que fogem à normalidade, fato que faz com que esta seja aprimorada e ampliada constantemente. Berger & Luckmann (1985, p. 39) argumentam que a realidade mais próxima é a realidade da vida cotidiana, pelo fato de estar ao alcance das mãos dos indivíduos e que por eles pode ser manipulada. É esta realidade, a que pode ser manipulada, que foi trabalhada. Ela permite a análise da prática social enquanto parte integrante das representações sociais. O interesse maior ficou centrado nas resultantes desta prática social, ou seja, nas realidades cotidianas inerentes ao senso comum, que “contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana admitida como certas pelas populações que as constroem”. (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 37).

Este apontamento lembra o que escreve Moscovici (2007) sobre o senso comum, por ele chamado de *universo consensual*. Para o referido autor, o universo consensual encontra-se repleto de conceitos que emergem para este universo através do reificado e também pela própria prática cotidiana, em outras palavras, pela prática social. É na prática social que os indivíduos manipulam não só a sua realidade, mas entram em contato com realidades estranhas às suas. Além de se depararem com a realidade da sociedade de modo geral e com a da qual fazem parte. No universo consensual da prática social dialogam opiniões e concepções, inseridas em representações sociais. Tais representações sociais existem meio a espaços e tempos que tornam possível a constituição de espaços de representação.

A prática social como integrante do espaço de relações planejamento urbano x sociedade se fortalece pelo fato de que nela é que se constroem as relações, tanto as de poder, como as de causa e efeito¹¹. Por este motivo é que se constituem em

¹¹ Como relações de causa e efeito se entendem aquelas que na medida em que são geradas causam reações adversas em outrem, ou seja, os efeitos causados por ações de ordem legal e

elemento de grande valia à constituição da proposta para um espaço de relações, no qual o poder e a prática social são o cimento e a argamassa para sua materialidade. Deste modo, parte-se agora para uma fundamentação da proposta baseada na coleta de dados empíricos realizada na área de estudo anteriormente delimitada.

2.5 SEQÜÊNCIA METODOLÓGICA

O trabalho de pesquisa desenvolvido durante a execução e elaboração desta dissertação consistiu basicamente em duas partes: o trabalho empírico e o trabalho bibliográfico. A Figura 3 coloca a seqüência metodológica do trabalho. Nela se pode observar a centralidade do trabalho no conceito de espaço, que serviu como elemento-chave para um possível diálogo entre a Teoria das Representações Sociais e a Geografia, apropriando-se do conceito de espaço de relações para consubstanciar o espaço simbólico com o qual se trabalhou. Na figura, se observa as ligações entre os elementos que compuseram as análises e que se projetaram na forma do espaço de relações planejamento urbano x sociedade proposto pela pesquisa.

Para que o desenrolar do trabalho de pesquisa procedesse de maneira a atingir seu objetivo maior: a análise das representações das ações do Planejamento Urbano no bairro Capela Velha, Araucária / PR, algumas especificações e justificativas são necessárias.

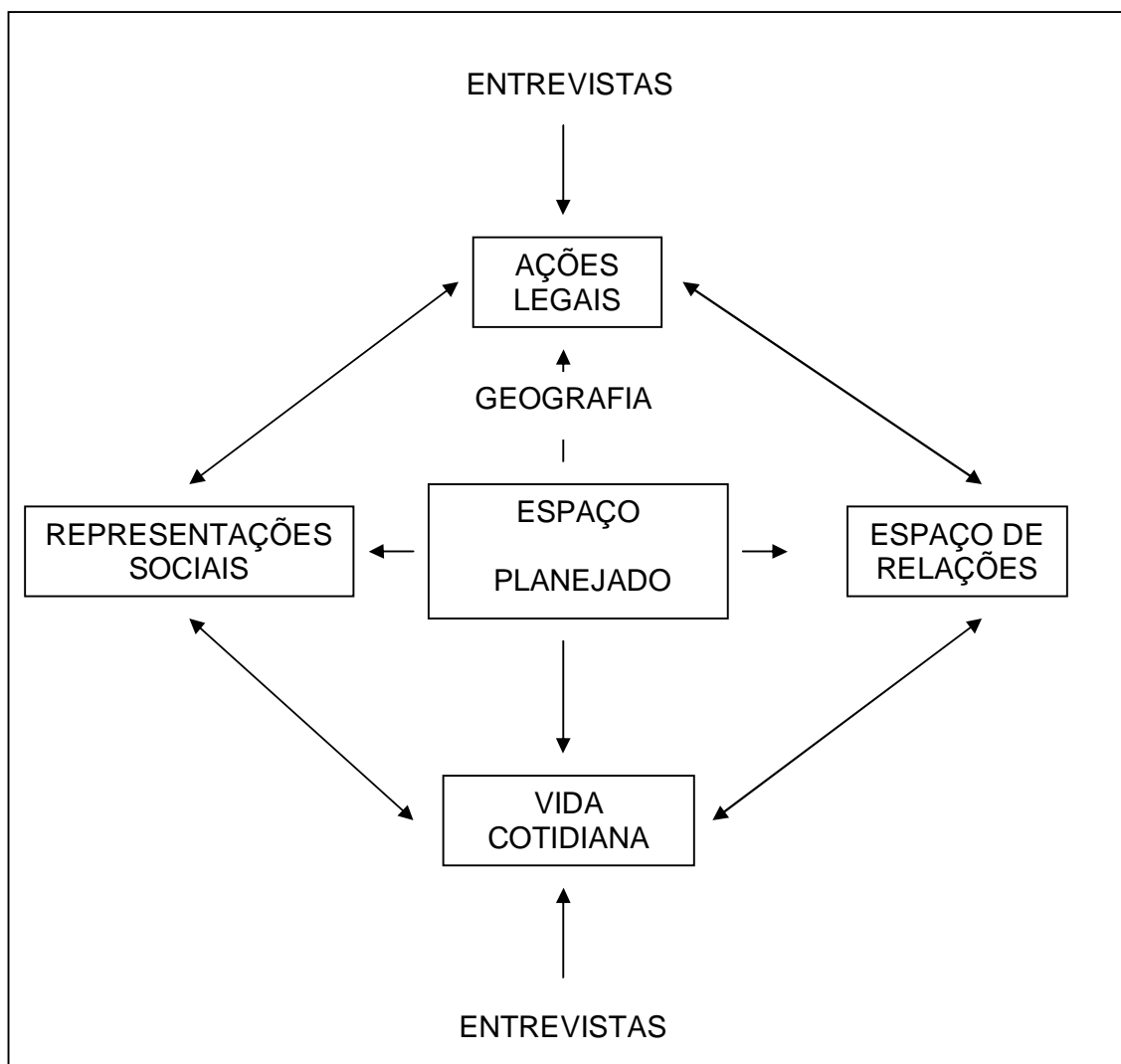
Em primeira instância se tem o método utilizado. Aqui se fez uso de uma teoria, já retratada e debatida nas linhas anteriores, a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2007). Entretanto, para que pudesse ser operacionalizada dentro do contexto da geografia, foi necessária a utilização de outro conceito, o de espaço de relações, discutido por Pierre Bourdieu (2003), trazendo a categoria espaço¹²,

industrial gerados pela proximidade entre as zonas residenciais e industriais, que se encontram no foco deste estudo.

¹² Bourdieu compreende o espaço de relações como uma totalidade, atribuindo diversas críticas ao pensamento geográfico acerca desta categoria de análise. Para o autor, o espaço de relações é social, ou seja, uma totalidade social, assim colocada pelo autor, que nada tem haver com a característica geográfica dos estudos sobre o espaço. Aqui se usou o conceito de espaço de relações, contudo, como uma maneira de se avaliarem as possibilidades elencadas durante o processo de ponderação dos dados empíricos que se mostraram pertinentes ao estudo de caso selecionado. Vale ressaltar que não se trata de colocar uma característica geográfica à um conceito que nada tem de geográfico, apenas se optou pela utilização do conceito devido ao fato de suas características coincidirem com os apontamentos do trabalho de campo e com a especificidade da

para o âmbito das discussões. Este espaço ganha aqui a amplitude do simbólico e a delimitação do físico, portanto, encontra-se norteado tanto por questões concretas ou visíveis, quanto por questões simbólicas, ou invisíveis.

FIGURA 3: ORGANOGRAMA DA SEQUÊNCIA METODOLÓGICA



Organização: MOURA, N. (2008).

Retratado o método, ou a teoria, segue a sequência dos passos dados para este trabalho de pesquisa. Ao se ter delimitada a área em que foi realizada a pesquisa empírica, iniciou-se o processo de observação participante, que teve como meta conquistar a confiança dos possíveis entrevistados, para que estes se

presente pesquisa que engloba a prática social e as relações de poder com as quais trabalha o referido autor.

sentissem seguros em emitir seus discursos sem ficarem se preocupando em emitir “respostas certas”.

Um observador participante realiza sua coleta de dados através de sua participação cotidiana com o grupo alvo de seu trabalho (BECKER, 1997). Deste modo, se procurou em momentos sociais do grupo se fazer presente, participando das conversas e situações triviais, durante as quais foram coletados os dados gerais de identificação do grupo, que serviram como parâmetro no momento da análise dos dados, na intenção de não se solicitar mais ou menos do que aquilo que os dados tinham a capacidade de fornecer.

Seguindo os preceitos deste tipo de observação, aconteceram participações em eventos sociais realizados pelos moradores do bairro, para os quais houve convite. Tais eventos se constituíram de chás de bebê e de panelas, reuniões comunitárias em associação de moradores e visitas esporádicas às pessoas (ocorridas durante o ano de 2008), até o momento em que se acreditou ser possível a organização das entrevistas com gravação de áudio. Foram entrevistados também, funcionários das Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Araucária, na intenção de contrapor e complementar os dados entre população e poder público.

Associada ao trabalho oral, a observação participante tem como elemento fundamental o estímulo para que os entrevistados se coloquem livremente sobre o tema. Neste processo o observador opera de maneira a fazer investidas sutis para que seu foco de trabalho seja atendido, mas sem, no entanto, direcionar incisivamente o depoimento do entrevistado.

Neste sentido, as entrevistas se constituíram em entrevistas abertas semi-estruturadas. Este tipo de entrevista permitiu maior liberdade aos entrevistados em expressarem suas reais opiniões sobre o bairro onde moram, em especial sobre a proximidade entre as zonas residenciais e industriais, geradora do conflito de usos no espaço de relações planejamento urbano x sociedade. Segundo May (2004) este tipo de entrevista apresenta diversas vantagens em relação aos demais. Para o autor, a diferença central desta forma de entrevista se encontra em seu caráter aberto, fato que a provê de liberdade em relação a possíveis preconceitos por parte dos entrevistados e do próprio pesquisador, pois permite ao entrevistado falar sobre o tema utilizando seu referencial de conhecimento. Ao pesquisador cabe realizar

algumas interferências suaves para que o entrevistado não disperse muito o foco e se concentre naquilo que lhe foi proposto.

Desta maneira, as entrevistas com os moradores e com os representantes do poder público seguiram estes preceitos, visando garantir sua finalidade e propósito. Para a seleção de quem e o que seria utilizado, o critério que se utilizou foi o qualitativo. Segundo Neves (1996) é fato comum nas pesquisas qualitativas o entendimento dos fenômenos por parte do pesquisador, tomando como base a perspectiva dos participantes acerca da situação em foco. A partir disso, é que se inicia o processo de interpretação dos fenômenos estudados. Sobre este tipo de pesquisa, Dias (2000) salienta que são apropriados ao estudo de fenômenos complexos de natureza social que não tendem a quantificação e que são utilizados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Neste sentido, verifica-se a pertinência deste tipo de pesquisa para o trabalho em questão, pois se trabalhou com elementos de cunho social e político, complexos por si só, pois diversos são os pontos de vista pelos quais se pode avaliar tais fenômenos, e permeados por relações culturais que influenciam direta e indiretamente o processo como um todo.

Pensando-se nestes pontos de suma importância, foram selecionados agentes de interesse para o campo de pesquisa delimitado. Desta maneira, foram entrevistadas donas-de-casa, senhores aposentados, moradores que trabalham nas empresas do bairro e figuras polêmicas do bairro, que são conhecidas por muitos devido a sua opinião crítica em relação aos fatos políticos e mesmo aos corriqueiros ocorridos na prática social dos moradores. Além destes foram selecionados dois agentes representantes do poder, por terem ligação direta com a legislação em vigor e conhecerem a problemática do conflito de usos sob a ótica legal. Foi realizada também a análise dos documentos de lei, gentilmente cedidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPL) de Araucária. A estrutura das entrevistas encontra-se no apêndice deste trabalho.

Para se chegar à quantidade de entrevistados, foi utilizado o critério da saturação (SÁ, 1996) segundo o qual o ponto de saturação, ou seja, de quantidade necessária de dados para as análises, é alcançada quando as respostas começam a se repetir, momento em que se alcança a saturação. Embora se tenha optado pelo modelo proposto pelo referido autor, a utilização de sua “teoria” do Núcleo Central

das Representações Sociais não foi utilizada na íntegra pelo fato de não corresponder aos objetivos a que se propôs o presente trabalho.

Cabe ainda salientar que os entrevistados foram citados numericamente (senhor UM, senhor DOIS etc.), pelo fato de que se considera pertinente manter a privacidade das opiniões dos mesmos. O profissional da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano foi citado pelo codinome de geógrafo, enquanto que o profissional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi citado pelo sobrenome, pelo fato de que este permitiu que seu nome constasse no trabalho.

Realizada a parte empírica do trabalho de pesquisa, partiu-se para a análise em gabinete fundada nos autores selecionados, que segue nos próximos capítulos.

3 ZONEAMENTO URBANO: ORDENAR PARA DESENVOLVER

Muitas vezes, no jogo político estabelecido pelo capitalismo concorrencial a necessidade de desenvolvimento se faz presente e necessária para que uma cidade não desmorone frente aos ideais de lucro e de ganho pretendidos nesta dinâmica. O que se pretendeu discutir neste capítulo, que não tinha a intenção de encontrar um “culpado” para a questão, são os impactantes imersos em universos simbólicos do confronto entre o poder estabelecido pela cidade legal e as práticas cotidianas e/ou sociais estabelecidas pelos habitantes de um dos bairros do Município de Araucária / PR. Os esforços caminharam no sentido de dar relevância à proposta do espaço de relações, uma vez que o componente reificado de sua constituição tem como prerrogativa o espaço organizado e delimitado para fins e usos predeterminados. Então, este capítulo tentou dar conta da posição defendida pelo universo reificado, orientado sob as normatizações do sistema legal. Para tal empreendimento, foi realizada uma análise dos documentos oficiais que delineiam os usos do solo no Município, bem como da opinião de duas Secretarias Municipais, a de Planejamento Urbano e a de Meio Ambiente.

3.1 AS LEIS QUE REGEM O USO DO SOLO

O zoneamento urbano, como dito, tem por finalidade a adequação de um território municipal, a fim de promover melhor aproveitamento e garantir o bem-estar público e social, além de estabelecer parâmetros e áreas destinadas à preservação ambiental.

No Município de Araucária, a Lei que regulamenta estas finalidades é a de número 584/81, que data cinco anos da promulgação da C. F. Esta lei teve alguns de seus artigos alterados no decorrer dos anos. Primeiro para a lei nº 1.083/96, depois para a nº 1.333/02 e por fim para a de nº 1.454/03, além de receber como emenda o decreto nº 12.402/95, anterior a tais alterações. Tais medidas tiveram como prerrogativa adequar a lei ao espaço configurado pelo desenvolvimento que se fazia (e se faz) presente no Município. Vale ressaltar que a Lei de Zoneamento foi escrita após a instalação da REPAR, o que pode ser considerado como o marco divisor entre uma condição essencialmente rural para uma condição industrial. Tem-se uma mudança de essência e a criação de um paradigma: rural – urbano, ou

urbano – industrial? No decorrer deste texto se procurou trazer a resposta nas análises que seguem. Para o momento basta mencionar que a dualidade ainda se faz presente.

O artigo 2º da Lei 584/81, considera como zoneamento urbano “a divisão do Município em zonas de usos diferentes segundo sua precípua destinação”. Esta afirmativa contribui para o sentido que se pretendeu dar ao título deste capítulo: a divisão facilita o desenvolvimento e a ordenação, estabelecendo limites, fronteiras por assim dizer, entre um e outro uso. Este procedimento, que tem a maior parte de seu processo realizado essencialmente em gabinete por aqueles que detêm conhecimento acadêmico e capacidade intelectual para fazê-lo, como argumenta Moscovici (2007), geralmente estabelece sobre uma carta base, linhas retas que passam a ser encaradas como divisas: aqui pode, ali não pode. Estas ações, de traçar fronteiras em linhas retas são vistas por Bourdieu (2003) como ações investidas pelo poder legal, que por meio delas, busca regras que regem o conjunto de território.

Entretanto, estas “linhas retas”¹³ estão fixas, por sua vez, em noções de autoridade, que foi investida a alguém pelo grupo, mas que, no entanto, passam despercebidas nas atividades rotineiras da prática social dos atores, se tornando visível somente se algum fato ocorrer no sentido de anomalia (MOSCOVICI, 2007). Neste contexto, as fronteiras não passam de vestígios apagados do ato de autoridade que circunscreve a área, que divide o mundo social (BOURDIEU, 1996; 2003).

Além da divisão do território em zonas com usos e fins predeterminados, o Município adota uma segunda divisão, presente na Lei citada. Tal divisão trata do parcelamento do território entre rural e urbano, ou “duas grandes áreas” (art. 3º). A Lei especifica e diferencia as duas áreas da seguinte maneira:

I – urbana: a devidamente especificada em Lei e definidas como tal no zoneamento de uso, em face das edificações e serviços públicos existentes. (grifo nosso)

II – rural: o solo restante do Município, cuja destinação não seja específica de outras atividades. (grifo nosso)

¹³ Tal qual coloca Bourdieu (2003, p. 114) se constituem em um exercício de poder realizado como uma ação quase que religiosa, que separa o sagrado do profano, o interior do exterior, o nacional do internacional.

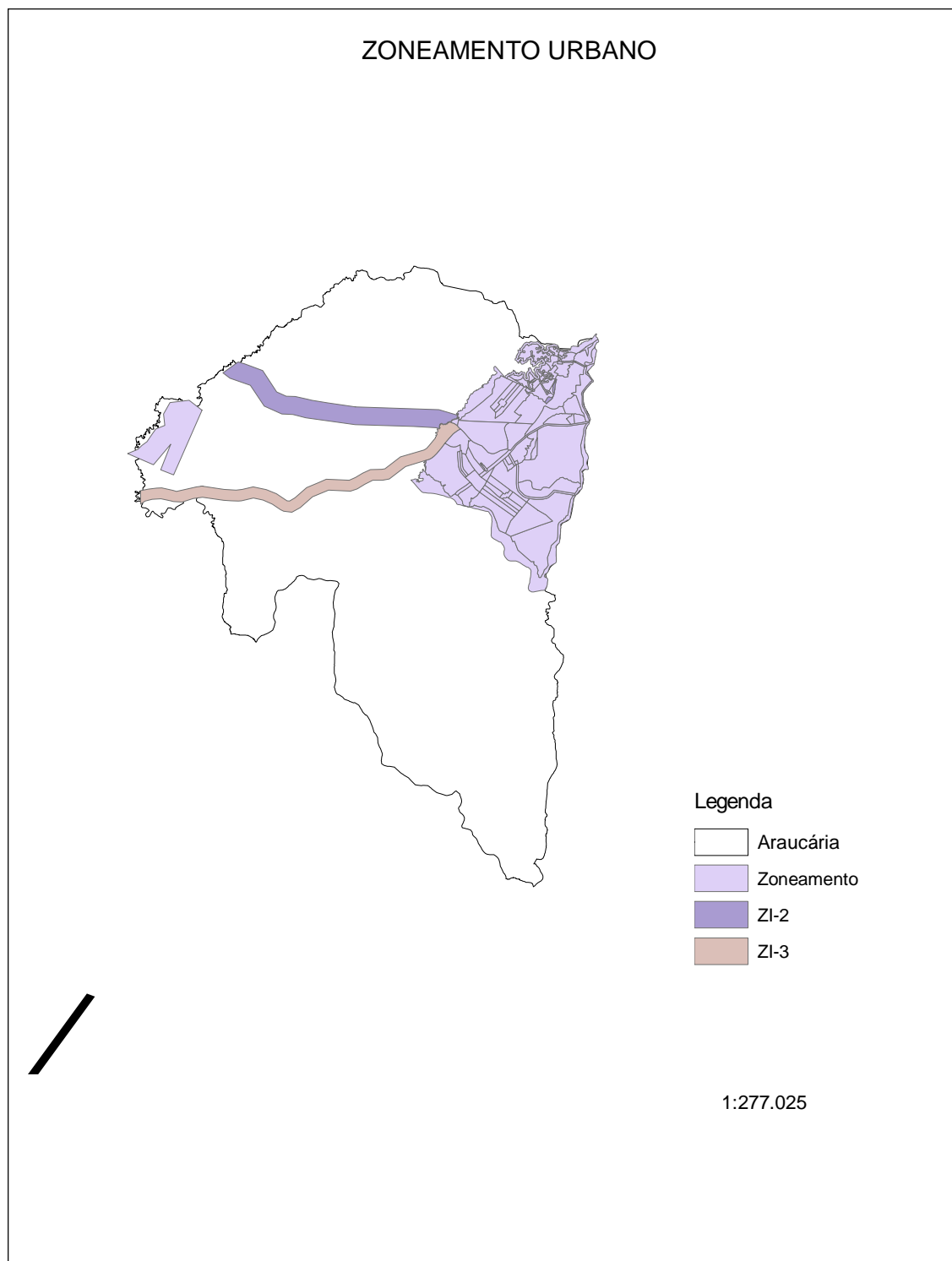
Os grifos remetem a pormenores que merecem atenção. No primeiro caso “em face das edificações e serviços públicos” se nota que (ao menos na data da publicação da Lei) o núcleo urbano se encontrava distante das áreas de lavoura, o que é típico em municípios com características rurais. Os serviços públicos, assim como as maiores concentrações de edificações, se encontram em um aglomerado onde são de melhor acesso para todos. Entretanto, a vinda à estes centros é obrigatória caso se queira utilizar tais serviços, o que pode ser muitas vezes, difícil para a maioria das pessoas. No segundo caso: “o solo restante do Município” coloca o rural numa posição secundária, que pode ter sua função modificada, pois as atividades podem se modificar para atender interesses particulares. Na atual carta de zoneamento do Município, podem ser encontradas tais mudanças. Trata-se de prolongamentos para o setor industrial que adentram o quadro rural, modificando o cenário de seu conjunto, como se pode verificar no Mapa 4.

Estas novas situações colocadas aos moradores, que muitas vezes só percebem o fato após sua consumação, se constituem em uma ação legal, uma normatização, um universo reificado, que deverá ser incorporado pelos habitantes em suas ações cotidianas (MOSCOVICI, 2007) por meio do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 2003). Para Bourdieu (2003) este é um ato que representa o conhecimento daquele que o executa, pois se firma no seu reconhecimento, ou seja, a produção de sua existência ganha sentido a partir daquilo que a mesma enuncia.

As divisões do zoneamento urbano¹⁴ são como mencionado, funcionais e elencam usos. No Município de Araucária os usos são divididos em três categorias: permitido, permissível e proibido, tendo em “vista as atividades desenvolvidas e a se desenvolverem, o interesse concorrente, a critério do Executivo Municipal e da Legislação em vigor” (art. 4º. Grifo nosso). Novamente um grifo que merece ser avaliado: “a critério do Executivo Municipal”, quer dizer, se houverem interesses, econômicos e sociais, o zoneamento pode ser alterado em alguns de seus pontos. Assim, as linhas retas, ou as fronteiras por ele estabelecidas, podem ser alteradas, então elas nada mais são do que o produto de uma divisão que atribuirá maior ou menor fundamento na realidade, segundo os elementos que ela reúne (BOURDIEU,

¹⁴ Sem esquecer que este se constitui em uma das etapas do planejamento urbano, que por sua vez, é uma das etapas do plano diretor.

MAPA 4: DESTAQUE DOS PROLONGAMENTOS DAS ZONAS INDUSTRIAIS
CORRESPONDENTES AO CIAR – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: SMPL.

Elaboração: MOURA, N. (2008).

2003). Assim, se podem dizer arbitrárias as divisões e sua validade outorga sua presença.

Vista por este ângulo, a realidade é social e as classificações que ocorrem em seu seio, consideradas naturais, nada têm de natural, são imposições arbitrárias (BOURDIEU. 2003) colocadas no âmbito da prática social aos indivíduos, como normatizações que devem passar a fazer parte da mesma. Neste sentido, poder e prática social são dois universos distintos que se interpenetram para dar origem à realidade. O ambiente urbano existe enquanto realidade, oriundo das normatizações (leis) que se constituem no conjunto do real, ou seja, o que é se soma ao que deveria ser.

Outra questão chama ainda a atenção quanto aos usos, pois os mesmos são divididos em três, reforçando, permitido, permissível e proibido, mas não se encontram conceituações quanto a eles na Lei. A questão essencial seria compreender o que o Município entende por cada um dos termos. Para se obter esta e outras respostas, foi procurado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPL), o responsável pelas questões relativas ao Planejamento Urbano Municipal, aqui chamado pelo codinome de geógrafo. Durante a entrevista concedida, o geógrafo¹⁵ responsável pela coordenação do Plano Diretor do Município, em resposta a este quesito, comentou que:

O zoneamento não conceitua estes itens, mas ele delimita quais são os usos que podem ou não acontecer. Mas, o que se pode dizer sobre os conceitos é o seguinte: como permitido, são aqueles usos que se faz do solo que não causam grandes impactos ou impacto algum, mas que para que eles aconteçam é necessário que, sejam aprovados e estejam dentro das normas vigentes de preservação e impacto de vizinhança. Como permissível, pode-se dizer que são aqueles usos que causam algum dano de alguma maneira e que por isso devem ser melhor estudados antes de sua aprovação pelo conselho de impactos e esta aprovação vai requerer um número bem maior de elementos do que no primeiro caso, pois elas só podem ocorrer caso haja um pedido por parte da população, uma necessidade mesmo. Então, a SMPL verifica se é ou não viável a aprovação do projeto. Vai depender de muita coisa. E o proibido, são aqueles usos que de maneira nenhuma podem existir naquele local, estão fora da lei de zoneamento, são incompatíveis. Então tanto para o permitido como para o permissível, se tem uma série de elementos

¹⁵ GEÓGRAFO. Entrevista concedida à MOURA, N. nov. / 2008.

que devem ser preservados para que os usos sejam aprovados pela comissão, não é tão simples assim.

Para a área em estudo, o que se tem como permitido, permissível e proibido, consta no Quadro 1, que segue.

QUADRO 1: DEFINIÇÃO DE USOS. LEI Nº 1.454/03 – ARAUCÁRIA / PR

ZONA	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO
ZR 3	Habitação unifamiliar, multifamiliar e geminada; instituições culturais, comércio e serviços vicinais.	Habitação coletiva, comércio e serviços específicos e setoriais.	Todos os demais usos.
ZR 4	Habitação coletiva, comércio e serviços vicinais de bairro.	Habitação unifamiliar; comércio e serviços específicos e setoriais.	Todos os demais usos.
ZI 1	Indústrias.	Habitação unifamiliar (desde que localizada junto ao local de atividade econômica); comércio e serviços vicinais, de bairro e específicos.	Todos os demais usos.
ZE FV		Equipamentos de lazer, esporte e recreação.	Todos os usos que venham a prejudicar e que de nenhum modo venham a contribuir para o lazer da população e a proteção do fundo de vale.
ZC 2	Habitação coletiva; comércio e serviços vicinais de bairro.	Habitação unifamiliar, multifamiliar e geminada; comércio e serviços específicos e setoriais.	Todos os demais usos.
ZS 3	Comércio e serviços	Habitação unifamiliar,	Todos os demais

	vicinais, de bairro e setoriais; indústrias não perigosas, incômodas ou nocivas à vizinhança.	multifamiliar e geminada; comércio e serviços específicos e gerais.	usos.
ZEI 1¹⁶			

FONTE: SMPL - ARAUCÁRIA / PR.
Organização: MOURA, N. (2008).

No Quadro se podem notar as especificações pertinentes a cada tipo de uso. Vale ressaltar que os usos descritos como vicinais, setoriais e de bairro possuem conceituações próprias dentro da lei. Como vicinais, o entendimento que se tem na Lei nº 1083/96, são atividades de pequeno porte, disseminadas no interior das zonas residenciais, de utilização imediata e cotidiana, como um prolongamento da habitação. Como exemplo se pode citar CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil), farmácias, chaveiros, açougues, mercearias etc. Como serviços setoriais (Lei 584/81) são previstas as atividades de grande porte destinadas a servir a população em geral. Como exemplo se tem sedes de associações, igrejas, lojas, equipamentos públicos, pedreiras e areais e extração de argila etc. Para o grupo dos serviços de bairro (Lei nº 584/81 e 1083/96), o entendimento coloca as atividades de médio porte, de utilização intermitente e mediata, destinadas a atender determinado bairro ou zona. Como exemplo se tem joalherias, lojas, lavanderias, loterias, livrarias, restaurantes, materiais de construção, hotéis, teatros etc.

A entrevista realizada com o geógrafo indicou pontos que merecem uma avaliação mais cuidadosa. Em sua fala, argumentou que o zoneamento sofreu alterações, mas que, no entanto, estas alterações ainda não foram aprovadas pela Câmara de Vereadores. Demonstrando empolgação, o geógrafo assim se refere ao novo zoneamento, em fase de votação:

O zoneamento hoje foi dividido de uma maneira diferente do que se estava acostumado a ver antes (ZI 1 ZR 1..). Hoje ele está dividido em zona industrial, zona residencial, eixo de comércio e serviço e zonas de proteção ambiental. Então, na área residencial, por exemplo, comércio e serviço junto, se tem as especificações disso, por exemplo: “farmácia só pode ter em tal eixo da cidade”. Isso é muito comum, era assim que se pensava a cidade antigamente. Mas

¹⁶ Para este tipo de usos (zona especial industrial) não foram encontrados dados na lei analisada.

quando se diz assim: “farmácia pode ter em qualquer lugar da cidade”, “posto de combustíveis, pode ter em qualquer lugar da cidade”, farmácia ainda é mais comum, posto de gasolina, é mais impactante. Então, se um empresário vem até a SMPL e SMMA e diz que quer construir um posto de combustíveis, nós diremos a ele que ele pode, desde que... Neste ponto entram os “desde que”. O posto de combustíveis tem diversas normas federais a serem respeitadas, além da questão dos impactos. Então, o interessado deve encaminhar seu projeto à comissão de impactos de vizinhança, que deverá conter as atitudes a serem tomadas para garantir todos os parâmetros exigidos em Lei, por exemplo: o tráfego dos caminhões, a empresa distribuidora, o perigo de explosão, todos estes elementos não afetariam as condições ambientais do bairro, do local onde se pretende instalar o posto. Além de cumprir toda a legislação federal, o interessado também deve cumprir as especificações regidas pelo Município.

As mudanças e alterações colocadas pelo entrevistado são encaradas como uma inovação dentro do campo do Planejamento Urbano, pois segundo o entrevistado, foi necessário ocorrer uma mudança de conceitos e paradigmas para que o processo se desenvolvesse conforme as necessidades que se faziam presentes dentro do Município de Araucária. Como justificativa à mudança de conceito o geógrafo salientou que a “cidade tem que crescer de acordo com o que a população quer e não como o que ‘eu’ quero”. A característica marcante da fala do geógrafo se faz presente em sua sempre colocação em terceira pessoa do plural o “nós” foi sempre utilizado nas referências às ações públicas realizadas, buscando deixar claras as intenções da equipe dentro da qual se insere.

A preocupação em dizer que tudo foi feito dentro do que há de mais moderno se constituiu em outra característica marcante na fala do geógrafo como se pode ver neste trecho: “tanto que nós fomos chamados para falar em outros municípios porque a idéia foi muito inovadora”. Os diálogos com a população foram apontados como inovações, presente no novo Plano Diretor de Araucária e que foi um fato que chamou a atenção de outros municípios à época em que se fez necessária e obrigatória a elaboração dos Planos Diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes em todo o Território Nacional (ano de 2006). A preocupação com este fato se expressa no trecho a seguir:

Para se construir um Plano Diretor se procedia da seguinte forma: escolhem-se um arquiteto, um engenheiro e um geógrafo para pensarem a cidade. Isto está errado. Aí vem alguém e diz: “Ah, nós poderíamos deixar tudo “engessadinho” e consultar população”. Se tudo ficar “engessadinho”, não adianta consultar a população. Não é necessário. O que se deve fazer é deixar o Plano Diretor mais amplo, mais livre e consultar a população.

A maneira como o geógrafo se colocou, procurou sempre deixar uma sensação de transparência na elaboração do Plano Diretor. Entretanto, em diversos momentos critica as ações políticas comuns em outras épocas (gestões), colocando claramente que muitos dos políticos, que inclusive continuam atuando no cenário do Município, aprovavam medidas que favoreciam a si mesmos em detrimento do restante da população. Para justificar este apontamento, foi selecionado o trecho de sua fala onde se podem verificar as críticas feitas a estes políticos, que muitas vezes, eram tomadas como “troca de favores” entre os chefes políticos da cidade: “vem um vereador, que aprova a Lei e que joga uma linha para lá, uma quadra pra lá, porque a casa dele está ali. Vem um secretário, faz um decreto para o prefeito e joga uma linha para lá porque a casa dele está ali”. O geógrafo afirmou que para acabar com as situações de jogadas políticas, que eram comuns nos corredores da Prefeitura Municipal para o novo Plano Diretor a opção feita acabou, segundo o entrevistado “deixando tudo parelho. Então, ao se observar o mapa novo, se pode notar os eixos certinho, toda a área de proteção, os corredores ambientais, tudo certinho e no meio, a zona residencial, comércio e serviços” .

No entanto, a parte do discurso que teve maior interesse para o presente trabalho, foi comentada parcialmente no início da entrevista e mais consistentemente, ao final, quando o entrevistado disse ter “ficado com a questão do conflito de usos na cabeça”, neste momento, o entrevistado levantou alguns pontos que foram transcritos abaixo e que merecem maior destaque:

Quanto ao conflitos de usos, de início eu havia dito que seria impossível mexer [...], mas os conflitos entre zoneamentos que se percebeu podem ser explicados da seguinte maneira: se tem a indústria tal, que causa poluição. O novo Plano Diretor tenta melhorar isso, por meio de uma mudança no espírito da Lei, mas o principal problema existente no conflito de usos também parte do que o cidadão entende como cidade para ele. Fala-se muito do direito a cidade. Quem é que tem direito a cidade? Todos têm direito a cidade. [...] Os conflitos hoje, também estão ligados muito a interesses. As pessoas não querem que a indústria polua a casa

deles, eles não querem que a granja tal solte cheiro que chega até suas residências, mas eles não querem que você tire tudo isso de perto da casa deles porque vai haver a desvalorização imobiliária. Então, os conflitos de uso hoje, também vão muito do caráter e índole de quem está comprando o terreno. (Grifo nosso)

Os grifos realizados no discurso do entrevistado serão discutidos um a um, na intenção de detalhar os pormenores presentes em sua fala, para que elementos importantes não se percam dentro das generalizações. Sendo assim, o primeiro deles “indústria tal” é um detalhe que pode passar despercebido no conjunto do diálogo, mas o que se vê é o cuidado em nomear as indústrias alvo dos conflitos de uso. O mesmo ocorre com a “granja tal”, citado pelo entrevistado. O segundo grifo menciona a cidade, o entendimento que se tem da cidade, apontado como uma das causas geradoras dos conflitos de uso, pois este conflito “parte também do que o cidadão entende como cidade para ele”. O entendimento do que seja ‘cidade’ para a população de modo geral, nem sempre condiz com o que o técnico ou com o que o meio acadêmico entende, acredita-se que aí possa haver sim conflitos, mas não de uso, sim de entendimento de conceito. O que é para um, pode não ser para outro e vice-versa. Os grifos “os conflitos hoje, também estão ligados muito a interesses” e “vão muito do caráter de quem está comprando o terreno” incidem sobre a corrupção existente nos meandros da elaboração da Lei, que tornam passíveis de acontecerem situações em que proveitos são tirados para beneficiar poucos.

Continuando sua argumentação, o geógrafo salienta:

[...] dizer hoje, que se compra na inocência um terreno com contrato de fundo de gaveta, é parcialmente mentira, há pessoas que ainda compram. Mas muitas sabiam que estavam comprando de gaveta, sabiam que o contrato não tinha valor e que a área era de invasão. Mas mesmo assim, eles compram. Talvez esta situação melhore quando se passar a punir de verdade. Se tem feito uma política muito assistencialista, mesmo, em nível de Brasil, esta situação vem mudando [...].

Buscando elucidar seu posicionamento, o entrevistado complementa sua fala num exemplo análogo, mas que, em sua visão, tem os mesmos fundamentos, ao passo que a necessidade ética é a mesma:

[...] é um exemplo que quase que se brincava antes, com as cotas. Ao invés de transformar a escola pública numa escola de qualidade, de excelência em ensino, na qual o aluno tenha a capacidade de ser

aprovado num vestibular de medicina, por exemplo, se fazem cotas apenas para garantir a entrada desta ou daquela classe consideradas menos privilegiadas que as outras. Muitas vezes estas pessoas não conseguem acompanhar, pelo fato de não terem tido uma educação de qualidade. Então, culpa-se o professor que deve de algum modo dar conta deste aluno. Isso acontece também na gestão urbana, por mais ético que se queira ser, a pressão que a população impõe é muito grande [...].

Avaliando ainda a população de modo geral, o geógrafo coloca o “famoso jeitinho brasileiro” de se resolverem os impasses. A burla das Leis é solicitada como se fossem situações triviais que não possuem interferência alguma na prática social das populações solicitadas por elas próprias. Mas vale ressaltar que as pessoas que vão até os gabinetes solicitar tal tipo de concessão devem conhecer um pouco mais sobre Leis, pois sabem onde devem ir e com quem devem falar. O trecho selecionado retrata bem esta afirmativa:

Por exemplo, se a legislação determina: testada e recuo, testada de 12 e recuo de 5. Há pessoas que fazem 4,5m e vem aqui pedir para deixar assim, e ainda dizem: “mas são só 50 cm”. Então, se tem que pegar o mapa mostrar o alinhamento todo para ele e explicar que se forem 50 cm no terreno dele irá atrapalhar muito se futuramente a Prefeitura necessitar realizar uma obra de alargamento da rua, calçadas, ou ciclovias, por exemplo [...].

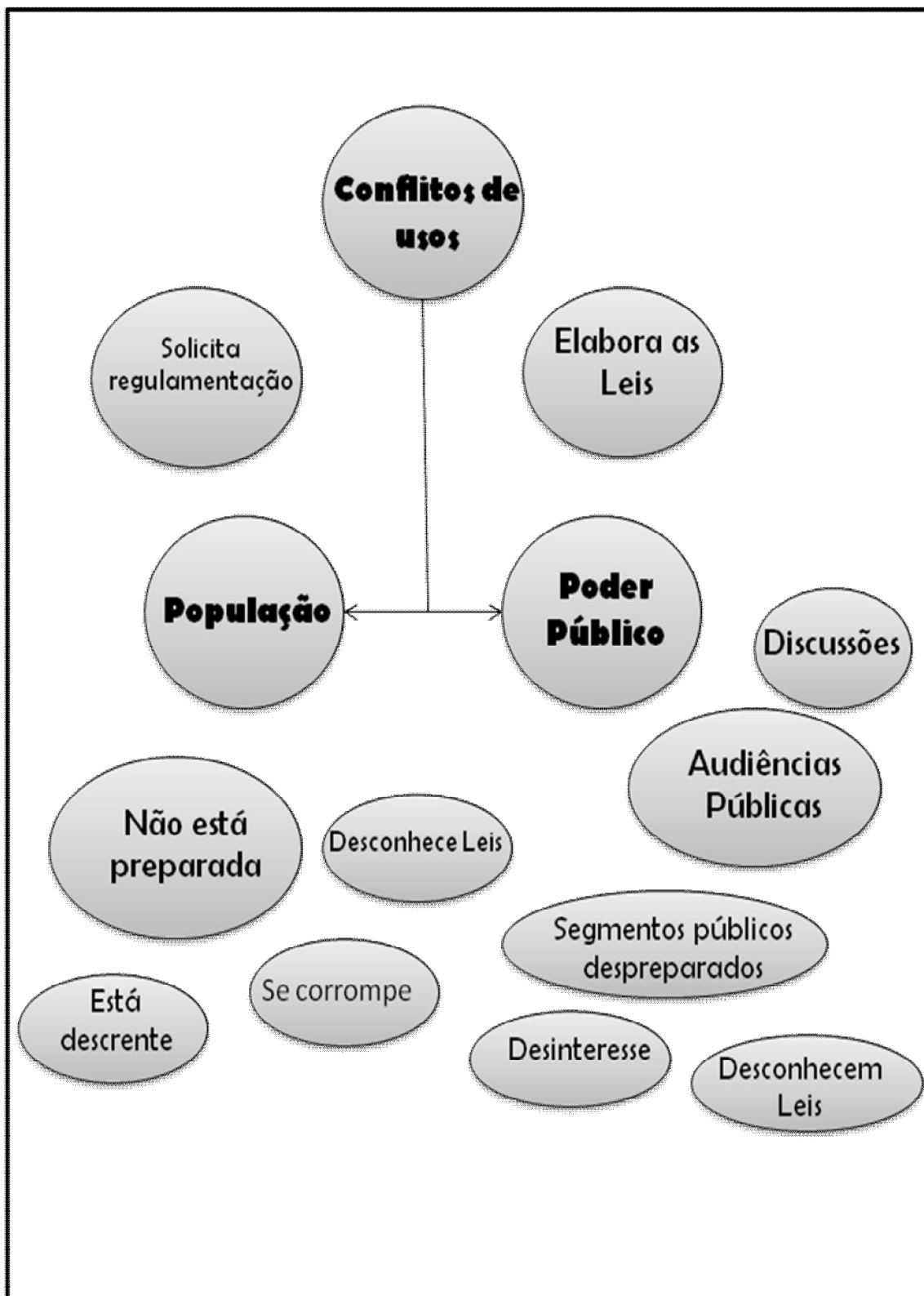
Para o entrevistado, a questão dos conflitos de uso não se constitui apenas em uma medida política ou técnica, vai muito, além disso, para ele, “a gestão urbana e os conflitos de uso que os zoneamentos ainda encaram não é uma decisão somente técnica. É uma decisão técnica, mas muito mais uma decisão social” e para resolver este impasse a solução apontada pelo geógrafo evidencia a necessidade de um envolvimento maior da comunidade, da instrumentalização da mesma. Para atingir este objetivo, a prerrogativa lançada por ele inclui a escola e o que se ensina nela:

[...] uma disciplina como a geografia, por exemplo, se precisa de uma geografia muito mais moderna, parar de falar de socialismo e capitalismo um pouco e deixar o muro de Berlim de lado, parar de dar aula de história, o muro de Berlim até 1989, se podia falar dele como geografia, agora é aula de história, tem professor que continua dando aquelas mesmas aulas do muro de Berlim! Então, é preciso falar um pouco mais da gestão urbana e das políticas públicas. Os conflitos não vão conseguir ser superados, enquanto a população não tiver esta consciência.

Dentro do discurso do entrevistado podem ser instituídos alguns núcleos representativos (FIGURA 4). Tais núcleos se concentram em apontamentos pertinentes que se fazem importantes para a análise das colocações do poder, enquanto categoria integrante do espaço de relações planejamento urbano x sociedade. Na Figura se podem verificar centralidades que emergem no discurso a cada nova frase proferida. Ao redor de cada núcleo se podem verificar pontos que abrangem mais do que simples colocações articuladas no momento do discurso. Elas representam um posicionamento, uma maneira de dimensionar o problema próprio de quem ocupa uma posição de relativa importância dentro do contexto em que emanam os conflitos, no caso, os conflitos de uso, ocorridos no bairro Capela Velha, integrante do Quadro Urbano Municipal de Araucária, especificamente, entre zona residencial e zona industrial. A Figura pode ser explicada da seguinte maneira: as ações do Poder Público geram conflito de usos entre a população e as indústrias. Na tentativa de tentar resolver o impasse o Poder atua como elemento que elabora e funda leis que têm por objetivo equacionar os conflitos. A atual gestão se diz inovadora em sua maneira de lidar com a elaboração das Leis, em especial a do novo Plano Diretor em fase de votação, se utilizando de metodologias inovadoras, como a de buscar representatividade nas classes sociais e nos diversos segmentos que compõe o Poder público. No entanto, ao fazer isso, a Comissão do Plano Diretor se deparou com situações inusitadas onde se evidenciaram o despreparo tanto da população como dos próprios segmentos convidados a fazerem parte do processo de discussão. Os trechos a seguir demonstram bem este afirmativo da fala do entrevistado:

Ainda não se tem aquela consciência plena. Isso eu diria de 80 talvez até 90% da população, 10% está preparada para esta discussão. Sem contar a situação das pessoas não saírem de casa mesmo. Nós fazíamos propagandas com carro de som, panfletos no terminal e jornal. As pessoas não saem de casa. Nós fizemos em todos os horários: à noite em vários horários, durante a semana em vários horários. Mas a média era sempre a mesma, as pessoas não vão, não participam mesmo. [...] Araucária não está preparada para orçamento participativo, gestão democrática [...]. Foi o que se sentiu nas reuniões.

FIGURA 4: NÚCLEOS REPRESENTATIVOS – PLANEJAMENTO URBANO



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008).

Quanto aos segmentos do Poder público, o entrevistado comenta que:

Enquanto alguns segmentos vêm fortes, outros [...] A assistência social veio e se colocou tranquilamente, enquanto que os empresários vieram e [...]. Péssimo. A questão econômica se não somos nós fazermos não tinha saído nada, não tinha o capítulo da parte econômica, porque os industriais não estavam preparados para isso, nem queriam discutir com a população[...]. Os próprios colegas não estão preparados.

A população não está preparada por que: não conhece Leis, está descrente que a situação seja discutida e cumprida e porque se corrompe com facilidade, como se pode verificar no trecho a seguir retirado da fala do geógrafo:

E quando as pessoas vêm para discutir esta questão, aí elas fazem aquilo que elas mais criticam nos políticos, elas administram o próprio umbigo. Tomando-se o seguinte exemplo: “vejamos bem, nós temos 10 reais para gastar no município inteiro, vamos gastar um real em cada bairro?” Tem um que diz: “não, mas o meu bairro precisa muito mais, aqui você tem que gastar quatro, os outros seis vocês divide por aí. [...]”. É como reunião de condomínio, poucas pessoas vão, todos criticam, mas ninguém quer ser síndico. É isso que aconteceu aqui em Araucária, muitas pessoas vinham com intenção de conseguir um cargo. O cara fazia “correria” algum tempo depois ele estava junto com algum secretário, diretor, estava lá. Diziam: “ai, estou desempregado” são coisas assim que [...]. Honestamente, aquele que veio com a cara a e a coragem, dá para contar nos dedos e faltaria gente.

Para o entrevistado, o Plano Diretor poderia ter sido facilmente desviado para um viés político e só não o foi devido à ética, presente, sobretudo por parte do prefeito, como coloca neste trecho de seu discurso: “A população não está preparada. Se nós quiséssemos ter desviado o Plano Diretor para um viés político, e muita gente se arrepende hoje por nós não termos feito, muita gente acha, olha podia ter usado... o prefeito não autorizou mesmo”. Referindo-se às boas intenções do prefeito e à sua sinceridade e responsabilidade no trato com o dinheiro público, o geógrafo profere seu discurso tentando reproduzir as palavras do chefe municipal:

Na reunião que fizemos para explicar o que era e como seria o Plano Diretor do Município, o prefeito disse que queria que nós instrumentalizássemos (ele usou esta palavra) as pessoas para que elas deixassem de vir aqui pedir coisas, pois quanto mais elas conhecessem de lei, menos elas viriam até a Prefeitura pedir coisas. Ele usou o exemplo da manilha, que as pessoas querem que dê para

eles usarem dentro da casa deles, e se eles soubessem um pouco de lei isso não iria acontecer mais. Tinha muito disso. O quarto andar¹⁷ aqui era terrível e quando se foi cortando isso, as pessoas não entenderam. o cidadão quer o esgoto na frente da casa dele, você passa o esgoto na frente da casa dele, puxa até a linha do muro dele, ele quer que você dê a manilha para dentro da casa também!

Desta maneira, os núcleos inferem todos sobre a população, ou seja, a boa vontade da atual administração e a falta de preparo da população em discutir, em participar da gestão, em conviver com uma gestão democrática. O planejamento da cidade, segundo o entrevistado, requer que sejam diretamente envolvidos em sua trama os artigos 182 e 183 da atual Constituição Federal, tendo como regulamentador o Estatuto da Cidade, sendo este o espírito da Lei trazido para o Plano Diretor de Araucária um espírito “de participação, de gestão democrática, do cidadão participante” argumenta o geógrafo, mas em suas palavras, o cidadão “não está preparado para isso, como eu disse no começo, o orçamento participativo, gestão democrática [...]”. Desta maneira, o entrevistado concluiu suas considerações.

Estas foram as colocações da SMPL. Parte-se neste ponto para as considerações da SMMA, componente importante no processo de instalação das empresas na área industrial do Município, pois emite os alvarás de funcionamento e zela pela qualidade do ambiente urbano e de seu patrimônio ambiental.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

A proteção ambiental e os cuidados com a preservação do ambiente urbano se consolidam como necessidades emergentes na atualidade. Tais preocupações começaram a ganhar força e sentido, sobretudo, após a Conferência realizada no Rio de Janeiro, a ECO 92. Dentro das intenções pretendidas ao final da conferência, estão os parâmetros a serem seguidos pelas cidades, principalmente, as industrializadas.

A Secretaria de Meio Ambiente do Município de Araucária tem como metas, segundo a Lei nº 1.547/05¹⁸:

¹⁷ O quarto andar é onde se localiza o gabinete do prefeito no Paço Municipal Ignácio Kampa, Araucária / PR.

¹⁸ Disponível em <www.araucaria.pr.gov.br/smma> acesso em 02/12/08.

- A programação, coordenação e execução de política de preservação de meio ambiente, das praças e bosques;
- A manutenção e preservação das reservas florestais do Município;
- O desenvolvimento de pesquisas referentes à fauna e à flora, o levantamento e cadastramento das áreas verdes;
- A fiscalização das reservas naturais urbanas;
- O combate permanente à poluição ambiental, visual e sonora e a elaboração de projetos paisagísticos;
- A administração da exploração de parques, bosques e praças e sua ocupação social;
- A implementação e administração da exploração de parques, bosques, hortos e viveiros municipais;
- A criação de áreas verdes;
- A programação, coordenação e execução da política de serviços de limpeza pública urbana;
- A coordenação de serviço de coleta, reciclagem e disposição final do lixo e dos resíduos residenciais;
- A exploração da reciclagem do lixo diferenciado;
- A definição da política de disposição final do lixo e resíduos industriais;
- A apreensão e encaminhamento de animais;
- A administração e manutenção de cemitérios, capelas e serviços funerários;
- A execução orçamentária de sua e outras atividades correlatas.

Dentre estas metas estabelecidas para esta Secretaria, a que representa maior interesse para o presente trabalho é a que diz respeito ao combate permanente à poluição ambiental.

Para encontrar respostas a esta e outras questões que surgiram durante o desenrolar das pesquisas e que adiante serão retratadas, foi procurado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) um técnico responsável pelas questões atreladas ao Planejamento e Zoneamento Urbano. Quem se dispôs à entrevista foi senhor Hélio Luis Bzuneck¹⁹, biólogo desta Secretaria. Em relação à meta de interesse para a pesquisa, o senhor Hélio comentou que esta meta está diretamente ligada ao zoneamento urbano, uma depende da outra:

¹⁹ BZUNECK, H. L. Entrevista concedida a MOURA, N. dez / 2008.

Por exemplo, se uma empresa quer se instalar no Município, ela entra com uma guia amarela na Prefeitura, onde terá acesso ao mapa de zoneamento, verificando em qual zona se situa o possível empreendimento, verificando os parâmetros necessários à sua instalação. Se for diagnosticado que neste terreno, tem curso hídrico, tem nascente, tem área verde, automaticamente esta consulta vem aqui para a Secretaria (SMMA) que fica encarregada pela vistoria no local para verificar se o terreno é ou não apto. Neste caso, a resposta seria a de que neste tipo de terreno, com estas condições, não pode ser construído nada e é definido que a área não é edificável por inteiro o que já impede que a empresa se instale. Se for permitido, serão feitas restrições, como as do tipo: manter trinta metros ao longo do rio, preservar áreas verdes [...] até se obter o tamanho da área que poderia ser utilizada para construções. Se a empresa aceitar as normas, lhe é concedida a guia amarela. Após, este processo, a empresa deve realizar a elaboração do projeto de sua obra, que também tem que passar pela SMMA, para ser avaliado em relação ao cumprimento da legislação em vigor, realizando nova vistoria no local. Se tudo estiver correto, o Município concede uma anuência para ele. Entretanto, se a empresa gerar poluição, deverá solicitar ao Governo do Estado, o licenciamento ambiental. Novamente lhe será solicitado seu projeto, para verificação do controle ambiental a ser realizado pela empresa. Caso seja emitido tal licenciamento, esta deve ser trazida até a SMMA, para ser emitido um parecer final quanto a instalação ou não da empresa. Mas se a empresa for de grande empreendimento, é necessário que se realizem audiências públicas. Tal processo envolve novamente a Prefeitura, que marca uma data para ser realizada tal audiência, com a devida divulgação para verificar se a população está ou não em acordo com tal empreendimento.

Segundo o biólogo, todas as etapas pelas quais deve passar um empreendimento industrial passam pelo Meio Ambiente e pelo Zoneamento Urbano. Possuindo ligação estreita, onde cada tipo de uso do solo que se pretende realizar dentro da área do Município deve obrigatoriamente passar por ambos, a relação entre os dois segmentos se dá de maneira que ocorra um perfeito entendimento entre o desenvolvimento econômico e o controle ambiental. Assim, um não pode realizar nada sem o aval do outro, por que são processos complementares em órgãos distintos, que tratam o mesmo problema.

Sobre as metas desta Secretaria, o que se obteve de informações se restringe ao retratado. Entretanto, o cerne da entrevista não se concentra nas atribuições da mesma e sim em suas ligações efetivas com o Planejamento Urbano e com o zoneamento, bem como na visão desta acerca da proximidade entre as

zonas, ou, do conflito de usos. Destarte, foi sobre este ponto que a maioria dos questionamentos se concentrou.

Durante sua fala, o senhor Hélio forneceu algumas informações sobre o processo de elaboração do Plano Diretor e a participação da SMMA no processo. Ele colocou que desde o início da licitação para a contratação da empresa que faria a consultoria técnica houve a gestão participativa. A Secretaria de Meio Ambiente participou desde o início, quando foram feitas as primeiras reuniões para a escrita do Termo de Referência para a abertura da licitação. Segundo o senhor Hélio, o Meio Ambiente desde a elaboração deste termo “já participou para ver o que se podia pedir para ser abordado no Plano Diretor para contemplar a área ambiental, desde a elaboração do Plano foram colocados vários itens para garantir a preservação ambiental”.

Outro ponto importante a destacar em relação a esta temática diz respeito às reuniões realizadas com a população. O biólogo salienta que durante estas reuniões a população se pronunciava no sentido de evidenciar os problemas ambientais que existiam no bairro. Entretanto, os problemas levantados pela comunidade nem sempre eram responsabilidade do Município:

Nas reuniões que foram realizadas com a população, não tínhamos a participação que gostaríamos de ter. Nestes momentos, questionávamos os presentes acerca dos problemas ambientais ocorridos no bairro. Todos os fatos citados pela população eram anotados e após, era realizado um processo de análise para verificar se o problema era ou não de atribuição do poder público municipal. Caso não fosse, nós explicávamos a que órgão competia a resolução do problema levantado e a quem deveriam recorrer para que o problema fosse resolvido, indicando também os órgãos competentes por tais ações (BZUNEK, 2008).

Outra questão pertinente em relação à participação da SMMA no Plano Diretor se refere à possibilidade ou não da execução do que estava sendo colocado na redação final do Plano. A este respeito, o senhor Hélio se coloca da seguinte maneira:

Durante o processo de escrita e elaboração do novo Plano Diretor, era imprescindível que a Prefeitura e suas Secretarias apontassem a exeqüibilidade ou não daquilo que estava sendo colocado em Lei. Este processo garantia que fossem colocadas em Lei, somente ações capazes de serem exeqüíveis, pois de nada adianta uma Lei que não pode ser posta em prática. Deste modo, foram retiradas ou

colocadas ações consideradas pertinentes. Também se tomou o cuidado de garantir as atribuições da Prefeitura, sem competir a ela funções que não são de sua responsabilidade ou de responsabilidade do Governo Estadual ou Federal (BZUNECK, 2008).

A preocupação no resguardo das atribuições Municipais se faz presente também neste trecho. A necessidade de justificar o porquê de não existir e de salvaguardar a responsabilidade Municipal sempre se fazem presentes.

Para ao senhor Hélio, o Plano Diretor conseguiu recheiar-se de metas ambientais “em virtude de escutar o povo falar sobre seus anseios” (BZUNECK, 2008) desta maneira, foi garantida, segundo o entrevistado, a política de preservação ambiental do Município.

Em relação aos conflitos entre zonas existentes no Município, o entrevistado disse ser este um dos grandes problemas de ordem legal existentes. Neste sentido, o entrevistado disse que esta seria a causa de grandes discussões e atritos entre os industriais e a população. O trecho a seguir traz a opinião do senhor Hélio em relação aos conflitos de usos:

Um grande conflito de usos existente no Município é a proximidade da zona industrial com a zona residencial. Quem chegou primeiro? É complicado saber. Tomando como exemplo a COCELPA²⁰, pode-se verificar que sua construção data da década de 1970. O conceito de zoneamento que se tinha naquela época era bem diferente do que se tem neste momento. Naquela época o sonho dos administradores era colocar a indústria ao lado das casas para diminuir custo de transporte [...] (BZUNECK, 2008).

O entrevistado salienta que em razão da construção da COCELPA e do conceito que se tinha sobre zoneamento, foi construído um loteamento ao lado da empresa para que os moradores pudessem trabalhar próximo onde moram e economizar com transporte por que à época a “indústria era o progresso”. (BZUNECK, 2008). No entanto, “ninguém imaginava que aquela fumaça iria trazer problemas. Só pensavam no emprego. Com o passar dos anos eles viram que o progresso não era progresso, chamava-se poluição”. A partir disso, segundo o entrevistado, começaram os conflitos entre os moradores e a indústria, pois o morador ao deixar de trabalhar naquela empresa, passou a ver esta como sua

²⁰ COCELPA: Companhia de Celulose e Papel do Paraná, sito à Avenida do Xisto, km 14,5. Jardim Alvorada, Araucária / PR.

“inimiga” encarando-a como aquela que não “o deixava dormir a noite por causa do barulho, do cheiro, do particulado, da emissão de fuligem [...] e teve início uma série de conflitos” (BZUNECK, 2008).

Segundo o senhor Hélio, a Prefeitura Municipal foi obrigada a administrar tais conflitos fazendo para isto “uma alteração no zoneamento” transformando a área residencial em uma área de transição residencial industrial. Esta medida foi tomada na intenção de incentivar as empresas a comprarem as casas da área residencial para que aos poucos a transformassem em área industrial somente. No entanto, “as empresas não se interessaram em comprar as casas, pois o custo seria muito alto, o metro quadrado ficaria muito caro” (BZUNECK, 2008). Outra tentativa da Prefeitura, segundo o biólogo, foi a intenção de desapropriar os moradores indenizando-os e realocando-os com verbas do Governo Federal, mas os custos seriam muito elevados para a resolução de um problema pontual, o que levaria ao endividamento do Município por décadas. Então, para a resolução do problema, foi realizada a mudança no zoneamento

[...] na intenção de fazer com que as pessoas se sintam a vontade em sair do local. Motivadas pela valorização imobiliária, vendam suas casa e comprem outro imóvel em local adequado. Entretanto, em acordo com uma pesquisa que realizamos com os moradores do bairro, evidenciou-se que as pessoas não têm intenção de sair ou de vender seus imóveis, porque gostam do bairro (BZUNECK, 2008).

O problema da proximidade e o conflito de usos se fazem presente em outra área do Município, segundo o senhor Hélio, que se situa justamente na área de estudo. Trata-se de uma empresa que se localiza em uma área industrial e ao seu lado existe uma área residencial. Para o entrevistado, o papel do Meio Ambiente nestes casos é servir como agente de diálogo entre a população e a empresa. O trecho a seguir demonstra a representatividade da SMMA nestes casos, relatado pelo entrevistado.

O povo reclama do problema da poluição sonora. Por lei, Federal e Municipal, a indústria tem o direito de trabalhar durante o dia até 70 decibéis e a noite até 60. Entretanto, para a zona residencial existe outra Lei que permite que ela tenha direito ao sossego, com 10 decibéis abaixo do ruído de fundo. No entanto, como se deve proceder quando indústria e residências distam por apenas uma rua? Não se pode impedir que a poluição atravesse a rua! Estas situações geram os conflitos, nos quais ambos têm direitos feridos. E é função

da SMMA tentar apaziguar no sentido de encontrar um termo que sirva para os envolvidos, mas, isto nem sempre é fácil de ser conseguido. (BZUNECK, 2008).

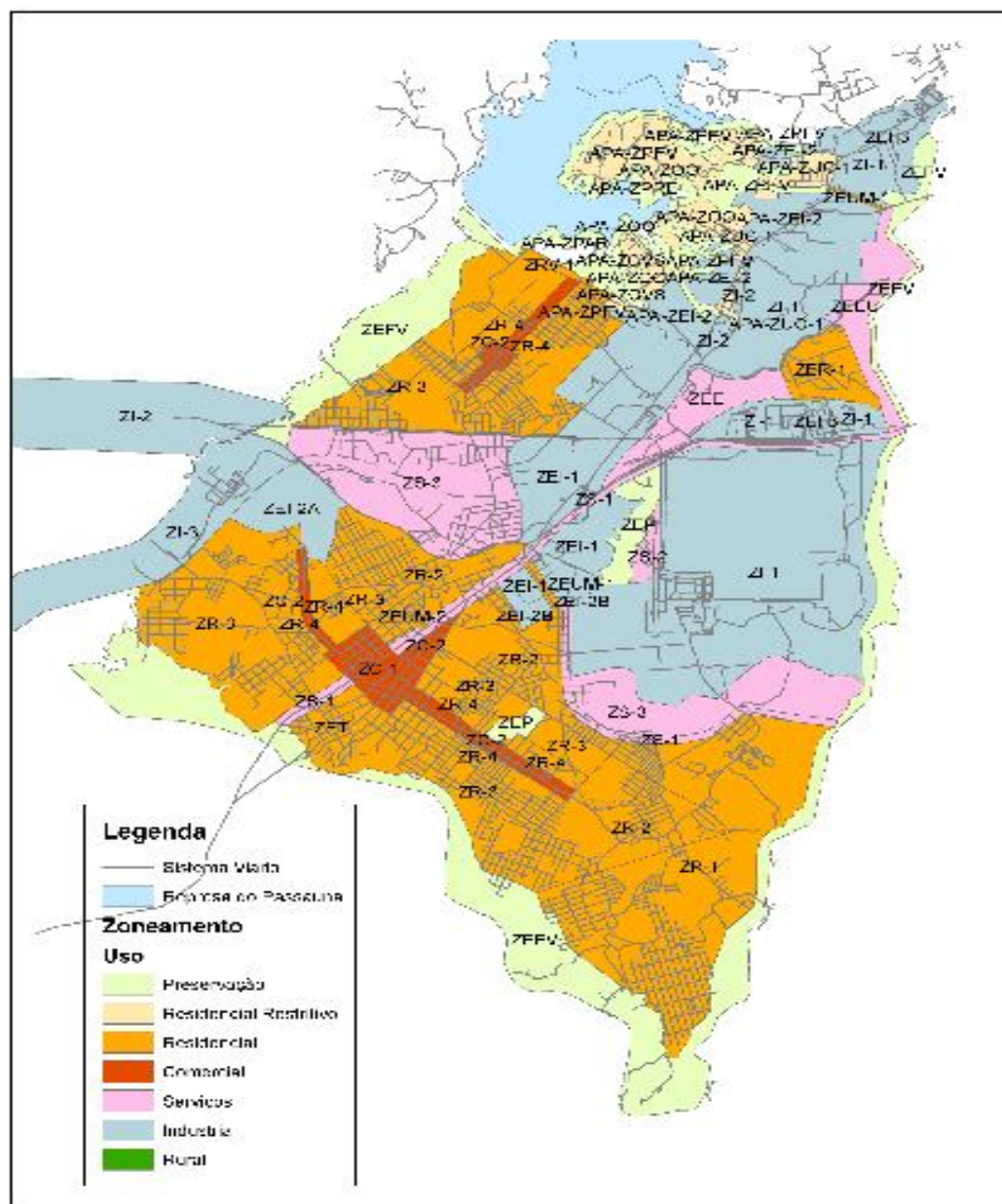
Segundo o entrevistado, a empresa encontra-se em processo de negociação com a PMA para a realização de uma obra de ampliação de suas instalações e que durante as discussões se está tentando fazer com que a empresa diminua os impactos que gera a área residencial vizinha. O entrevistado salienta que “este zoneamento é um grande problema e que no novo Plano Diretor a medida que se tomou para tentar amenizar a situação, foi a criação de um “cinturão em volta da zona industrial” numa tentativa de reduzir “o ruído e o movimento existentes na zona industrial” (BZUNECK, 2008). Este cinturão foi chamado de zona de serviços e possui funções de menor impacto, separando a zona industrial da residencial. Entretanto, existem residências nestes cinturões. Como resolução a este problema, a PMA espera, segundo o biólogo, que dentro de algum tempo

[...] se valorize o metro quadrado na região estimulando a venda dos terrenos e a compra em outro lugar. Mas existem muitos terrenos em zona industrial e em zona de serviços que ainda estão vagos. Isto dificulta a compra de terrenos em áreas residenciais por empresas interessadas em realizar empreendimentos industriais, o valor de instalação ficaria muito elevado. Entretanto, quando os terrenos estiverem todos ocupados, acredita-se que a procura por estes terrenos aumentará, fazendo com que o problema caminhe para uma possível solução (BZUNECK, 2008).

No Mapa 5 se pode verificar a nova disposição das zonas, citadas tanto pelo senhor Hélio como pelo geógrafo. Trata-se do zoneamento²¹ proposto pelo Plano Diretor reformulado que, como dito, encontra-se tramitando na Câmara de Vereadores do Município. O discurso do senhor Hélio deixou transparecer em suas linhas sua profunda ligação com o universo reificado. Sua fala marcou-se pelo trato direto com o institucional. A Figura 5 retrata esta questão.

²¹ Disponível em: < www.araucaria.pr.gov.br>. Acesso em: 01/12/2008.

MAPA 5: NOVA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DE ARAUCÁRIA – PLANO DIRETOR MUNICIPAL

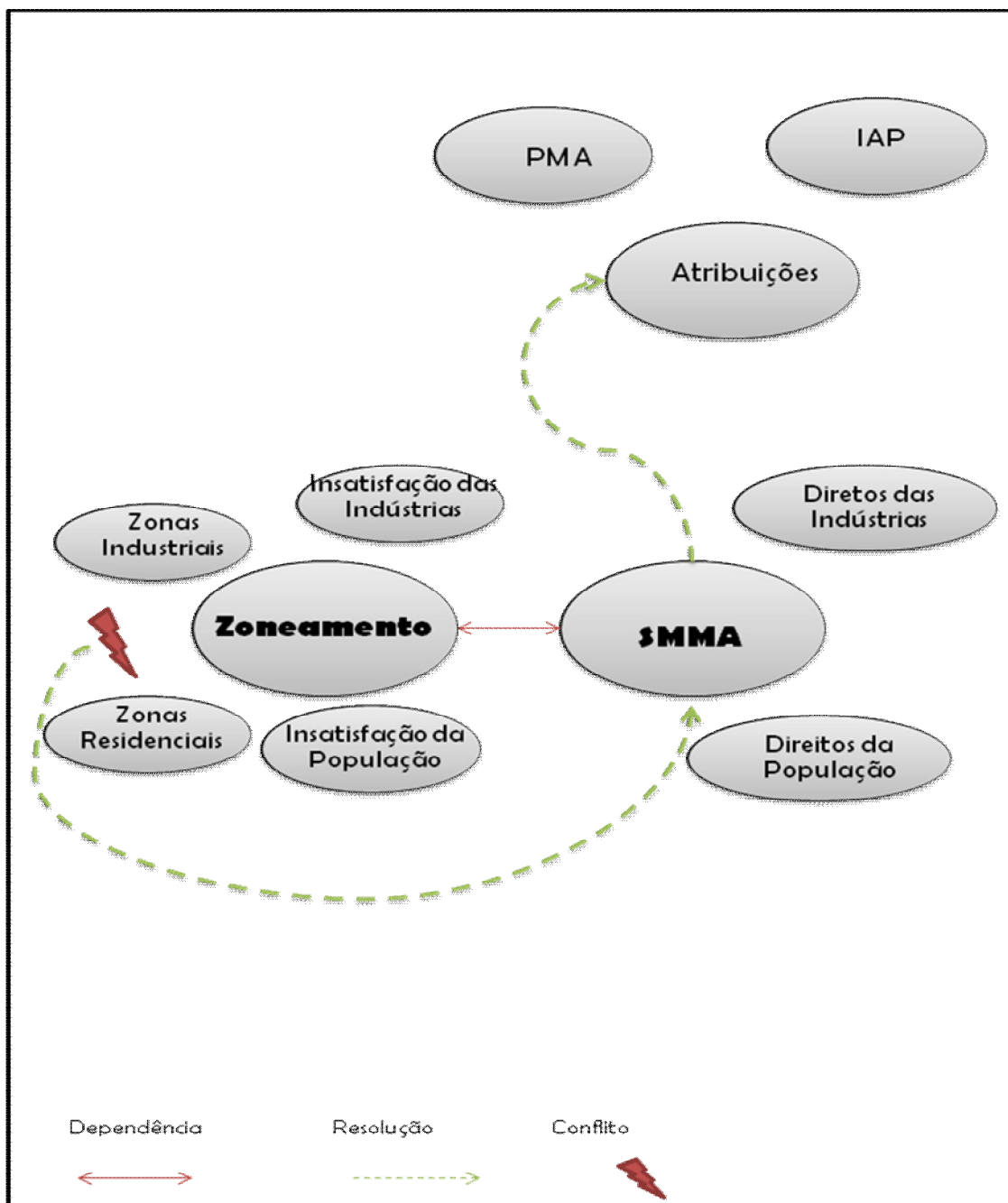


FONTE:< <http://www.araucaria.pr.gov.br/plano/downloads/mapas/Zoneamento.gif> >. Acesso em: 25/11/2008.

Organização: MOURA, N. (2008).

A centralidade principal em seu discurso se refere à ligação de complementaridade entre o zoneamento urbano e a SMMA, onde situaram os pontos considerados por ele, como sendo os de maior importância dentro da temática abordada.

FIGURA 5: NÚCLEOS REPRESENTATIVOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: Pesquisa de campo (2008).

Organização: MOURA, N. (2008).

Transitando ao redor do zoneamento, se encontram os conflitos de uso entre o industrial e o residencial nos quais a SMMA atua como mediadora entre os

ânimos, buscando sempre apaziguar a situação. Também ao redor do zoneamento e ligada ao conflito de usos, encontra-se o sentimento de insatisfação da população e das indústrias, ambas querendo ter seus direitos garantidos legalmente. Neste contexto, a atuação da SMMA, segundo o entrevistado, se dá através da colocação de suas atribuições nos usos dos instrumentos legais de que dispõe para garantir os direitos de um e de outro, tornando de conhecimento público as atribuições inerentes a si, enquanto órgão legal.

Os direitos das indústrias e da população são feridos no conflito de usos causados pela proximidade entre as zonas, cabe a SMMA a busca por alternativas à solução destes sem, no entanto, radicalizar demais suas atitudes a fim de não causar a evasão das indústrias envolvidas nem de aumentar ainda mais a insatisfação popular. Para o senhor Hélio, a proximidade entre as zonas é apontada como um dos “grandes problemas” dentro do Quadro Urbano Municipal e a solução para o mesmo foi encontrada na mudança do traçado do zoneamento, numa tentativa de “filtrar o barulho e o movimento” das zonas industriais, criando uma zona de serviços, com atividades de menor impacto que trariam a valorização dos imóveis e tendo como intenção também a expulsão indireta dos moradores destas áreas devido a tal valorização.

Entretanto, ao se observar o Mapa 5 proposto para o novo Plano Diretor Municipal, se pode notar que ainda existe o contato direto entre o bairro Capela Velha e a zona industrial. Nas outras zonas residenciais se pode observar que realmente foi feita a zona de serviços funcionando como um cinturão, um filtro que tem como meta amenizar os transtornos causados pelas indústrias às zonas residenciais.

Tendo como base estes apontamentos iniciais, se fez iminente saber e analisar os discursos da população envolvida, suas razões e posicionamentos em relação ao problema, se é que elas o encaravam como um problema, bem como saber qual a dimensão dos fatos para ela, envolvendo também em alguns momentos, o discurso do poder legal como complemento. Destarte, o capítulo seguinte traz como meta dar conta destes apontamentos e de outros que surgiram no decorrer das análises.

4 OPINIÕES QUE SE CRUZAM

Eu acho. Eu penso. Eu acredito. Estas entre outras afirmativas foram ouvidas durante a coleta das entrevistas. Muitas vezes as pessoas têm dificuldade em exprimir o que pensam com medo de estarem erradas. A observação participante contribuiu muito para que se pudesse ter um diálogo mais proveitoso com os entrevistados, pois pelo convívio, se teve maior afinidade com o grupo, que depositou mais confiança e se sentiu mais livre para expressar suas opiniões sem medo do que é certo ou errado. Este capítulo busca dar conta da análise das opiniões de uma população que convive diariamente com os danos causados pelas empresas ao meio ambiente e à saúde de todos. Para tanto, foram selecionados trechos dos discursos que atendessem a especificidade retratada neste trabalho de pesquisa.

4.1 O LUGAR ONDE EU VIVO

Parar para pensar na vida. Na agitação dos dias contemporâneos, ficar pensando é quase um sinônimo de prejuízo, pois “tempo é dinheiro”! Entretanto, quando se consegue realizar esta façanha, a percepção que vem à memória nem sempre é fundamentada em raciocínios lógicos. Na maioria das vezes o que fala mais alto são os sentimentos e emoções que emergem do âmago interior de cada um. Por isso, falar sobre o lugar onde se vive, implica em pensar também no como se vive neste lugar (que será a segunda parte desta análise) e a partir daí, tentar elencar elementos que juntos consigam exprimir um pensamento.

Falar sobre o lugar consiste em uma tarefa que nem sempre as pessoas se dão ao trabalho de fazer. Para que se obtivessem elementos coerentes, a observação que se fez foi participante, no sentido de ganhar a confiança daqueles que seriam entrevistados e extrair de conversas em situações triviais os depoimentos que aqui foram utilizados como elemento de análise para se falar do espaço de relações planejamento urbano x sociedade. Ao falar sobre o lugar, sobre o bairro Capela Velha, os entrevistados deixaram, além de marcas pessoais, marcas

²² UM. Entrevista concedida a MOURA, N. out./08.

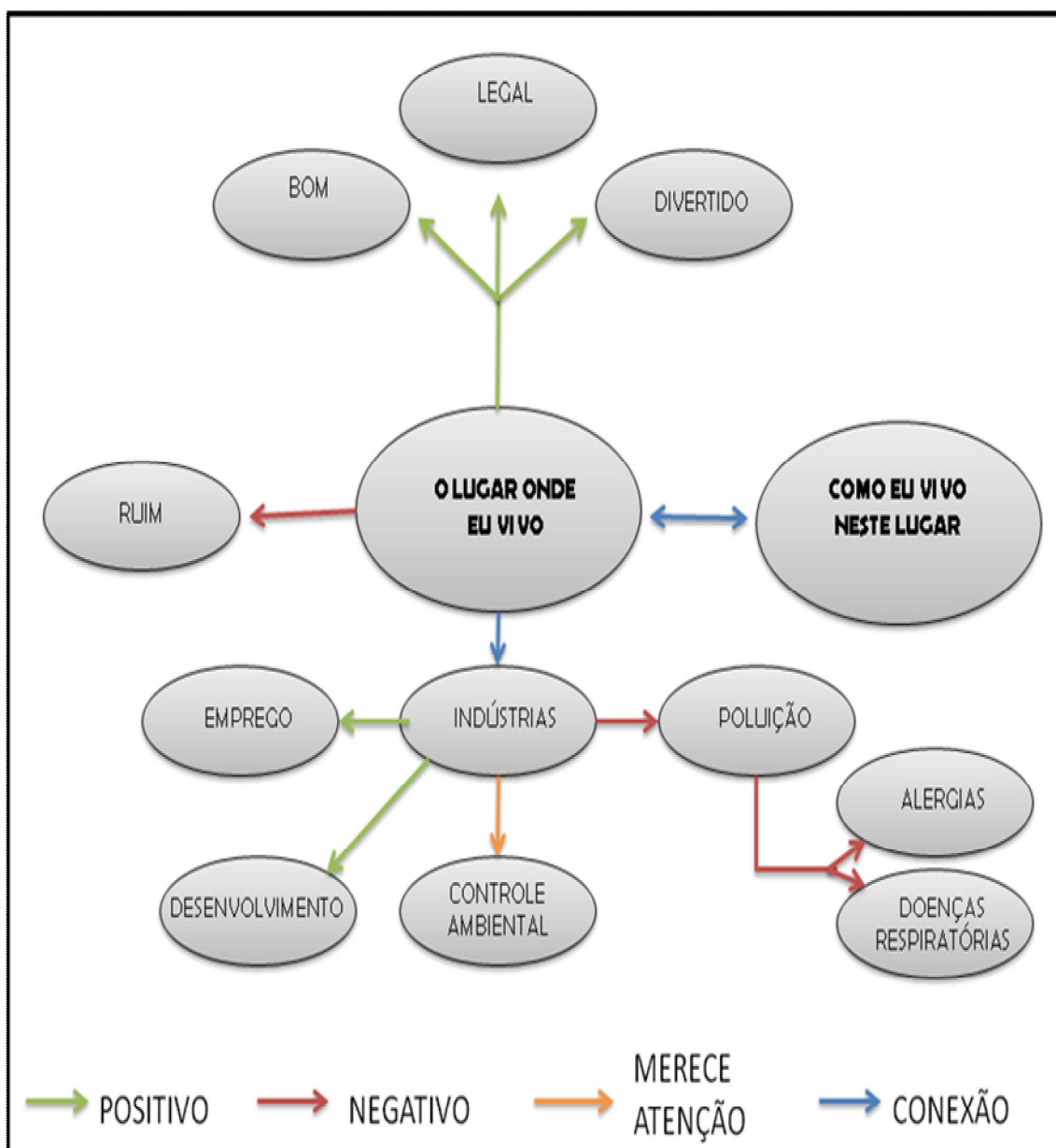
comuns em seus discursos. Para efeitos de melhor entendimento e compreensão das intenções do presente trabalho, se optou pela elaboração de um mapeamento dos temas mais recorrentes nos depoimentos, a fim de elucidar com maior clareza seus aspectos mais relevantes. Assim sendo, a Figura 6, procura refletir os dados de maior relevância para que os objetivos finais fossem alcançados. Esta Figura privilegiou o quesito “o lugar onde eu vivo”, portanto, a parte que trata do “como eu vivo neste lugar” terá destaque no próximo segmento deste capítulo, para que ao final sejam retratados como complementares.

Na Figura, foram mapeados os dados que se fizeram presentes com maior intensidade. As cores foram utilizadas para diferenciar o valor que foi atribuído a cada quesito. Analisando as entrevistas, pode-se avaliar que as mesmas podem ser divididas em três grupos: 1) aqueles que mencionaram gostar do lugar; 2) aqueles que mencionaram gostar, mas que o criticam; e, 3) aqueles que mencionaram não gostar e o criticam.

Começando por aqueles que mencionaram apenas gostar do lugar sem lhe atribuir crítica alguma, se pode observar logo de início a maneira como estas pessoas descreveram sua história de vida. Em geral, são migrantes vindos de outras partes do país e também do próprio Estado, que vieram para Araucária com a expectativa de encontrarem melhores condições de vida do que as que tinham em seu lugar de origem. De maneira semelhante, são histórias marcadas pelo sofrimento e pela angústia em mudar de vida. Como exemplo, cita-se um trecho da entrevista do senhor UM²², morador do bairro, em que o mesmo descreve parte de sua trajetória de vida até chegar ao Município e ao bairro:

Eu sou nordestino e vim para o sul com sete anos de idade. Vim de pau de arara, porque na época não tinha dinheiro para vir de ônibus [...] vim comendo farinha seca com banana. Quando chegamos aqui no sul, fui vendido para um fazendeiro e eu fui trabalhar para pagar a minha dívida, só que eu não conseguia pagar, pois quando ia acertar ele falava que eu estava devendo quase tudo novamente [...] aí eu fugi [...] comi o pão que ninguém queria comer [...] trabalhei em muitos lugares até chegar aqui. Mas graças a Deus estou aqui com muita saúde e alegria há 35 anos [...].

FIGURA 6: MAPEAMENTO DAS ENTREVISTAS - 1



FONTE: Pesquisa de campo (2008).

Organização: MOURA, N. (2008).

O depoimento da entrevista mostra que mesmo face aos problemas ambientais e sociais que o bairro possa ter, o sentimento de afeto e de agradecimento se sobrepõe, tornando invisíveis os problemas, dando espaço apenas aos pontos positivos. Este é um sentimento de pertença que muitas vezes

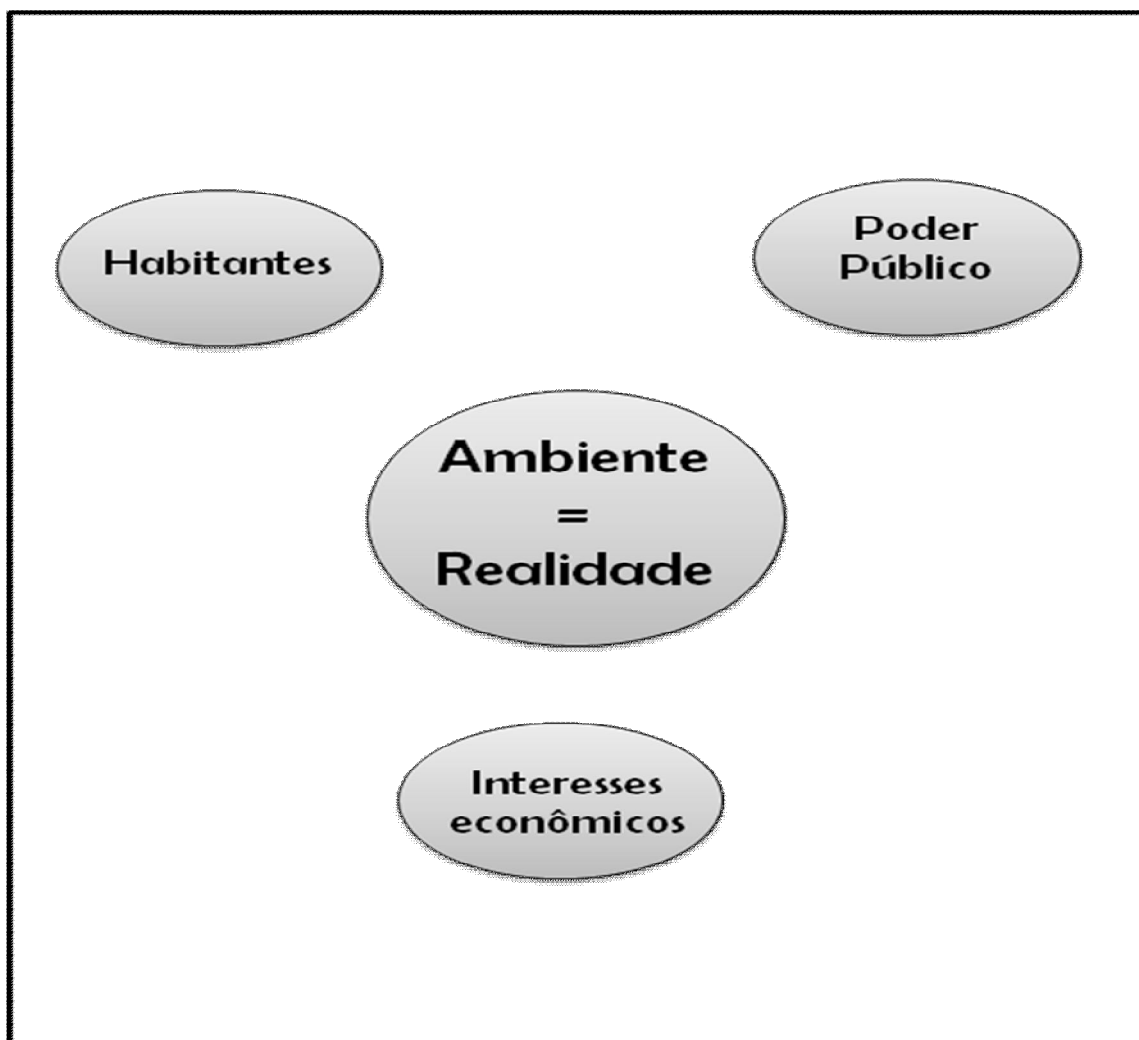
fazem as pessoas imergir na luta pela defesa do lugar contra tudo e contra todos os que o queiram criticar ou degradar de alguma maneira. Os seis entrevistados deste grupo demonstraram isso em seus depoimentos quando enfatizam que “apesar da poluição das indústrias, o lugar é bastante tranquilo”, pois aqui “eu vivo bem, não me falta nada”, como colocou o senhor DOIS²³, aposentado, morador do bairro. Para este grupo de entrevistados, morar no bairro significa mais do que simplesmente “estar” nele. É sinônimo de “estar a salvo”, livre dos perigos de outrora. É um universo onde se sentem bem, apesar das agruras que outros possam atribuir a ele. Para estas pessoas, o bairro é o lugar onde elas se sentem a salvo. Neste sentido, Moscovici (2007) descreve os universos consensuais, como locais onde todos querem se sentir a salvo, protegidos. Entretanto, neste caso o cruzamento entre os discursos coloca um universo consensual com diversas dualidades a seu respeito. Entre os que mencionaram gostar, mas não criticam, parecem estar presente também as questões apontadas nos outros dois grupos, ou seja, o reconhecimento dos problemas, pois quando questionados acerca dos problemas ambientais causados pela proximidade com a área industrial, os entrevistados se mostraram afoitos em encontrar justificativas aceitáveis, pois “indústrias tem de ter em algum lugar” destacou o senhor UM, ou seja, a rotina faz com que os fatos pareçam mais aceitáveis, entretanto, o questionamento leva ao pensar sobre o assunto e o que era rotineiro deixa de ser e se torna uma ilusão, fazendo com que a imagem da realidade fique distinta entre as outras imagens presentes no repertório mental (MOSCOVICI, 2007).

Agindo assim, este grupo de entrevistados reflete a dualidade de opiniões presentes, mas reflete também o conhecimento e reconhecimento que os mesmos têm das condições ambientais do bairro (BOURDIEU, 2003). Tal fato os leva a refletir o problema, sem, no entanto, fazer com que suas opiniões mudem, pois como coloca o senhor DOIS, apesar da “poluição, é fácil de ter acesso ao comércio, supermercados, farmácias, posto de saúde e transporte coletivo”. Mas ao ser questionado quanto à utilização dos equipamentos públicos por ele elencados o entrevistado disse que eventualmente utilizava, mas que considerava boas as condições dos mesmos.

²³ DOIS. Entrevista concedida a MOURA, N. out./08.

Neste contexto de dualidades, pode-se retirar uma primeira síntese, ou um primeiro núcleo de opiniões demonstrado pela Figura 7. A Figura deixa transparecer a fragilidade do ambiente enquanto realidade manipulada pelos habitantes, pelas indústrias e pelo poder público. Todos agem sobre ele, com interesses e fins que atendam às suas necessidades. As indústrias trazem desenvolvimento e emprego; o poder público atua sobre o lugar para melhorar as condições de vida da população, e os habitantes fazem uso dos benefícios trazidos por um e outro. Até aqui, tudo indica uma situação estável onde todos têm suas necessidades atendidas, seja de uma maneira, seja de outra. Mas, e o papel do conhecimento fundado no reconhecimento (BOURDIEU, 2003) dos danos causados ao ambiente e à saúde?

FIGURA 7: NÚCLEO REPRESENTATIVO – GRUPO 1



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008)

Quais as consequências que trazem as ações do homem ao meio? Neste ponto, destaca-se o segundo grupo de entrevistados, o dos que mencionaram gostar do lugar, mas criticam as condições ambientais e sociais a que são expostos, refletindo sobre o problema e apontando possíveis soluções por parte do poder público e das instituições privadas, que na visão destes, teriam a obrigação de tomar atitudes coerentes para solucionar os problemas, de maneira a não afetar a população e o meio, ou seja, medidas que priorizem também estas questões, pois “existem muitas empresas por aqui, tem bastante emprego, mas existe muita poluição, que faz mal para a saúde [...] falta por parte das empresas um controle ambiental”, como salientou a senhora TRÊS²⁴. Neste grupo, o sentimento de apego e de valorização do lugar, do bairro Capela Velha, se fez presente ao lado de críticas que se configuram por meio de discursos fundados ora em elementos advindos do universo reificado, ora em elementos advindos do universo consensual, que em muitas das vezes se transpassam e acabam por se misturarem.

A característica mais marcante deste segundo grupo é seu caráter reflexivo e autocrítico. Nele, os entrevistados não deixaram de opinar quanto ao prazer que sentiam em morar no bairro, mas também não deixaram de salientar os difíceis “entretanto” e “mas”. Estas duas conjunções denotam outro argumento, ou seja, outra face da moeda. Mostram que o real, nem sempre condiz com a realidade. Para exemplificar estes elementos, transcrevem-se a seguir alguns trechos de entrevistas, que mostram como os entrevistados deste grupo avaliam os problemas e as qualidades do bairro:

No bairro onde eu moro com minha família tem muitas casas, mas existem também várias empresas e por isso trabalho perto de casa, entretanto, essas empresas poluem e acabam causando problemas de saúde aos moradores ao redor e até mesmo para meus filhos²⁵.

”No lugar onde eu vivo tem muitas empresas que contribuem para gerar muitos empregos para a população do lugar, inclusive para mim. Mas, algumas empresas poluem o meio ambiente²⁶. “O lugar é bom, mas é muito poluído até o ar é poluído.

²⁴ DOIS. Entrevista concedida a MOURA, N. out./08.

²⁵ QUATRO. Entrevista concedida à MOURA, N. set. / 08.

²⁶ CINCO. Entrevista concedida à MOURA, N. set. / 08.

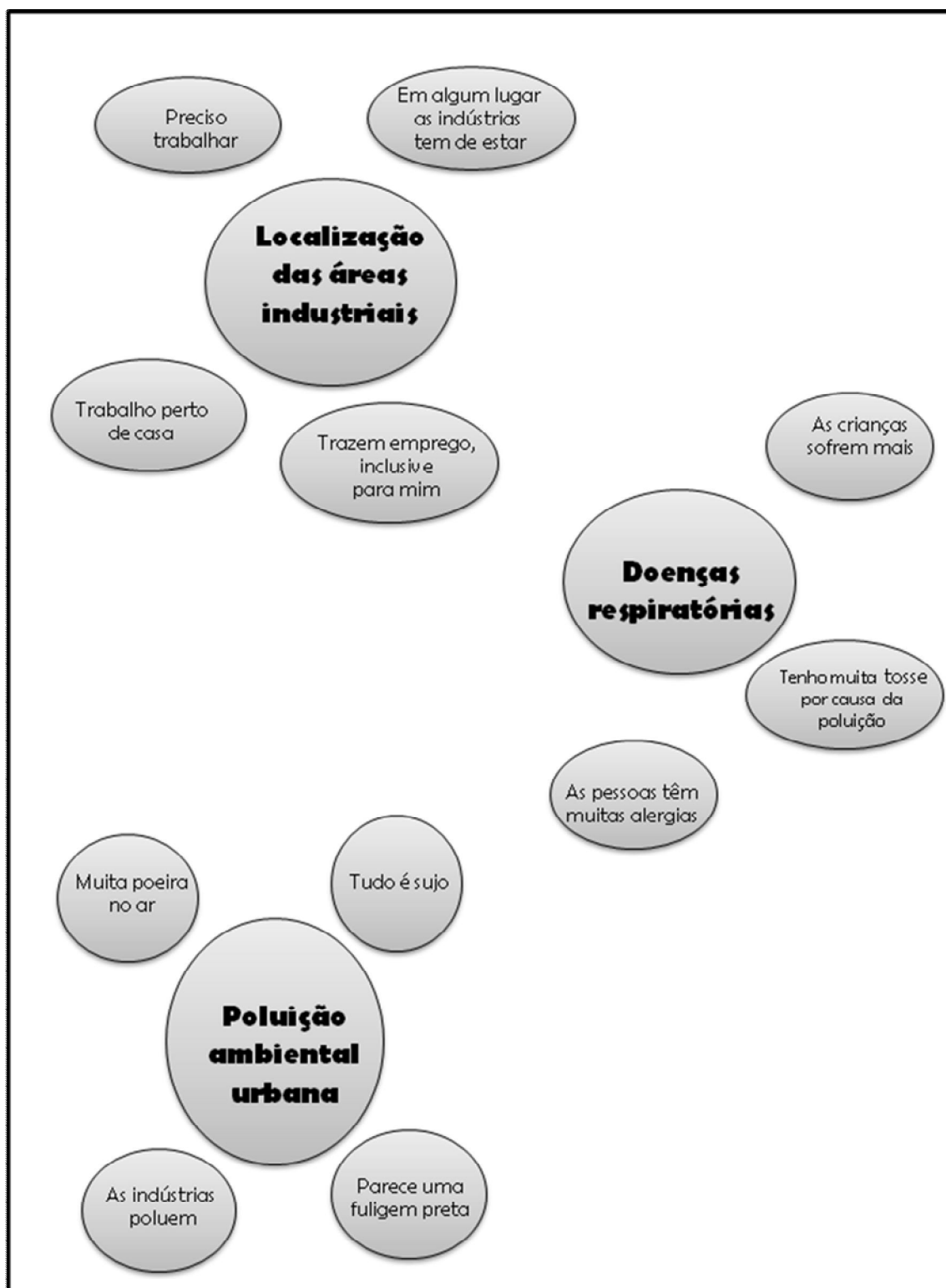
Dá muita doença respiratória nas crianças”²⁷, “Existem muitas empresas por aqui, tem bastante emprego, mas existe muita poluição [...]” (senhora TRÊS).

Estes trechos permitem uma avaliação. Ao mesmo tempo em que os entrevistados destacaram as vantagens de morarem em um bairro próximo às indústrias, eles também destacaram os prejuízos que tinham devido a este fato. Quando questionados sobre o assunto, as respostas ficaram em torno do dilema: “meu emprego, ou o meio ambiente?” Nestes casos, a resposta que se teve foi sempre a mesma: “eu preciso trabalhar para viver” (senhoras TRÊS, QUATRO, senhor CINCO). Aqui não há lugar para criticar se um ou outro grupo tem a razão, nem muito menos expressar a visão que se tem enquanto pesquisador, o que cabe é a análise das opiniões dos grupos sem deixar que sejam influenciadas por posicionamentos acadêmicos que não são os seus. Neste sentido, durante as entrevistas, foi respeitada a maneira com que cada um expôs seu ponto de vista, pois o objetivo foi o de se encontrar um núcleo comum que indicasse as representações sociais inerentes à questão entre o planejamento urbano que diferencia usos, mas que ao mesmo tempo os torna quase que compatíveis ao aproximá-los.

As colocações dos entrevistados levantam pontos importantes que merecem ser destacados. Destacou-se alguns que chamam mais a atenção dentro da pertinência que cabe ao trabalho desenvolvido: 1) localização das áreas industriais nas proximidades das áreas residenciais; 2) poluição ambiental urbana; e 3) doenças causadas pela poluição urbana. Estes problemas foram os que mais chamaram a atenção pelo fato de aparecerem em cem por cento das entrevistas selecionadas para comporem este grupo. Entre si, estes apontamentos levam a conexões elementares que se estabelecem na medida em que um é reflexo do outro, ou seja, um leva ao outro diretamente, nestes termos, a instalação das indústrias e a colocação de residências em área próxima leva a geração de empregos, desenvolvimento, mas também, poluição ambiental e aparecimento constante de doenças, sobretudo as respiratórias. A Figura 8, procura evidenciar os pontos destacados, salientando suas interconexões. O que se pode notar é que os entrevistados procuraram deixar clara sua opinião, buscando elementos que dessem

²⁷ SEIS. Entrevista concedida à MOURA, N. out. / 08.

FIGURA 8: NÚCLEOS REPRESENTATIVOS – GRUPO 2



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008)

base à mesma, ou seja, procuraram respaldar suas opiniões em elementos científicos, mas ao mesmo tempo, não deixaram de colocar também seu ponto de vista pessoal, ou de suas necessidades pessoais.

Com base nisto, se pode ter uma segunda síntese. Os entrevistados deste grupo demonstraram serem donos de opiniões fundadas em elementos científicos, mas em seu cotidiano, em sua prática social, acabaram por relegar estas questões ao poder municipal ou aos interesses privados. Ao dizer que “falta por parte das indústrias um controle ambiental” (senhora TRÊS, 2008) a senhora TRÊS deixou clara em sua postura e seu discurso, a preocupação que tinha com a problemática ambiental, entretanto, em nenhum momento de sua fala a entrevistada mencionou qualquer frase que incidisse sobre seus deveres e obrigações para ajudar ou intervir em favor da causa. Pode-se dizer então, que os entrevistados possuem a consciência da situação, mas esta muitas vezes fica subjugada às necessidades do grupo, ou mesmo, às individuais, como salientaram os entrevistados quando se referiram às indústrias do entorno: “trazem empregos para a população [...]” (senhor CINCO, 2008) e desta maneira “trabalho perto de casa” (senhora QUATRO, 2008). Parece que as opiniões dos entrevistados se encontraram ancoradas em elementos advindos do universo reificado, fato que se configurou em diversos momentos de suas falas.

Isto leva à necessidade de serem discutidas separadamente as colocações dos entrevistados, a fim de que possam ser compreendidas as razões que os levaram a tal posicionamento. Para tanto, optou-se por realizar um apanhado geral sobre cada um dos itens, sem, no entanto, deixar de lado as colocações dos entrevistados, que foram chamados a contribuir sempre que necessário.

Sendo assim, o primeiro dos itens da discussão diz respeito à localização das áreas industriais. Dentro do Município de Araucária, áreas industriais, ou centros industriais, são um empreendimento criado pela Prefeitura Municipal para coordenar e gerir a implantação das indústrias na sua área (Companhia de Desenvolvimento de Araucária - CODAR, 2008)²⁸. A função destes centros é “compartilhar variáveis como mão-de-obra, matéria-prima, infra-estrutura urbana e social, ordenando o desenvolvimento industrial com grandes vantagens para os empresários” (CODAR, 2008. Grifo nosso). Consta ainda na página da web mantida pela Prefeitura

²⁸ Disponível em: <www.codarpr.com.br>. Acesso em: 05/11/2008.

Municipal que o Centro Industrial de Araucária (CIAR) foi “cuidadosamente planejado para receber indústrias. A preocupação com os ventos dominantes, preservação dos fundos de vale e proteção dos mananciais de água nortearam a localização das áreas industriais²⁹”. Como síntese destas conceituações e funcionalidades, se pode ter em primeiro momento que o poder público municipal procura orientar suas ações em pontos que mais têm preponderância, como por exemplo, a questão ambiental e o bem-estar público, entretanto, o grifo destaca que o interesse maior se concentra em “agradar “ os empresários, ou seja, oferecer vantagens para ganhar empresas que tragam maior desenvolvimento econômico ao município, pois a frase “grandes vantagens aos empresários” funciona como um marketing municipal que incentiva e atrai a atenção de empresários com interesses em realizar empreendimentos na área.

A localização destas áreas institucionalmente deve ser fruto de diversos tipos de estudos e a localização das áreas residenciais que tenham por objetivo servir de moradia aos possíveis trabalhadores destas empresas, têm igual necessidade de estudo e avaliação para que seus moradores não tenham problemas de saúde causados pela proximidade com estas áreas. A Lei de Zoneamento Urbano (584/81) rege acerca da existência de áreas residenciais com estes fins nas proximidades das áreas industriais. Os estudos sobre planejamento urbano de que se soube para a elaboração deste, fazem ressalvas quanto à localização de áreas residenciais nas proximidades das indústrias, como por exemplo, o documento intitulado “*A Carta de Atenas*” escrito pelo francês Le Corbusier³⁰(1986), segundo o qual as áreas industriais devem ser separadas das áreas residenciais por cordões de isolamento, que teriam a finalidade de proteger as mesmas, filtrando parte da poluição suspensa e bloqueando os ruídos gerados pelo funcionamento das indústrias. A Figura 9 tem a finalidade de ilustrar como seria o funcionamento de tais instrumentos.

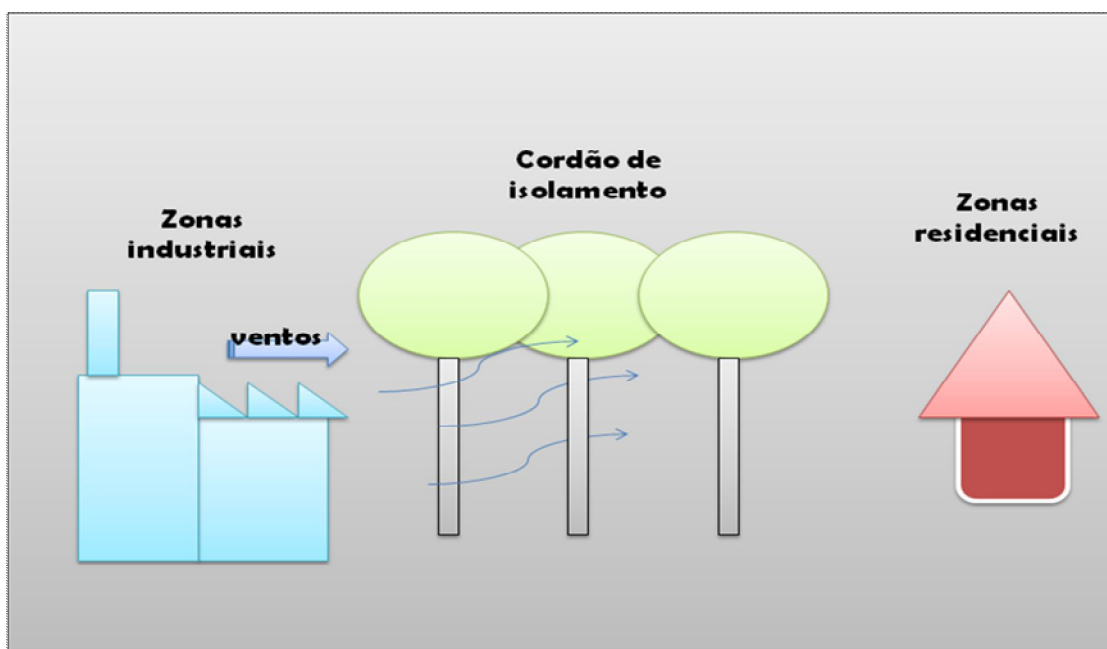
Para PUJADAS & FONT (1998, p. 54), os cinturões verdes “*evitan la difusión incontrolada del suelo ocupado por edificación o infraestructura, que llevaría a la desaparición de los espacios abiertos y su progresiva substitución por un continuo urbano*”. Os autores citam como exemplo os cinturões verdes de Londres com largura variando entre 8 km e 16 km, que servem como atenuante da poluição e

²⁹ Disponível em: <www.araucaria.pr.gov.br>. Acesso em: 10/11/2008.

³⁰ Embora já em desuso, o documento não deixa de ter valia em certos pontos, pois, contribuem muito para o bem-estar das populações vizinhas de áreas industriais que cotidianamente são expostas a condições insalubres de vida, devido à poluição exalada pelas indústrias.

ruídos emitidos pelas indústrias. No caso do município de Araucária e de tantos outros do país, a inexistência destes cinturões, ou cordões de isolamento é constante, seja pela falta de incentivo a tais atitudes, seja pela própria falta de espaço para que os mesmos sejam regulamentados, pois afinal, uma extensão de 8 km a 16 km, não é algo que se possa dizer fácil de ser disponibilizado como área destinada ao meio ambiente³¹.

FIGURA 9: CORDÃO DE ISOLAMENTO



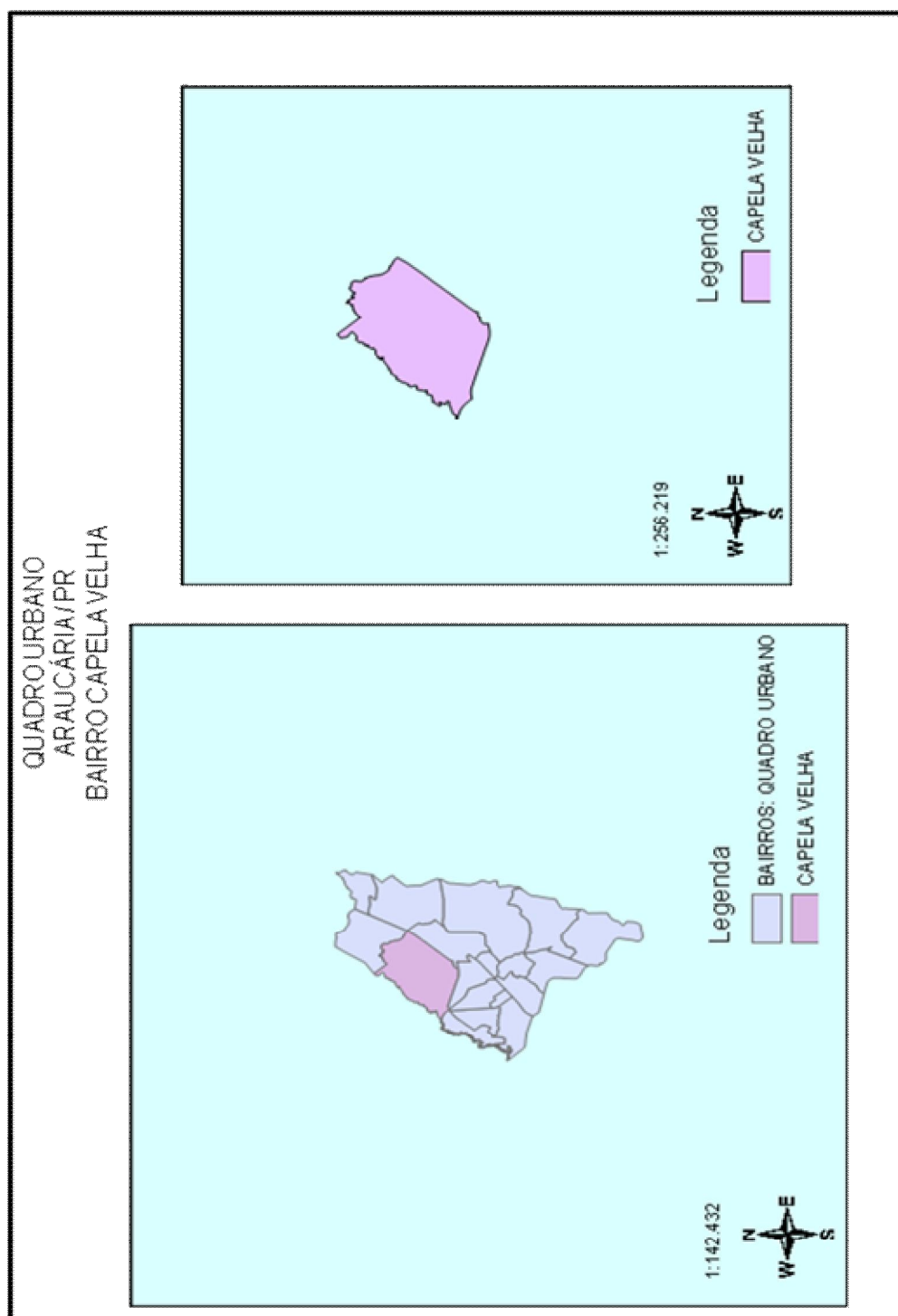
Organização: MOURA, N. (2008).

No Município de Araucária, as áreas industriais foram locadas em eixos que dividem o quadro urbano em três (MAPA 6), cada um destes eixos recebeu a nomenclatura de CIAR e tem funções determinadas presentes nos escritos da CODAR, sem que seja necessária sua citação para o momento. Destaca-se no Mapa que a área do bairro Capela Velha (MAPA 7), objeto deste estudo, localiza-se entre dois dos eixos industriais.

³¹ Entenda-se a expressão como sinônima de “ambiente natural”.

que exprimem a percepção deste tipo de poluição, pois segundo a senhora SETE “há muita poeira no ar”³².

MAPA 7: BAIRRO CAPELA VELHA



FONTE: SMPL. Elaboração: MOURA, N. (2008).

³² SETE. Entrevista concedida à MOURA, N. out / 2008.

A poluição atmosférica pode ser definida como aquela que traz danos ao equilíbrio da atmosfera, prejudicando a qualidade do ar. Nos grandes centros urbanos esta poluição tem causado desequilíbrios no clima urbano, fazendo-o diferir do de áreas rurais que se situam em seu entorno (AYOADE, 1996). Os poluentes do ar foram entendidos pela Resolução CONAMA (nº 03/1990. Art. 1º) como:

Qualquer forma de matéria e de energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar:

- Impróprio, ofensivo ou nocivo à saúde;
- Inconveniente ao bem-estar público;
- Danoso aos materiais, à fauna e à flora;
- Prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

No Município, a qualidade do ar é acompanhada por sete estações de monitoramento da qualidade do ar. Estas estações medem os índices de poluentes exalados pelas indústrias diariamente. Episódios agudos de poluição do ar (períodos de jul /ago 2001 e mai 2002) foram registrados no Município (SOUZA, 2006) que conta com o monitoramento desde o ano de 1985. O Quadro 2 mostra a localização, o órgão responsável pelas estações e a data do início de seu funcionamento. A partir deste Quadro se pode inferir que três destas estações datam da década de 1980 e que as outras quatro são recentes. Segundo Souza (2006) a implantação da rede de monitoramento no Município resultou das repercussões do nível das emissões atmosféricas na década de 1980, que transitaram em nível local, estadual e nacional, causadas principalmente pela Ultrafértil, Petrobrás, Siderúrgica Guaíra, IMCOPA e COCELPA. Estas empresas foram pressionadas pela atuação da Organização Não Governamental AMAR (Associação dos Moradores de Araucária), pela repercussão dos efeitos danosos à saúde a participarem de reuniões que resultaram na criação do “Pacto de Araucária”.

Em agosto de 1985, após Araucária bater por dez dias consecutivos recordes de poluição do ar, foi proposto um acordo, que políticos, ambientalistas e empresários chamariam de “Pacto de Araucária”. Em virtude desta medida, dez estações de medição da poluição foram instaladas pela extinta. Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA³³) (JORNAL CIDADE, 2005).

³³ SUREHMA: Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Órgão extinto em 1992, que teve como seu sucessor o atual Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pela Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992.

QUADRO 2: REDE DE MONITORAMENTO DO AR EM ARAUCÁRIA / PR

ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO	BAIRRO (LOCALIZAÇÃO / CATEGORIA)	RESPONSÁVEL	FUNCIONAMENTO
SEM – Seminário (manual)	Sabiá (Praça Seminário) / industrial e centro	IAP	Desde 1985
ASS – Assis (manual)	Fazenda Velha (CSU) / industrial	IAP	Desde 1985
SS – São Sebastião (manual)	Tindicuera (Escola Municipal Gen. Celso)	IAP	Desde 1985
ASS – Assis (automática)	Fazenda Velha (CSU) / industrial	PMA / LACTEC	Abril 2000
CISA – (automática)	Sabiá (CISA) / industrial	CISA e IAP / LACTEC	Agosto 2002
UEG – (automática)	Centro (NIS III) / industrial e centro	UEG e IAP / LACTEC	Mai 2003
REP – REPAR (automática)	Tindicuera (REPAR / industrial	REPAR / LACTEC	Julho 2003

FONTE: IAP, 2008.

Organização: MOURA, N. (2008).

A divulgação de dados referentes a qualidade do ar pode ser conferida em boletins mensais publicados na página do IAP, acessando-se página da web da instituição <www.iap.gov.br>. Os dados são organizados pela SMMA de Araucária em parceria com o IAP e constam de gráficos e diagnósticos baseados na qualidade do ar fornecidos pelas medições das estações. Segundo Souza (2006) mesmo esta sendo uma iniciativa importante, na verdade nada mais é do que o previsto em lei, os boletins:

[...] apresentam configurações diferenciadas até o momento (jan. 2005), como, por exemplo, o fato de a divulgação dos dados apresentarem apenas registros diários e não horários, conforme previsto na legislação; não são apresentadas informações de todas as estações de monitoramento, nem mesmo constam todos os

parâmetros determinados pelo CONAMA. Mesmo, o diagnóstico apresentado é extremamente sintético, não sendo acessível à comunidade de modo geral, principalmente por encontrar-se em meio digital, em página da Web (SOUZA, p. 116, 2006).

A qualidade do ar gera aumento no número de doenças respiratórias, sobretudo em crianças (na faixa etária entre os 0 e 6 anos de idade) e nos idosos (na faixa dos 60 anos ou mais). Neste sentido, tem-se o terceiro núcleo representativo que diz respeito às doenças causadas pela poluição.

As doenças respiratórias ganham grande destaque pelo fato de atingirem grande parcela da população das cidades industrializadas. Estes índices alcançam proporções alarmantes, sobretudo entre as crianças e os idosos. Entretanto, muitos dos entrevistados manifestaram queixas sobre problemas respiratórios que lhes acometiam, como exemplo cita-se alguns trechos que comprovam a afirmativa, como o da senhora SETE que disse que tinha “muita alergia do pó que fica no ar” e o do senhor OITO³⁴ que comentou que sentia “uma tosse, uma coceira na garganta já faz mais de um ano e não consigo melhorar porque o médico disse que é por causa da poluição”. Estes entre outros depoimentos mostram que as doenças respiratórias têm afetado também em grande quantidade pessoas consideradas fora da área de maior ocorrência (idosos e crianças).

Questionado sobre a reclamação dos entrevistados em relação aos problemas respiratórios decorrentes da proximidade entre as zonas, ou do conflito entre os usos, o geógrafo da SMPL se posicionou da seguinte maneira:

[...] quando a saúde foi fazer a apresentação dela³⁵, colocou que [...] se tem mais problema respiratório com as pessoas da área rural que tem o particulado da estrada de chão do que da área industrial. Dentro do quadro urbano também, na época os dados que tinham da pneumologia e da saúde não são assim alarmantes a ponto de dizer “esta indústria causa isso, porque tal particulado...” Não tinha isso, até se dizia que era um pouco de folclore, lenda urbana, que se tem um caso e se pega este caso e transforma-se naquela coisa de incêndio no mato seco, de repente está todo mundo com esta doença. Não existiam casos pontuais, de se dizer assim: isso aqui é uma epidemia, porque a indústria tal afeta o bairro tal [...].

³⁴ OITO. Entrevista concedida à MOURA, N. out / 2008.

³⁵ Todas as Secretarias foram convocadas a exporem suas metas durante as audiências públicas realizadas para a elaboração Plano Diretor.

Continuando sua fala, o geógrafo argumentou que “existiam situações pontuais, mas que não era uma coisa alarmante que se tivesse que mudar o zoneamento. Não era necessário se preocupar tanto com o zoneamento a ponto de mudar”. Para o entrevistado, que se dizia neste momento estar “repetindo papagaio de pirata” a situação que se fazia necessária era a da retirada da população que morava dentro das áreas industriais, mas no entanto, o geógrafo salientou que isso:

[...] é impossível fazer, a não ser que os instrumentos do estatuto que se pode aplicar nestas áreas, por exemplo, o direito de pré-impução, que determina que quando o quiser vender a prefeitura tem o direito em comprar primeiro ou então aplicar o IPTU progressivo nos vazios urbanos próximos as áreas residenciais, dentro da área industrial, forçando o cidadão a cumprir o zoneamento local, então ele teria que fazer lá um tipo de indústria, alguma coisa... e as pessoas que estão envolta, delimitar estas áreas urbanas e dizer assim: vocês vão virar uma ilha, não tem jeito de expansão urbana aqui, vocês estão na área industrial, vocês estão irregulares e enfrentar esta briga.

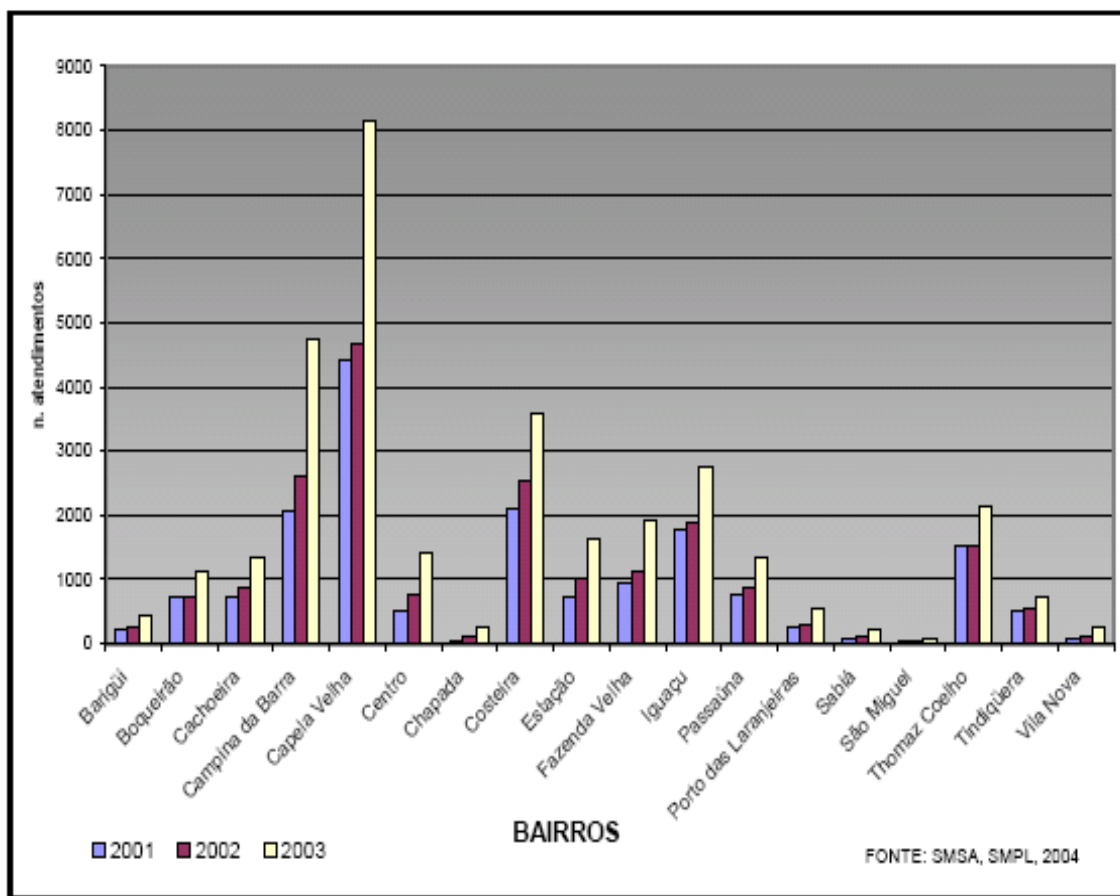
Mas neste ponto, o entrevistado argumentou que esta é “uma briga que nenhum prefeito quer comprar” pelo fato de não ser de fácil resolução e de ir contra o que a população quer. Para o entrevistado, as ações públicas deste âmbito deveriam ter o aval da população e dela deve partir a vontade de mudança e resolução do problema.

O cenário que se configura sobre a situação geral do bairro não pode ser considerado como sendo de grande comodidade ou estabilidade em se tratando dos danos à saúde causados por indústrias. O bairro é apontado em pesquisas como sendo um dos que os índices de acometidos se situam entre os maiores do município. Souza (2006) realizou uma pesquisa que mostra o quadro das doenças respiratórias e sua relação com a qualidade do ar no Quadro Urbano Municipal. Seus resultados apontam o bairro Capela Velha como dono do primeiro lugar em número de atendimentos por doenças respiratórias nos postos de saúde. O Gráfico 2 traz os resultados obtidos por Souza (2006).

O número de atendimentos por doenças respiratórias pesquisado pela autora diz respeito aos anos de 2001, 2002 e 2003. Pode-se observar que o bairro Capela Velha obteve o maior número em todos os anos pesquisados. Este fato condiz com a opinião dos entrevistados do terceiro grupo, ou seja, aqueles que mencionam não gostarem do bairro e que o criticaram. Estes entrevistados encontraram nos

problemas do bairro, justificativa para sua falta de afinidade com o mesmo. Em seus depoimentos salientaram os pontos que, segundo eles, mais contribuíram para que a situação do bairro se degradasse ainda mais.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR DOENÇAS RESPIRATÓRIAS – BAIRROS QUADRO URBANO DE ARAUCÁRIA



FONTE: SOUZA (2006).
Organização: MOURA, N. (2008).

Alguns trechos foram selecionados para que se pudesse ter maior clareza das opiniões deste grupo, que embora menor, é muito expressivo em suas formulações: “O lugar é cheio de fábricas que atormentam o sono da gente. O lugar onde eu moro pra mim é muito ruim”³⁶. “As empresas fazem muito barulho, o ar é fedido. É muito

³⁶ NOVE. Entrevista concedida à MOURA, N. set / 2008.

incômodo. Eu não gosto daqui. Ainda me mudo para um lugar mais tranquilo”³⁷. “Este bairro é muito poluído, principalmente o ar. Eu não gosto daqui, um dia me mudo”³⁸.

Os entrevistados deste grupo (em número de três) têm em comum a falta de apego e afinidade com o bairro. Os argumentos utilizados por eles para justificar tal posicionamento têm as mesmas bases: a poluição (barulho, mau-cheiro, poeira) e a violência: “É muito barulho a todo o momento, bagunça e brigas [...]” (senhor NOVE, 2008). “Aqui tem muito maloqueiro, brigas, violência e assaltos” (senhor OITO, 2008). “A violência também me assusta muito. Tenho medo de viajar e quando voltar não ter mais minha mudança” (senhor DEZ, 2008).

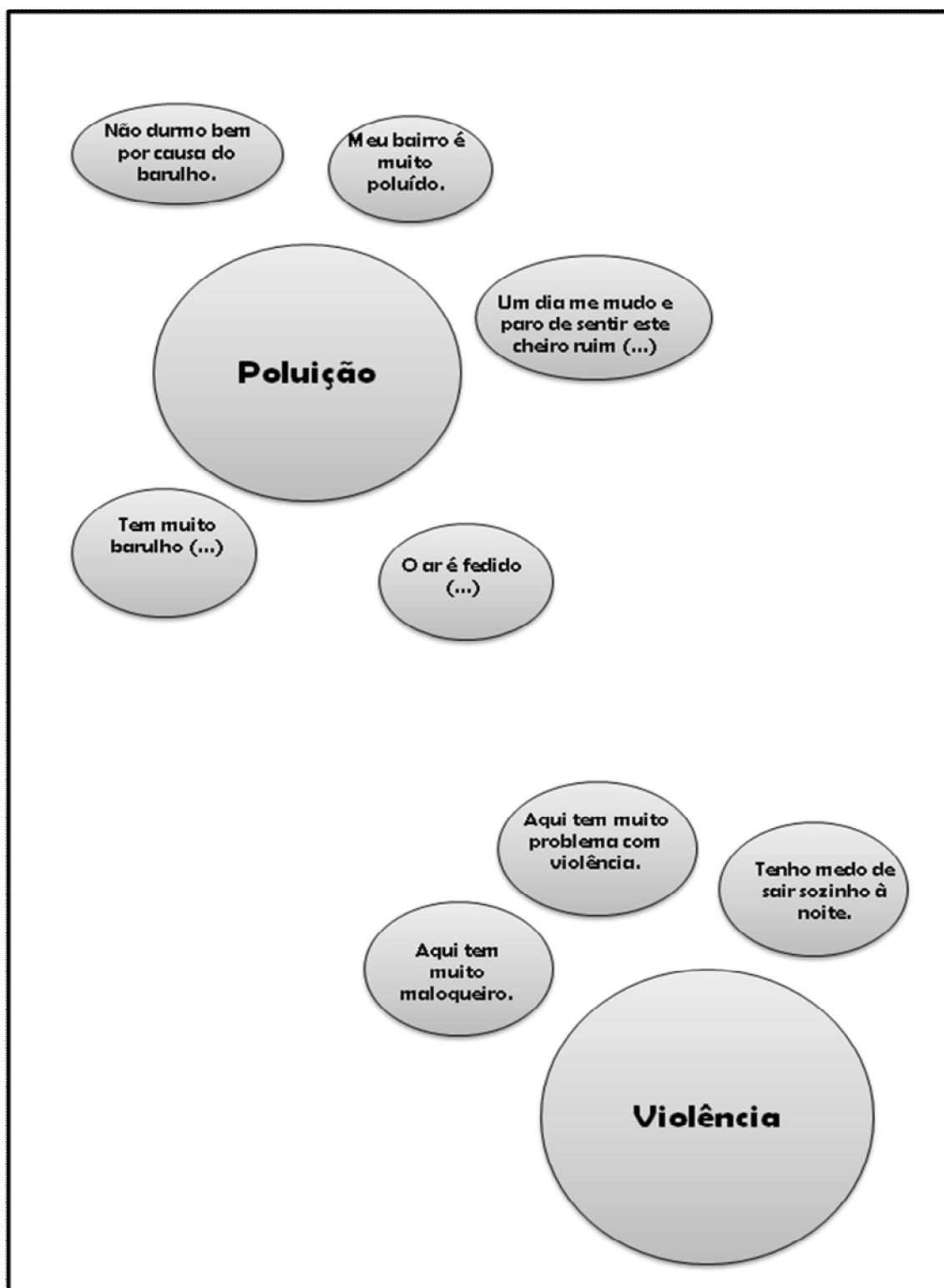
Para este grupo, então, podem ser organizados dois núcleos representativos, em torno dos quais se distribuem as opiniões dos entrevistados. A Figura 10 retrata alguns dos pontos que mais chamam a atenção por convergirem em sentido e se fazerem presentes na maioria dos casos. Busca-se por meio da Figura colocar de maneira figurativa o que pensam os entrevistados. Salienta-se que a maneira como cada um deles se expressou ao proferirem seus discursos foi também muito parecida em sua peculiaridade. Ao falarem, seus rostos ganharam uma expressão que transmitia repulsa e indignação por estarem sujeitos àquilo que não gostavam ou não tinham apreço.

Com base na análise da Figura, uma primeira síntese pode circundar o fato da procura por uma justificativa, ou seja, os entrevistados procuraram argumentar de todos os modos contra o bairro se pautando em elementos visíveis e que, na interpretação dos mesmos, causavam transtornos aos moradores, tanto os que mencionaram gostar quanto os que mencionaram não gostar de morar no bairro. Desta maneira, os núcleos representativos deste grupo têm a funcionalidade da resposta, da justificativa de sua opinião, de argumento para seu posicionamento. Tal fato pode ser compreendido como uma necessidade do entrevistado, pois afinal os outros podem não gostar do que ele disse e excluí-lo das atividades cotidianas, como das associações de bairro, por exemplo. Ao ser sugerido tal fato, os entrevistados se mostraram sem saber o que dizer se limitando, na maioria das vezes, em argumentar que seu posicionamento era um pouco diferente, mas sem, no entanto, saber dizer o porquê desta diferença.

³⁷ OITO. Entrevista concedida à MOURA, N. out / 2008.

³⁸ DEZ. Entrevista concedida à MOURA, N. set / 2008.

FIGURA 10: NÚCLEOS REPRESENTATIVOS – GRUPO 3.



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008)

A poluição urbana já foi em outro momento discutida. Restando ainda a discussão sobre a violência urbana, suas causas e possíveis soluções. Entretanto, a extensão deste item foi breve dentro do contexto das discussões, pois não se sustenta enquanto foco central das análises. Sendo desta maneira, o limite foi dado pelos discursos dos entrevistados e as análises que couberam.

Quando o quesito foi violência, os depoimentos expressaram, de modo geral, as animosidades existentes entre alguns moradores, chamados por eles de “maloqueiros”. Segundo os entrevistados, estas pessoas se caracterizam por não terem ocupação ou não conseguirem emprego e acabarem ficando no ócio por muito tempo e assim, envolvendo-se em intrigas e situações do gênero. Foi perguntado aos entrevistados sobre qual seria a origem destas pessoas e porque se concentravam, na opinião deles, no bairro Capela Velha. Como resposta, obteve-se as seguintes afirmações: “Vieram de fora” (senhor DEZ, 2008). “É, na maioria, gente de outros estados... Do Nordeste... Também tem gente do Norte (Norte do Paraná), mas também tem cria nossa no meio” (senhor OITO, 2008). ““Aumentaram os roubos de um tempo para cá, tem muita gente de fora” (senhor NOVE, 2008).

O fato dos entrevistados argumentarem que estas pessoas as quais chamaram “maloqueiros” são migrantes despertou o interesse, pois é comum entre os entrevistados a resposta de que estas pessoas não são, na sua maioria, nascidas em Araucária. Outra questão, então, emergiu: porque estas pessoas vieram para Araucária? Os trechos a seguir trazem parte das respostas recebidas: “Vieram para trabalhar na parada da Petrobrás [...]” (senhor DEZ, 2008). “É por causa do Petróleo” (senhor OITO, 2008). “São as empresas que chamam a atenção das pessoas para vir morar aqui” (senhor NOVE, 2008). “Muitos vêm contratados por empresas terceirizadas para trabalhar na Petrobrás. Aí ganham a conta e não conseguem ir embora. Ficam e dá nisso [...]” (senhora ONZE, 2008)³⁹.

Os depoimentos permitem uma síntese. O foco central norteia a zona industrial, ou seja, as indústrias. A sensação transmitida é a de que os “culpados” pela violência que acomete o bairro (se é que existe um) são as indústrias ou o processo de industrialização, que ao mesmo tempo em que trouxe o desenvolvimento para o Município trouxe também uma série de problemas de ordem

³⁹ ONZE. Entrevista concedida à MOURA, N. Nov / 2008.

social. Tem-se então, duas faces de uma mesma moeda onde desenvolvimento e problemas sociais caminham juntos e fazem parte do mesmo processo.

É notada neste ponto uma guinada de 360°, volta-se ao cerne do encaminhamento, ou seja, a instalação das indústrias no Município de Araucária. Parece agora, que todas as relações anteriormente discutidas são parte de uma imensa engrenagem, de uma representação social oriunda das ações do Planejamento Urbano que visam atingir o grau mais elevado do desenvolvimento. Tudo gira ao redor da instalação, da disposição no espaço destas empresas.

Dentro do bairro Capela Velha localizam-se, além de duas zonas residenciais (ZR 3 E ZR 4), uma zona comercial (ZC 2), uma zona de serviços (ZS 3), duas zonas industriais (ZI 1 e ZEI – 1) e uma zona especial de fundo de vale (ZEFV). Além destas, ainda fazem parte do bairro uma zona de preservação (ZPAR)⁴⁰ e uma zona residencial verde (ZRV 1). O Mapa 8 mostra os usos do solo no bairro. Por meio do Mapa se pode notar que é pertinente o discurso dos moradores em apontar as indústrias como parte das causas dos problemas ambientais e sociais do bairro.

As duas zonas industriais são paralelas à zona residencial três (ZR 3) e indiretamente à zona residencial quatro (ZR 4). Desta maneira se pode perceber que as influências sofridas por estas zonas são diretas, nelas o barulho, o cheiro e a fumaça são sentidos diariamente pelos moradores, como retrata o senhor OITO em sua fala: “às vezes você olha para o céu e pensa que vai chover, pois está tudo nublado, mas aí quando você olha para os lados, percebe que é apenas fumaça [...]” (FIGURA 11).

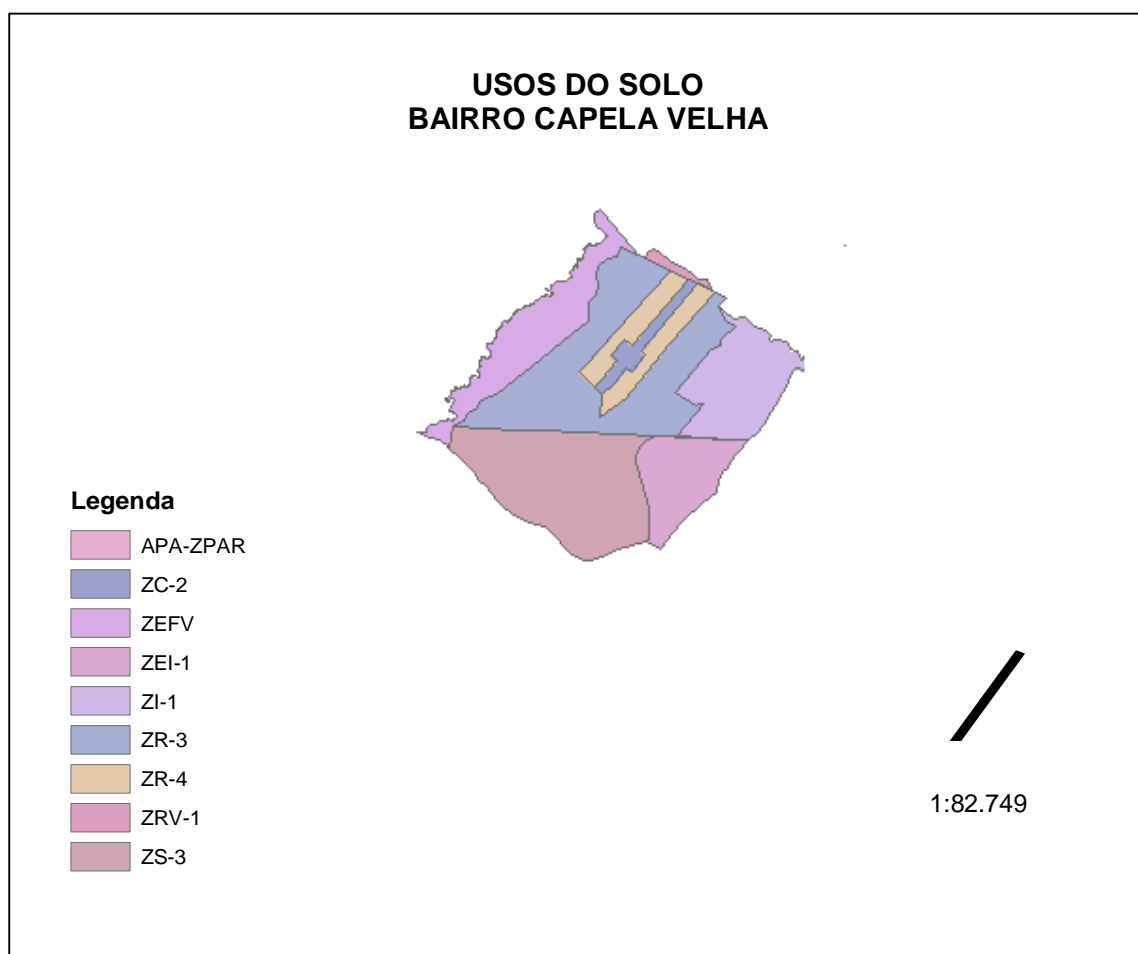
Para o senhor OITO a situação do bairro é preocupante:

Será que o meio ambiente⁴¹ não vê nossa situação, não vê uma Berneck dessas? Tem dias em que você pensa que vai chover. Mas aí você olha para o céu e vê que não é nuvem é fumaça saindo das empresas. Dizem que é só vapor d'água, mas não é não! Se fosse só vapor, se dissiparia logo e não daria para ver mais nada. Mas, a fumaça é escura e parece grossa. Ali tem mais do que vapor. Tem muita poluição. Dá pra ver todos os dias. Só que ninguém faz nada. Estamos abandonados.

⁴⁰ Referente à área de Proteção Ambiental (APA) Passaúna, onde se localiza a barragem para captação de água que abastece Curitiba e parte da RMC. Esta área conta com zoneamento próprio.

⁴¹ A expressão “meio ambiente” foi utilizada pelo entrevistado como referência aos órgãos competentes estatais: SMMA, IAP, IBAMA.

MAPA 8: USOS DO SOLO NO BAIRRO CAPELA VELHA – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: SMPL.
Elaboração: MOURA, N. (2008).

FIGURA 11: CHAMINÉS DE INDÚSTRIAS DO BAIRRO



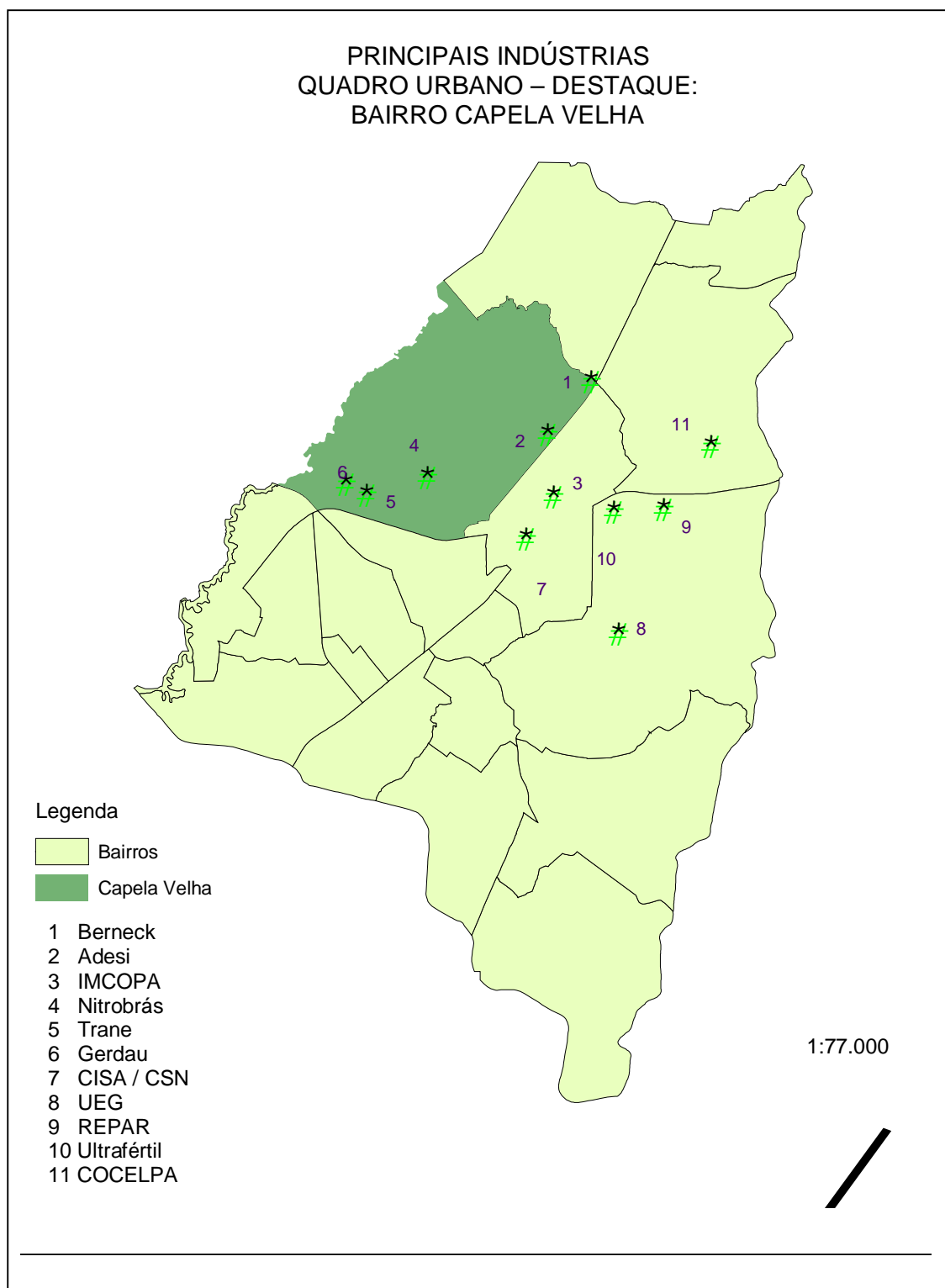
Foto: MOURA, N. nov. / 2008.

Organização: MOURA, N. , 2008.

Nas zonas industriais encontram-se algumas das maiores empresas do CIAR. No Mapa 9 se pode observar a localização das principais empresas do bairro Capela Velha. As empresas foram numeradas na intenção de facilitar a visualização de seus nomes no Mapa.

É conveniente salientar novamente que foram localizadas no Mapa apenas as empresas de grande e médio porte e que existem diversas outras situadas no local, mas que não foram plotadas no mesmo, pois o interesse não recai sobre elas, além do fato de que a localização das mesmas no Mapa o deixaria sobrecarregado dificultando a visualização dos dados de maior interesse para o presente trabalho.

MAPA 9: PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO BAIRRO CAPELA VELHA – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: SMPL.
Elaboração: MOURA, N. (2009).

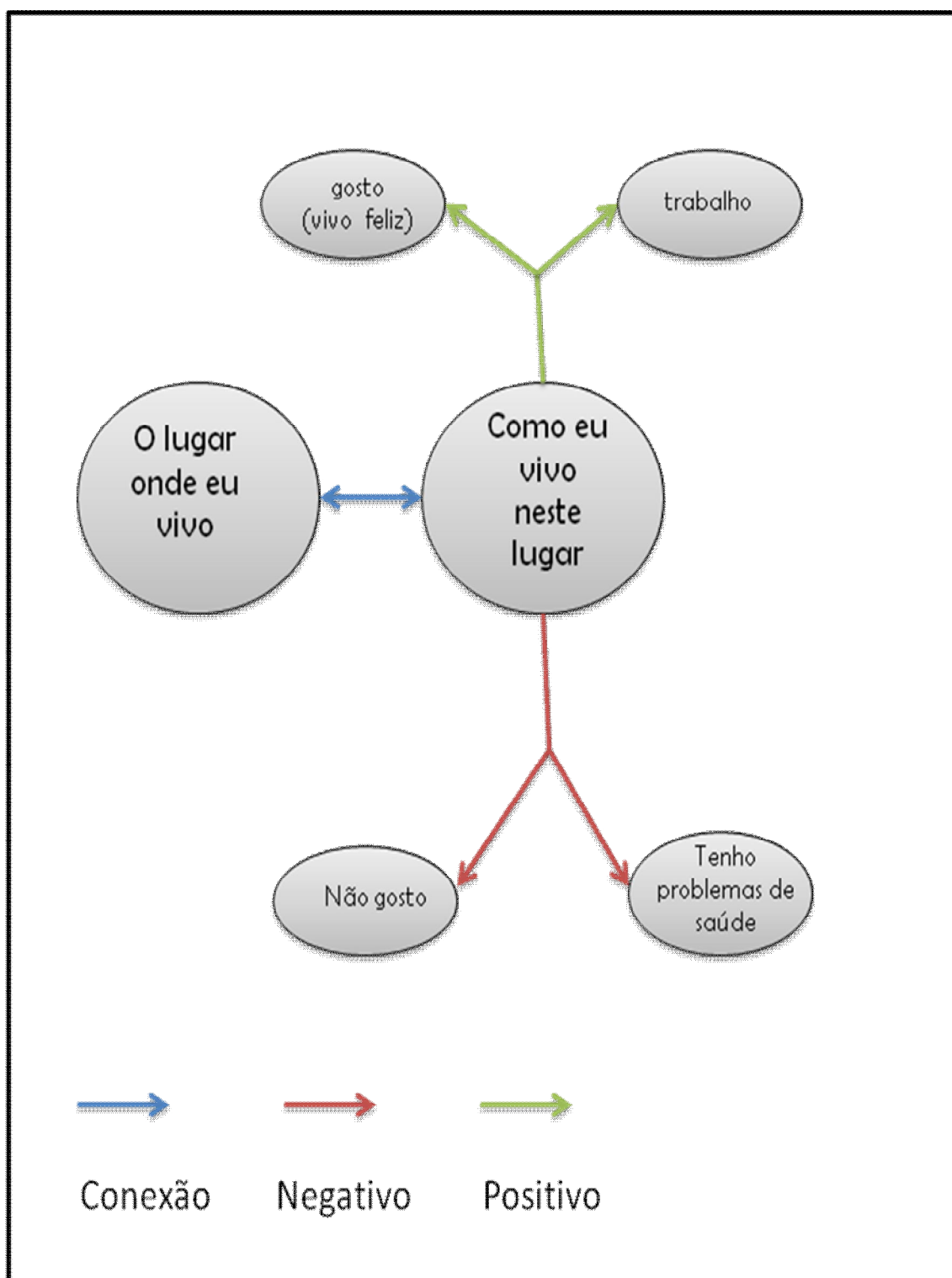
Além das empresas situadas dentro do perímetro do bairro, observa-se no Mapa que outras empresas se localizam nas suas proximidades. Pode-se também perceber no bairro os ruídos da REPAR, que “todos os domingos faz o treinamento contra gases para seus funcionários e dá um apito que se ouve aqui” comenta o senhor OITO, além deste ruído se ouve no bairro também “o alto-falante da IMCOPA que chama os caminhoneiros para fazerem a descarga da soja” salienta o senhor NOVE. As influências geradas pelas empresas aos moradores do bairro repercutem em sua vida cotidiana, fazendo surgir elementos representativos em sua prática social, pois como coloca um dos entrevistados “a gente sabe quando o ônibus está perto de casa pelo cheiro da IMCOPA!” (senhor NOVE, 2008). Tais fatos levam à segunda parte das discussões deste capítulo, isto é, a discussão que diz respeito ao modo como as pessoas vivem no bairro e quais as relações que estabelecem com o mesmo.

4.2 COMO EU VIVO NESTE LUGAR

Gostar ou não gostar de seu lugar, de seu bairro, implica em definir o “como” se viverá neste bairro. As relações travadas no âmbito da prática social delimitam as estratégias de vida dos moradores: gostar das pessoas, do lugar, criticar as condições ambientais [...] são posturas que vislumbram o patamar em que se encontram as atitudes cotidianas ou o modo como se vive naquele lugar. No bairro Capela Velha existem todos os tipos de pensamentos em relação ao mesmo enquanto lugar de vivência. Há aqueles que mencionaram gostar, não gostar e os que criticam, como já discutido anteriormente. Cabe a este subtítulo a exploração dos determinantes que aproximam as opiniões, ou seja, o ponto em comum dos discursos, ou ainda seu núcleo representativo (ou núcleos representativos) que vão se refletir enquanto representações sociais que se dão no espaço do bairro, em outras palavras, seu espaço de relações.

Entre os que disseram “aqui eu me sinto bem” ou “daqui eu gosto” existem também aqueles que emitiram opiniões contrárias como “eu quero me mudar daqui” ou “o lugar que eu moro para mim não é bom”. Os pontos de maior relevância para este tópico foram mapeados na Figura 12 que procurou dar melhor visualização aos discursos, levantando pontos que merecem atenção especial. A figura infere o levantamento de pontos importantes para serem analisados.

FIGURA 12: MAPEAMENTO DAS ENTREVISTAS - 2



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008).

Basicamente, se estabelecem três possibilidades: a contraposição entre “gosto” e “não gosto”, os problemas de saúde e o trabalho. Com o intuito de estabelecer uma coerência lógica para o processo das análises das entrevistas, os discursos foram separados para seu melhor entendimento, sendo posteriormente analisados em conjunto.

Sendo assim, a primeira análise explicita a contraposição entre o “gosto” e o “não gosto” do bairro. Dentre os que disseram gostar do bairro, foram selecionados alguns trechos de suas falas considerados como fundamento de sua posição. “Aqui tenho muitos amigos e sou feliz” (senhora SETE, 2008). “Apesar de tudo, gosto daqui” (senhora SEIS, 2008). “Eu gosto muito do bairro onde eu moro” (senhora QUATRO, 2008). “Meu bairro é um bairro comum como todos os outros” (senhora QUATRO, 2008). “A minha vida aqui é muito boa” (senhor UM, 2008).

Dentre aqueles que afirmaram em seus discursos, não gostarem da vida que levavam no bairro, foram selecionados trechos que exprimissem sua falta de apego e/ou afeto pelo lugar de modo geral. “O lugar onde eu moro para mim, é muito ruim. Tem vários motivos pra eu não gostar daqui. Tenho vontade de me mudar” (senhor NOVE, 2008). “Eu não gosto daqui. Gostaria de morar em uma cidade menor” (senhor OITO, 2008). “Eu não gosto daqui” (senhor DEZ, 2008). “Este lugar aqui é muito ruim... Eu não gosto” (senhora, ONZE, 2008).

O primeiro grupo colocou a maneira como vive no bairro buscando respaldo na expressão de emoções pessoais e na atribuição de características positivas ao lugar. Como exemplo, destaca-se o trecho da entrevista da senhora QUATRO. No trecho, a entrevistada ressaltou seu modo de vida pacato e tranquilo, propiciado pelas características do bairro.

Vivo em um bairro comum como todos os outros, tem uma igreja ali, uma panificadora aqui e uma escola lá e assim, vai. Meus vizinhos são simpáticos convivemos em harmonia e sempre de bom humor. Mas na correria da vida nós acabamos nos encontrando pouco, às vezes na rua ou até mesmo na padaria nós nos esbarramos e acabamos parando um pouco para conversar. Eu gosto muito do bairro onde eu moro (senhora QUATRO, 2008).

No discurso da entrevistada se pode observar uma descrição repousada sobre elementos característicos de um ambiente em plena harmonia, onde a vida é serena, apesar da “correria” do dia-a-dia. Outro depoimento, também carregado de

elementos oriundos do campo emocional, retrata o bairro como sendo um lugar bom de viver, “apesar de tudo” (senhora SETE, 2008), trata-se da fala do senhor UM que argumenta que no bairro Capela Velha sua vida

[...] é muito boa. É aqui que eu ganho meu salário digno pelo que eu faço. Tenho boas amizades. Não tenho inimigos. Tenho meu emprego e exerço uma boa profissão. Aqui tem muito divertimento. Eu gosto de pescar e de bater bola. Gosto de ir ao parque e à igreja. Vou também ao teatro da praça. Eu agradeço a Deus por estar aqui (senhor UM, 2008).

O discurso do entrevistado transmite um sentimento de gratidão para com o Município e com o bairro, pois é dali que retira seu sustento e onde tem seus amigos e possibilidades de diversão. A esfera representativa dos entrevistados deste grupo se situa entre o real e o imaginário, ou ainda, entre o real e a realidade. Neste contexto o real não se apresenta como aquilo que é diretamente apresentado aos olhos, ele se camufla sob os olhares daqueles que o manipulam, transformando-se aí em realidade, isto é, aquilo que é de alguma maneira, concreto e que faz parte da experiência e da prática social dos indivíduos. Neste sentido, reitera-se com o exposto por Moscovici (2007) quando o autor afirma que as experiências individuais e coletivas são somadas às realidades. Tais realidades podem ser predeterminadas e desta maneira constituir um ambiente social próprio, assim, as representações sociais inerentes a este processo, passam a compor uma espécie de realidade manipulável, onde os indivíduos se sentem seguros. Neste ambiente, as representações transitam livremente, tendo a possibilidade de se transformar, circular, morrer, ou ainda, de surgir novamente com suas faces renovadas (MOSCOVICI, 2007).

Para o segundo grupo de entrevistados, aqueles que mencionaram não gostar da vida que levavam no bairro, foram selecionados os trechos que se encontram abaixo transcritos. Os entrevistados deste grupo apontaram causas para não gostarem da vida que levavam no bairro elencando fatores que o desprestigiam fazendo com que seu *status* fosse rebaixado.

Gostaria de morar em uma cidade menor. Meu bairro é muito poluído. As empresas fazem muito barulho, o ar é fedido. É muito incômodo. Dias atrás, a Berneck instalou uma caldeira e a regulação dela incomodou por horas. Eu fico imaginando como foi para as

crianças que estudam na escola que tem lá perto⁴². Acho que as professoras competiram com a caldeira (senhor OITO, 2008) (FIGURAS 13⁴³ e 14).

FIGURA 13: CHAMINÉS DE INDÚSTRIA: VISTA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EGLÉ CORDEIRO MACHADO PINTO – ARAUCÁRIA / PR



⁴² Trata-se de um CAIC (Centro de Apoio Integrado à Criança), onde funcionam além da Escola Municipal Professora Eglé Cordeiro Machado Pinto, Casa da Criança, CMEI, Posto de Saúde, Biblioteca, e outras atividades culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Araucária.

⁴³ Imagens capturadas do interior de uma das salas de aula da Escola Municipal Professora Eglé C. M. Pinto, com autorização da Direção.

⁴⁴ BOA: impacto nenhum ou muito pequeno; REGULAR: apenas em pessoas muito sensíveis; INADEQUADA: em pessoas sensíveis; MÁ: em pessoas sensíveis com impactos graves; PÉSSIMA OU CRÍTICA: na população em geral.

FIGURA 14: VISTA AÉREA DE INDÚSTRIA DENTRO DO BAIRRO E CHAMINÉS



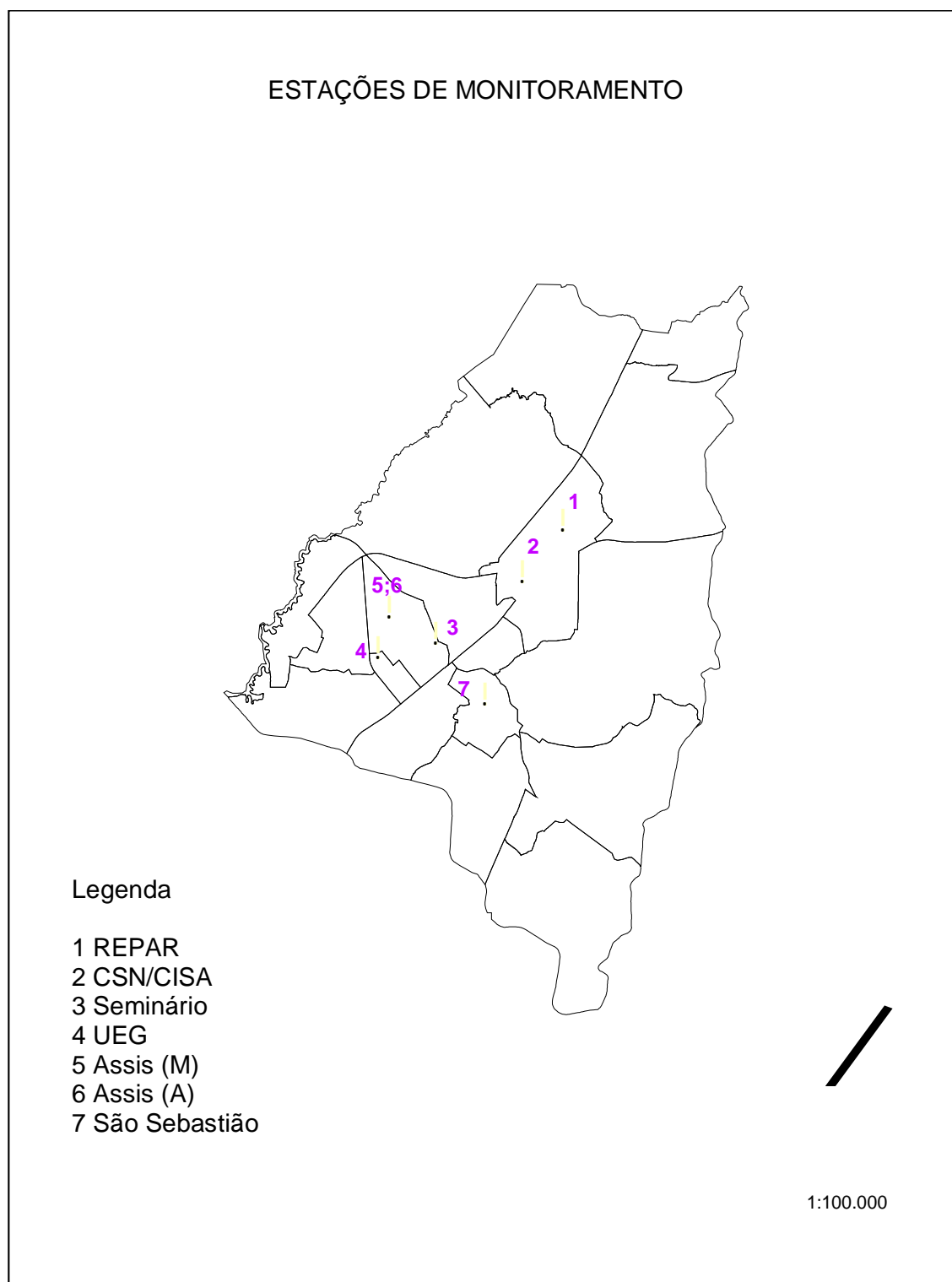
FONTE: Imagem de satélite – Google Earth – 2009.
Organização: MOURA, N. (2009).

Às vezes vou para a chácara de um amigo, lá me sinto bem o ar é puro e limpo, fico muito tranquilo porque o lugar é tranquilo. Aqui não. [...]. Esses dias, a Berneck instalou uma nova caldeira, foi um barulho que não dava pra escutar nada dentro de casa, o ar tava todo cheio de fumaça, isso durou vários dias, foi um horror. Eu não gosto daqui (senhor NOVE, 2008).

“Um dia me mudo e paro de sentir este cheiro ruim da IMCOPA e da Tortuga. Paro de ouvir a sirene da Petrobrás e o barulho do trem de carga” (senhor DEZ, 2008).

As causas apontadas para o não gostar de morar no bairro transitam ao redor das mesmas situações. Torna-se evidente que a poluição trazida pelas indústrias é um sério agravante às más condições ambientais apontadas pelos entrevistados. As estações de monitoramento da qualidade do ar (MAPA 10), já localizadas e nomeadas no Quadro 2, apontam índices preocupantes para o Capela Velha.

MAPA 10: ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.
ARAUCÁRIA / PR

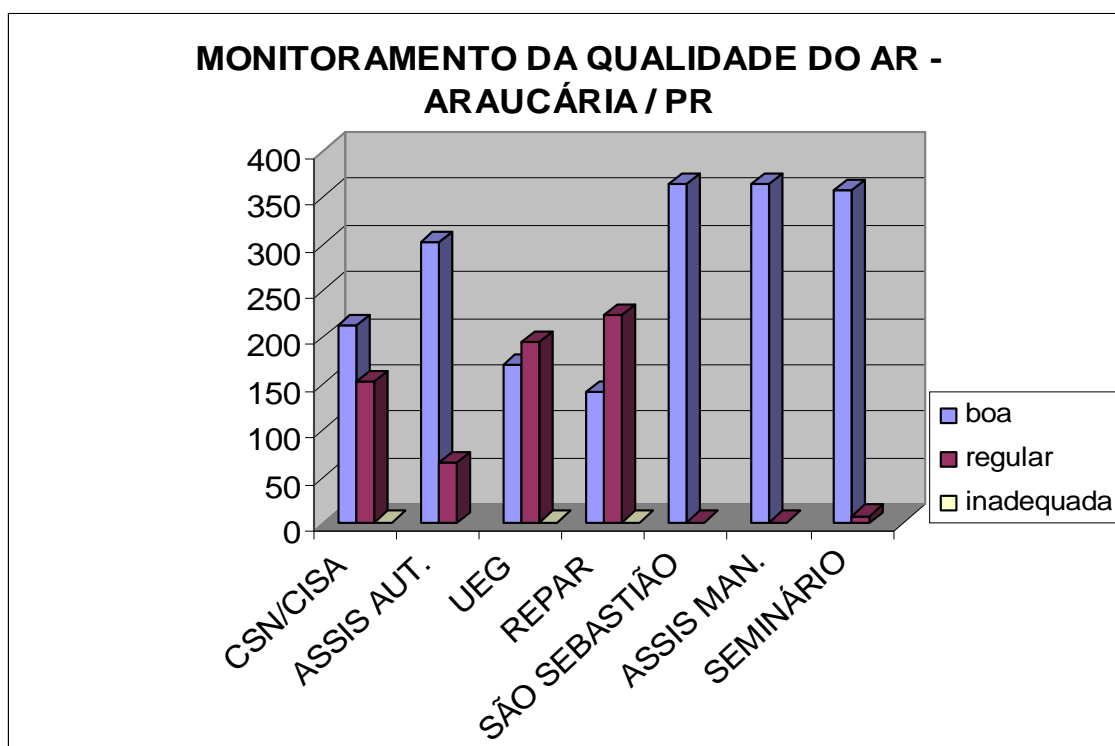


FONTE: SMPL.

Elaboração: MOURA N. (2008).

Os piores índices são encontrados nas estações vizinhas ao bairro. Com a intenção de evidenciar as afirmações feitas, foi elaborado o Gráfico 3, que traz os resultados do monitoramento da qualidade do ar baseado nos boletins organizados pelo IAP. No monitoramento são utilizados os parâmetros de boa, regular, inadequada, má e péssima ou crítica condição de qualidade do ar⁴⁴. Para a organização dos dados, foram utilizados apenas os resultados do monitoramento realizados durante o ano de 2007. A análise do Gráfico mostra a pertinência dos questionamentos dos entrevistados em apontar a poluição (do ar e sonora) como um sério agravante às condições de vida no bairro. Neste ponto, entra em discussão a segunda possibilidade de análise, ou seja, as doenças respiratórias.

GRÁFICO 3: ÍNDICES DE QUALIDADE DO AR NAS ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO – ARAUCÁRIA / PR



FONTE: IAP, 2007.

Organização: MOURA, N. (2009).

Observando-se o Gráfico se pode perceber que três das estações apontam dados elevados para o quesito “regular” utilizado pelo IAP: a REPAR, A CSN / CISA

e a UEG. As duas primeiras localizam-se nas imediações do bairro Capela Velha, na Rodovia do Xisto. Sendo assim, se julga pertinente a afirmação por parte dos moradores, de que o bairro é poluído e que sofre degradação de sua qualidade de vida devido a este fato.

Os índices de qualidade do ar regular e inadequada, presentes nas medições coincidem com os elevados números de morbidade por doenças respiratórias ocorridos nos dois postos de saúde que se localizam dentro do perímetro do bairro (Centro de Saúde Dr. Sylvio Skraba e Centro de Saúde CAIC), ressaltando-se que não foram levantados os dados do posto de atendimento 24 horas (NIS III), foi pesquisado também um posto do quadro rural do Município (Centro de Saúde Ana Clara Taborda Cubas, bairro Onças) para título de comparação de dados (obtidos junto à Secretaria Municipal de Saúde de Araucária – SMSA) colocados na Tabela 2.

TABELA 2: ATENDIMENTOS POR DOENÇAS RESPIRATÓRIAS – ARAUCÁRIA/PR, 2007

FAIXA ETÁRIA	<de 1 ano		De 1 a 4		De 5 a 9		De 10 a 14		De 15 a 19	
SEXO	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
CAIC	140	104	282	315	186	199	76	118	70	91
SILVIO	223	140	425	407	215	281	127	150	90	110
ONÇAS	10	5	36	30	21	44	22	18	6	7

De 20 a 29		De 30 a 49		De 50 a 64		Maior de 65		Total parcial		TOTAL GERAL
F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	2530
76	159	118	267	58	126	51	90	1058	1472	(29,9%)
86	212	104	275	52	138	64	87	1386	1764	3150(14,7%)
8	20	30	56	13	19	12	37	158	236	394 (1,8%)

FONTE: Departamento de Epidemiologia e Resultado / SMSA.
Organização: MOURA, N. (2009).

Comparando-se os dados do Gráfico 3 e da Tabela 2, pode-se observar que a morbidade por doenças respiratórias no bairro pode estar ligada ou ser influenciada pela poluição do ar. Comparando-se os números dos postos de saúde localizados dentro do perímetro do bairro com outro localizado no Quadro Rural do Município, se pode perceber a discrepância entre os números de acometidos por D. R. Se poderia realizar uma pesquisa mais minuciosa no intuito de verificar a causa de tais fatores, entretanto, este não se constitui no foco das análises. O que é aqui considerado importante é o fato de que o bairro continua apresentando alto número de D. R. como mostrado no período pesquisado por Souza (2006) e que se encontra impresso no imaginário popular como uma das causas destes transtornos.

O discurso dos entrevistados sobre os problemas respiratórios que os acometem, apontam a poluição do ar como sendo uma das grandes causas. Para confirmar esta afirmativa, foram selecionados alguns trechos de entrevistas, escritos a seguir. Salieta-se que alguns dos trechos já foram anteriormente citados em parte, no entanto, inserem-se também neste ponto das discussões e por isso, foram novamente transcritos. “Vivo bem aqui no bairro, mas ele é muito poluído, o ar é sujo, fedido” (senhora SETE, 2008). “Dá muita doença respiratória nas crianças” (senhora SEIS, 2008).

Tenho uma tosse que não sara, há mais de um ano, já fiz diversos tipos de tratamento, tomei um monte de remédios, mas não consigo me livrar dela, só consigo fazer com que melhore em algumas épocas do ano, depois volta tudo outra vez. O médico disse que é alergia da poluição (senhor OITO)

A frase do senhor OITO “só consigo fazer com que melhore em algumas épocas do ano” chama a atenção, pois se inferindo os boletins fornecidos pelo IAP⁴⁵ se pode notar que há épocas do ano, sobretudo durante os meses do verão, quando ocorre o aumento da pluviosidade, que a qualidade do ar alcança o quesito “boa” na maioria das estações. Já a frase da senhora SEIS “dá muita doença respiratória nas crianças” tem também sua pertinência, pois, segundo os levantamentos realizados nos postos de saúde do bairro colocados na Tabela 2, as faixas etárias mais atingidas por doenças respiratórias são as crianças (0-7 anos) e os idosos (60 anos ou mais).

⁴⁵ Disponíveis em: < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=175>>. Acesso em: 31/11/2008.

No entanto, os entrevistados afirmaram que “apesar de tudo” (senhora SETE, 2008) gostavam de morar no bairro que “é um dos mais populosos de Araucária” (senhor CINCO, 2008), mas que possui “muitas empresas” (senhora QUATRO, 2008) que trazem “emprego para muitas pessoas” (senhor CINCO, 2008). Neste momento se entra no terceiro e último ponto de análise, o emprego.

A possibilidade de trabalhar próximo à sua residência fez com que o bairro Capela Velha fosse intensa e rapidamente ocupado. A posição estratégica que ocupa em relação às empresas foi uma das causas de seu adensamento que se deu em meados dos anos 1980. O bairro Capela Velha é o mais populoso do Município de Araucária e é o segundo com a maior área. Sua porção leste faz parte do CIAR I e ocupa posição estratégica entre esta zona industrial e as outras duas: CIAR II E III. Possui, instaladas em seu território, indústrias intermediárias (gêneros industriais não metálicos, metalúrgica, papel e papelão e química) e tradicionais (alimentos, gêneros alimentícios, entre outras). Apresenta elevada taxa de crescimento _ igual ou superior a 10% ao ano (NEGRELLI, 2004).

O que se pode inferir com as análises dos pontos centrais das entrevistas é que o cerne dos discursos, de uma maneira ou de outra, acabou girando em torno da questão da localização das indústrias, pois esta sempre é citada pelos entrevistados _ seja positiva, seja negativamente. A convivência com a zona industrial faz com que a prática social destas pessoas seja diretamente influenciada pelas atividades a ela inerentes. Os processos danosos e de desenvolvimento transitam no corpo de imagens ancoradas e objetivadas na vida cotidiana dos entrevistados. Desta maneira, se constituem em processos de representação social que transitam em um universo paradigmático, no qual a vida de relações se orienta por elementos contraditórios, mas que caminham lado a lado e fazem parte da mesma trama. Assim, o poder e a prática social norteiam a vida de relações, criando uma trama, um espaço onde se desenvolvem as atividades cotidianas, ou seja, um espaço de relações, que carrega em si elementos do real e da realidade e que está presente na cultura daqueles que dele fazem parte e nele convivem. Por fim, é necessário ainda analisar seus componentes, refletindo sobre sua complementaridade, que se constituem na fase derradeira deste trabalho de pesquisa.

5 PLANEJAMENTO URBANO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. O ESPAÇO DE RELAÇÕES PLANEJAMENTO URBANO X SOCIEDADE

Nas idas e vindas entre os instrumentos legais e a prática social, se encontram diversas nuances conflituosas. Estas foram privilegiadas neste capítulo, pois uma vez discutidas as particularidades do poder legal e do consenso popular do espaço de relações, se faz imprescindível a derrocada das análises pertinentes à atuação de ambos no espaço em que ocorrem. Neste sentido, o real, ou o reificado, e a realidade ou consensual, atuam num espaço que ao mesmo tempo, os envolve, confronta e complementa, criando relações próprias, no seio das quais se concretizam representações. Dentro deste panorama geral, se configuram as análises vindouras no intuito de almejar atingir o objetivo norteador do presente trabalho, ou seja, de se verificarem as representações sociais geradas pelas ações do Poder Público, na vida de relações dos moradores do bairro Capela Velha, Araucária / PR.

5.1 NÚCLEOS DE REPRESENTAÇÃO

A cidade, no decorrer de seu processo histórico, encontrou no zoneamento urbano a alternativa para a solução de seus problemas de ocupação desordenada. Delimitando zonas, definindo usos, estabelecendo parâmetros. A solução parecia ser iminente com a utilização deste instrumento inovador. Entretanto, a falta de posicionamentos que privilegiassem o ambiente e ao mesmo tempo trouxessem e garantissem o desenvolvimento e ainda possibilitassem a melhoria da qualidade de vida das populações levou a equívocos de legislação encarados como motivos de sérios conflitos de uso. Talvez por desconhecimento dos efeitos da industrialização, talvez por nunca se ter pensado nisto até o momento em que aconteceu. Mas, o fato é que as ações tomadas no passado refletem-se no presente como problemas a serem resolvidos ou que aguardam por soluções.

O conflito de usos gerado pela proximidade entre as zonas residencial e industrial tem como fundamentos o poder legal (representado pelas Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente) e o consenso popular, como reflexo da prática social, que se constitui na realidade envolvida nesta problemática.

Tanto os moradores quanto os técnicos entrevistados, vêm nesta proximidade um grande problema a ser resolvido. A análise das entrevistas possibilitou a reflexão do espaço de relações no sentido de elucidar seus principais componentes, chamados neste de núcleos representativos, tomando emprestado o conceito de núcleo central com o qual trabalha Celso Pereira de Sá (1996). Tais núcleos possuem ao seu redor outros núcleos menores, mas não menos importantes, que se conectam aos maiores e estes entre si.

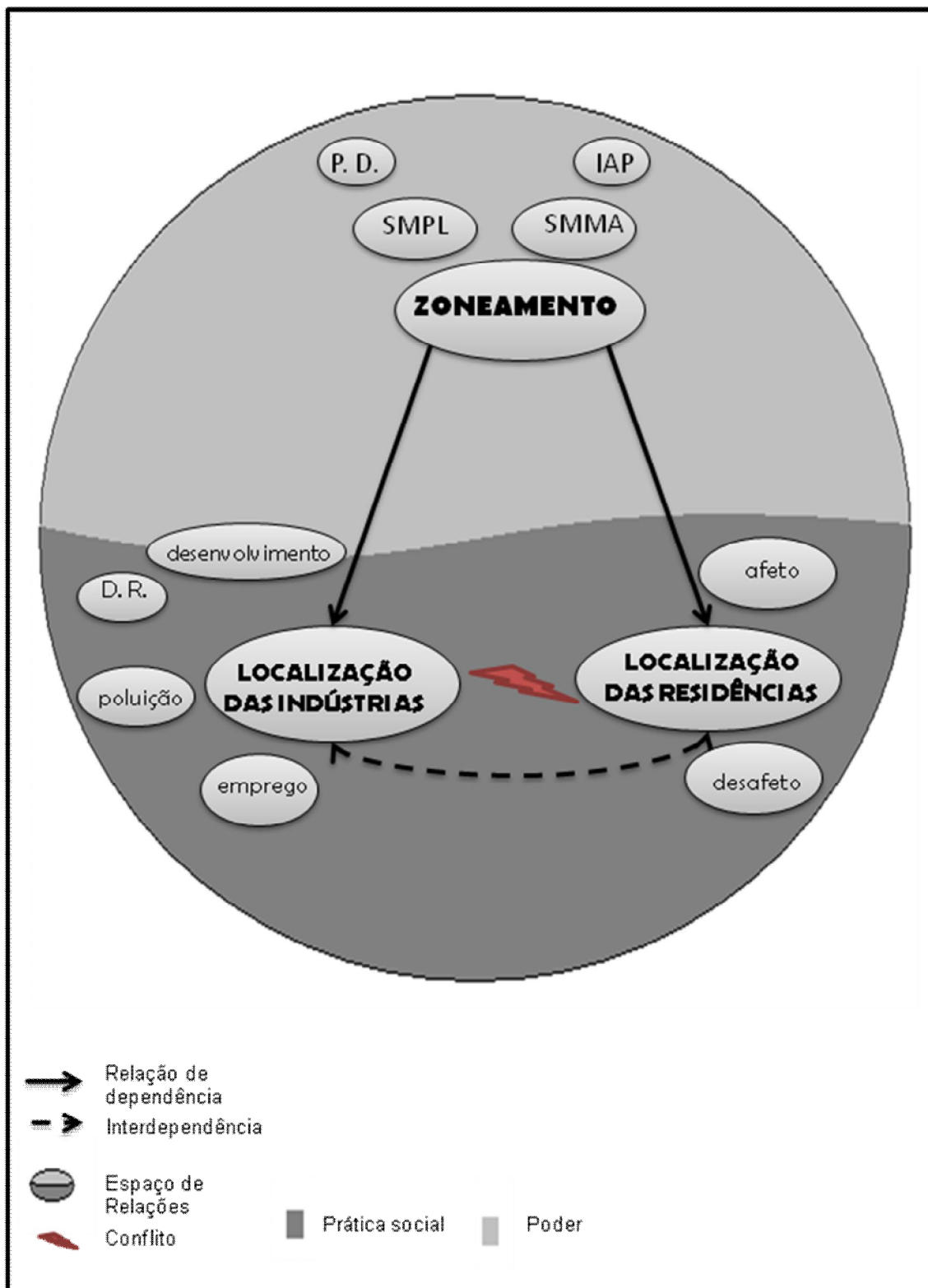
A Figura 15 foi elaborada na intenção de mapear os núcleos representativos identificados durante a análise das entrevistas. Os núcleos maiores, em número de três, englobam os núcleos anteriores (ver Figuras 4, 5, 7, 8 e 10). Na Figura se tem representado o bairro Capela Velha e a configuração do espaço de relações planejamento urbano x sociedade e suas representações próprias. Nela, se procurou dimensionar o conflito de usos no bairro, dispondo os núcleos representativos em seu espaço geográfico, ou, em seu espaço de relações, no qual poder e prática social convivem se confrontam e complementam mutuamente.

Fazendo uso dos conceitos de campo e de *habitus*, Bourdieu (2003) dimensiona o espaço de relações como sendo tão real e concreto quanto o espaço geográfico, funcionando como um campo onde os indivíduos assumem posições e desenvolvem o *habitus* a ele pertinente. Tomando emprestada a gênese de tais conceitos, se pode argumentar a existência de um espaço de relações que se dá entre o homem e o ambiente por ele ocupado. No cenário urbano inerente à pesquisa, tal espaço de relações se apresenta conflituoso, pois inclui dois tipos de usos diferenciados, mas que, no entanto, são interdependentes. Neste sentido, se pode argumentar que a representação ou as representações geradas neste processo são estruturadas (SÁ, 1996), pois os elementos que as formam possuem conexões que fazem com que um não possa existir sem o outro. Assim, as indústrias necessitam da mão-de-obra disponível nas zonas residenciais enquanto que os moradores das zonas residenciais dependem do bom andamento econômico das indústrias para ter emprego e garantir sua subsistência e de sua família.

Neste espaço de relações coexistem distintos *habitus* que se dimensionam de acordo com a posição ocupada pelo *corpus*⁴⁶. Segundo Bourdieu (2004) para se saber como atua o *corpus* é necessário determinar previamente as funções de que

⁴⁶ *Corpus*, segundo Bourdieu (2004) se refere ao corpo enquanto materialidade do ser.

FIGURA 15: MAPEAMENTO DOS NÚCLEOS REPRESENTATIVOS



FONTE: Pesquisa de campo (2008).

Organização: MOURA, N. (2008).

reveste-se, quando inserido no sistema de relações de conflito “entre grupos situados em posições no interior de um campo”, que por sua vez, também “ ocupa uma dada posição” (p. 186). Assim, ao serem entrevistados, os profissionais das secretarias, deixaram transparecer em seus discursos a posição por eles ocupadas, ou seja, o *habitus* que ocupam e desenvolvem enquanto agentes dos órgãos detentores do poder.

Do mesmo modo, os moradores entrevistados deixaram transparecer o *habitus* daquele que convive diariamente com o problema, ou seja, parte de sua prática social.

Neste sentido, se têm dois universos de conhecimento atuando no espaço de relações planejamento urbano x sociedade, definidos por Moscovici (2007) e já aqui citados, como reificado e consensual. A atuação destes revela a criação de representações sociais no universo consensual, que constantemente inundado pelo reificado, se força repetidamente a ancorar e objetivar tais representações na prática social. Este processo, por sua vez, ocorre num dado campo, ou espaço de relações no seio do qual o poder e a prática social atuam na intenção de garantir seus interesses, mas, ao mesmo tempo, se utilizam um do outro para complementar sua existência.

Neste sentido, a Figura 15 ilustra a atuação de um núcleo de representação central (SÁ, 1996) que se encontra circundado de outros núcleos menores, como mencionado. O maior deles, ou seja, o núcleo central foi apontado como sendo a localização das indústrias dentro espaço urbano de Araucária, na especificidade deste, do bairro Capela Velha. Sua determinação se funda na sua citação pelos entrevistados, isto é, seja positiva, seja negativamente, o fato é que sempre se fez presente em todas as entrevistas, quando o assunto era o bairro. Então, a identificação de tais núcleos se deu pela repetição dos termos ou fatos durante as entrevistas.

A localização das indústrias no Quadro Urbano Municipal passa a sensação de que tudo gira ao seu redor, como se fosse ela a causa e a solução dos conflitos. Causa pelo fato de trazer diversos agravantes aos problemas ambientais urbanos presentes no bairro. Solução, por trazer fonte de renda e desenvolvimento ao Município e a seus moradores.

Distribuídos nas proximidades do núcleo central, se encontram outros dois núcleos representados pela localização das áreas residenciais e a legislação

vigente, ou o zoneamento urbano. O primeiro pode ser colocado no mesmo patamar que o núcleo central, pois se imaginando que a localização das residências fosse outra, distando das áreas industriais, os conflitos seriam menores. Entretanto, quando de sua alocação e disposição no espaço geográfico, a intenção era de trazer comodidade e facilidade tanto às populações quanto aos industriais, além da proximidade com a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), não se imaginava que “o progresso não era progresso, chamava-se poluição” conforme colocou o biólogo da SMMA.

Diretamente ligado à localização das zonas, encontra-se o núcleo do zoneamento urbano que tem a finalidade de delimitar até onde vai a atuação e legalidade dos componentes dos dois primeiros núcleos. Suas ações pautadas no poder legal visam normatizar o uso do espaço, por este fato, suas ações são fundadas no universo reificado e implicam diretamente na prática social, ou, no universo consensual. Incluiu-se no consensual também o núcleo das indústrias por se considerar que estas, na configuração do espaço de relações, são influenciadas e gerenciadas pelo poder (representado pela Lei de Zoneamento Urbano) fazendo parte, então, da prática social do Bairro e das representações que nele surgirem (tomando-se a especificidade em questão).

Estas representações sociais ensejam diferentes modalidades de atuação e circulação. Partindo-se dos núcleos, se têm diferentes representações analisadas e esmiuçadas no decorrer deste texto.

Para o núcleo das indústrias, ou o núcleo central, se têm representações antagônicas em seu cerne, que se confundem em dados momentos e que caminham como linhas ora paralelas ora concorrentes.

A indústria traz em si o predicado do desenvolvimento, da geração de empregos, fatos que levam à sua contemplação. Entretanto, outro predicado, também a ela compete: o da depreciação das condições ambientais, da poluição, das doenças respiratórias, que leva do contemplar ao depreciar num piscar de olhos. Assim, pontos positivos e negativos caminham lado a lado, paralelos em sua existência. Contudo, a indústria traz a possibilidade de trabalhar próximo de casa, de valorizar o imóvel e, mesmo que gere poluição, é crucial à manutenção da vida urbana. Neste sentido, pontos positivos e negativos se cruzam em dado momento, como linhas concorrentes que possuem em determinado tempo, conexões que unem

interesses. Tais interesses podem ser tanto para atender um ou outro quanto ambos.

Da mesma maneira, o núcleo da localização das residências se coloca antagônico. Há os que apreciam e sentem afeto pelo bairro e há também aqueles que não sentem da mesma maneira. Entre o “gostar” e o “não gostar” as indústrias são vistas como agentes que influenciam diretamente as condições de vida no bairro. Para alguns, são influências positivas, enquanto que para outros são negativas. Positivas pelas funções econômicas e sociais que desempenham. Negativas, pelos transtornos causados. No entanto, tanto os que mencionaram gostar, quanto os que mencionaram não gostar do bairro, reconheceram que a proximidade entre as zonas traz conflitos nos quais ambas as partes têm seus direitos feridos. Estes conflitos têm sua fonte e causa nas ações do poder, representadas pelo zoneamento urbano, que, como mencionado, no momento de sua primeira organização, não se imaginou que se estaria criando um problema de difícil solução com o qual se gastariam décadas de preocupação.

O núcleo do zoneamento catalisa as ações legais de outros dois agentes do poder que, por meio de suas normatizações, conferem ou limitam suas ações. Trata-se das Secretarias que atuam de maneira mais incisiva no território Municipal, a SMPL, guiada pelo P. D. organizado por ela mesma; e a SMMA, que se funda em outros órgãos governamentais hierarquicamente superiores que determinam a amplitude de suas atribuições.

Entra-se neste momento, no segundo dos componentes do espaço de relações em estudo, o poder. Neste caso, o poder se configura por meio da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 583/81), integrante do Planejamento Urbano, que por sua vez integra o P. D., todas referentes ao Município de Araucária / PR. A formulação do zoneamento é atribuição da PMA, em especial das Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (SMPL, SMMA).

O poder detido e representado por estas secretarias se configura por meio de ações que implicam diretamente na prática social, na vida dos cidadãos e no funcionamento das indústrias, sendo por este fato que se constituiu no terceiro núcleo representativo atuante neste espaço de relações.

Os diversos entendimentos do que se acreditava ser o zoneamento urbano ideal, foram apontados pelos entrevistados destas secretarias como a fonte de todos os conflitos de uso. Para eles, o que era entendido como ideal há trinta anos, no

momento da pesquisa, passa muito longe de o ser. Neste núcleo, cuja função é de encontrar soluções para as relações conflituosas referentes aos usos do solo urbano, a causa parece ser sempre eximida do âmbito e das atribuições do poder legal Municipal. Ora são as indústrias que não se adéquam à legislação em vigor, ora é a população que, além de ser vista como facilmente corruptível, não colabora com as ações do poder legal. Entretanto, sem querer tomar nenhum posicionamento, uma situação fatural é colocada em foco durante tal argumentação, ou seja, as perguntas que se compõem sobre o fato são: qual o papel e a força do poder legal da PMA? Para fazer valer a Lei, quais os instrumentos de que dispõe?

A tentativa de solução para os conflitos de uso foi tomada pela PMA, durante o processo de elaboração de seu novo Plano Diretor, que ainda não entrou em vigor, mas que tem a pretensão de viabilizar um novo entendimento, um novo conceito para o zoneamento urbano. Trazendo senão a solução, ao menos a amenização dos conflitos de uso ocorridos dentro do Quadro Urbano do Município.

Assim, se buscou evidenciar as representações do planejamento urbano no bairro Capela Velha, constituindo em seu espaço físico um espaço simbólico, ou seja, um espaço de relações, no qual, poder e prática social atuam e circulam livremente, agregando núcleos representativos a seu redor.

O espaço de relações em que são geradas estas representações deixa-se perceber como um espaço carregado de elementos ligados ao real e a realidade, ao simbólico e ao concreto. Ao real e à realidade porque se configura entre o que deveria ser e o que é. Ao simbólico e ao concreto porque se delimita entre o ideal e as necessidades básicas de vida (emprego). Neste contexto, o ambiente é concebido como o palco de todas as atuações possíveis entre o poder e a prática social, ou seja, um espaço para todas as relações sejam elas reais ou ideais.

Por meio das colocações anteriores, se tem ilustrados e especificados os núcleos representativos inerentes ao espaço de relações planejamento urbano x sociedade, bem como as representações geradas pelas ações do Planejamento Urbano na prática social dos moradores do bairro Capela Velha. Sendo assim, resta ainda pormenorizar conceitualmente as reflexões. Neste pormenorizar a busca pelas respostas que aliam contextos e conceitos foi encontrada durante o processo de análise dos discursos dos entrevistados que se colocam neste ponto como agentes ou atores do espaço de relações e que agora são avaliados numa mesma dinâmica, na intenção de fechar o cerco de discussões.

5.2 CONCEITOS E CONTEXTOS

A sociedade contemporânea apresenta aos olhos um mundo repleto de contextos diferenciados nos quais interagem indivíduos das mais diferentes classes e culturas, que possuem diferentes tipos e modos de ver e compreender as situações cotidianas. Encontrar conceitos nestes contextos se constitui em tarefa instigante, para a qual as respostas são incertas e não se sabe ao certo onde se vai chegar ao iniciar o processo de análise.

Neste sentido, a busca por conceitos passa pelo que já foi dito, pelo que se diz e, porque não, pelo que ainda se pode dizer sobre o fenômeno em estudo.

A especificidade retratada neste trabalho (o espaço de relações planejamento urbano x sociedade) passa pelo que pensam os dois universos de conhecimento (reificado e consensual) representados pelo poder e pela prática social que, embora distintos, se interpenetram dando significado à relação entre o real e a realidade.

O espaço em estudo é apropriado de diferentes modos pelos universos que nele atuam. Para o reificado, ele se constitui no elemento chave em suas ações. Um espaço físico concreto, mas que ao mesmo tempo é também abstrato, ao passo que sua representação é obtida em imagens, traços sobre o papel ou *pixels* na tela do computador. Enquanto que para o universo consensual, este mesmo espaço físico é concreto, vivenciado e experimentado diariamente, nele se dão as relações inerentes à vida cotidiana de um grupo de pessoas, cujas representações são divididas e organizadas no mesmo patamar de conhecimento, aquele do senso comum, que reúne as ciências ou o que se sabe delas, em uma única ciência (MOSCOVICI, 2007). Sendo assim, se pode dizer que o espaço do universo consensual vai além do físico concreto e observável, atua também no âmbito do simbólico e imaginário.

A pesquisa de campo realizada mostrou um bairro com diferentes percepções a seu respeito, mas com elementos nucleares fundamentais que se repetem ou se contrapõem, dependendo do universo de conhecimento que a observa. O Quadro 3⁴⁷ retrata esta questão, demonstrando o que pensa um e outro universo sobre o elemento chave ou o núcleo do qual emanam os outros núcleos menores em análise.

⁴⁷ A leitura do Quadro deve se dar do centro para as laterais.

QUADRO 3: PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO CAPELA VELHA – ARAUCÁRIA / PR

REIFICADO	LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	CONSENSUAL
Ruim	Proximidade	Ruim / boa
Aumento da arrecadação do ICMS	Desenvolvimento econômico	Oportunidades de melhorar de vida
Geração de renda	Emprego	Sustento familiar
É controlada	Poluição	É muito elevada
Não existe	D. R.	É comum aos moradores do bairro
É uma necessidade real	Planejamento Urbano	Não faz parte da realidade
É corruptível	População	Tem seus interesses prejudicados
Ocorrerá com a mudança da Lei	Solução para o conflito de usos	Fica só no papel

FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008).

Com base no Quadro, se pode verificar o amoldamento de diversos pontos em que se torna evidente a tomada de posição que emana do papel desempenhado pelos atores ou agentes, nas situações ou posições em que se encontram (BOURDIEU, 2003). Tais tomadas de posição se convertem em partes da mesma representação, composta por indivíduos que atuam dentro e fora de seu espaço de relações. A representação deste espaço deriva por sua vez de um conhecimento comum que pode ou não ser colocado diante de si como um objeto, ou seja, para os agentes externos a situação do conflito de usos ocorrido no espaço do bairro Capela Velha se apresenta como um objeto com o qual devem tratar devido ao papel por eles desempenhado, ao passo em que representam o poder público. Enquanto que para os que se encontram envoltos pelas representações e diretamente ligados às relações deste espaço, a possibilidade de encará-lo como um objeto sobre o qual é possível realizar uma análise calculista, não se constitui em fato sequer cogitado pelo simples fato de não ser pensado desta maneira neste universo de

conhecimento. Segundo Moscovici (2007) o conhecimento comum partilhado por um grupo de pessoas no decorrer de sua vida cotidiana não se constitui em alvo de seus raciocínios e nem pode ser colocados diante de si como um objeto.

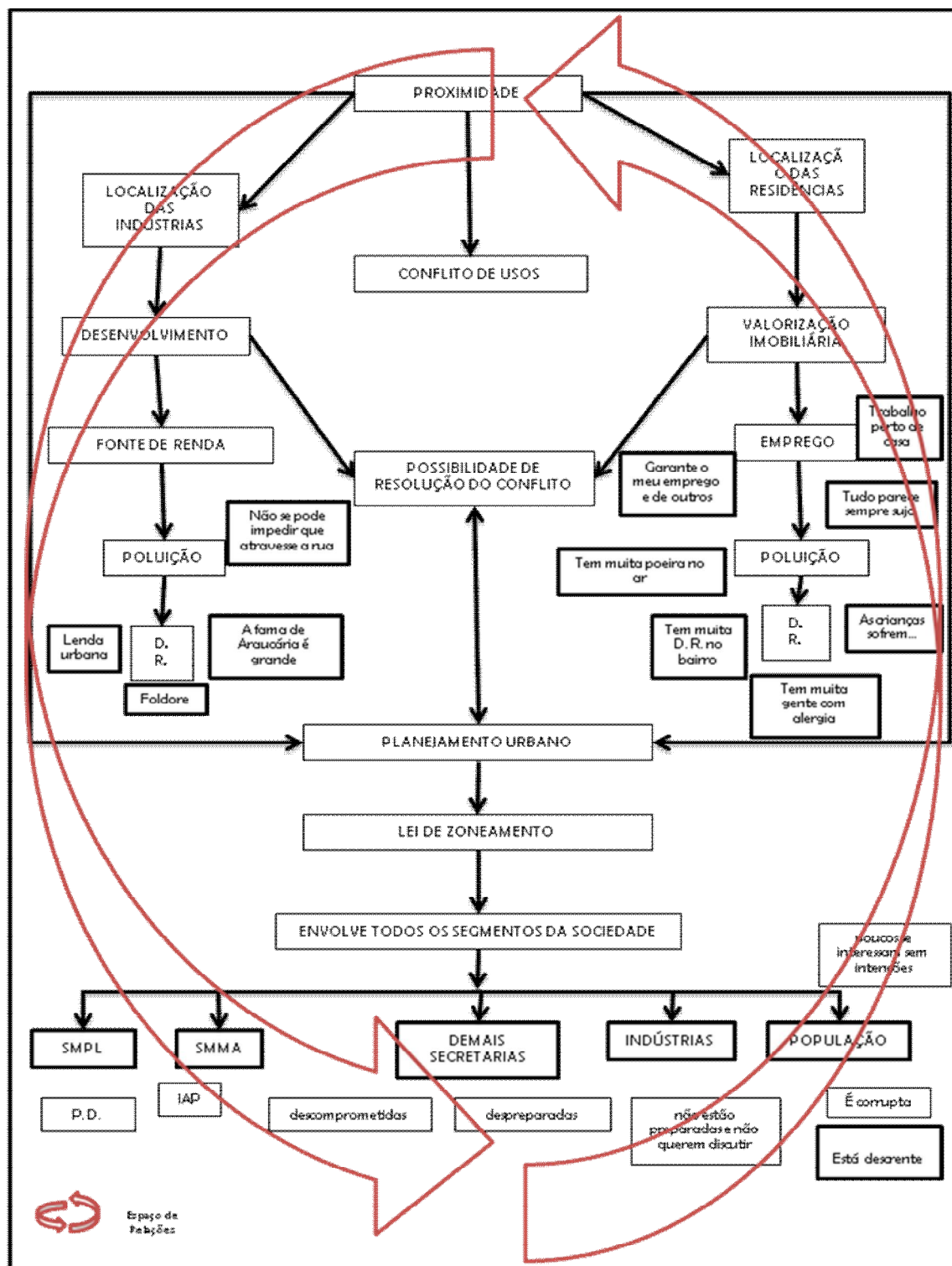
O contexto e seus conceitos levam, com base no Quadro, a um mapeamento mais abrangente do conflito de usos oriundo do Planejamento Urbano no bairro Capela Velha, representado na Figura 16, que além dos núcleos representativos traz as respostas encontradas nos discursos dos entrevistados.

Em linhas gerais, a Figura pode ser explicada da seguinte maneira: a proximidade entre as zonas gera o conflito de usos. Cada uso acarreta elementos interligados. Para cada elemento (ou contexto) se têm respostas dadas pelos atores, ou agentes. Tudo permeado pelas relações culturais estabelecidas para com o ambiente de vivência. Relações estas que se estabeleceram no decorrer do processo de ocupação do bairro, permeadas pela compreensão, por parte do Poder Público Municipal, de que era interessante para as partes que a localização das residências fosse próxima a das indústrias. Os conceitos (conhecimento) para os dois universos emergem da Legislação que, articulando o real (o que deveria ser) e a realidade (aquilo que se mostra aos olhos) se constituem no espaço de relações planejamento urbano x sociedade no bairro Capela Velha.

Neste espaço se encontram imbricadas as representações sociais ou teorias do senso comum, geradas pelas ações do Planejamento Urbano na vida cotidiana dos habitantes do bairro, que os ajudam a compreender sua própria realidade. Para Moscovici (2007) as pessoas possuem em suas teorias do senso comum elementos que ouviram falar, leram ou souberam de algum modo. Sendo desta maneira, as representações sociais inseridas no espaço de relações planejamento urbano x sociedade acabam por formar uma rede de relações ou, como saliente Moscovici (2007, p. 210) uma “rede de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente, e por isso, mais móveis e fluidas que teorias” científicas.

A Figura se apresenta, então, como um emaranhado de relações que se interconectam de algum modo. Nela se podem observar a atuação direta e indireta dos núcleos representativos que por sua vez, agregam ações, tanto da prática social quanto do poder.

FIGURA 16: MAPEAMENTO DAS ENTREVISTAS: CONCEITOS, CONTEXTOS E RESPOSTAS



FONTE: Pesquisa de campo (2008).
Organização: MOURA, N. (2008).

O cerne de todo encaminhamento que leva a compreensão deste espaço de relações se encontra no conceito de zoneamento urbano que se tinha no momento em que se organiza um centro industrial dentro do Município de Araucária, durante a década de 1970. Tal conceito levou à proximidade entre zonas com usos diferenciados e não equivalentes. Esta proximidade, por sua vez, transformou-se pouco a pouco na causa do conflito de usos dentro do Quadro Urbano Municipal.

Deste modo, se tem a estrutura do espaço de relações planejamento urbano x sociedade apoiada em elementos do universo reificado confrontados com os do universo consensual, agregando elementos transformados em conceitos que dão sustentação aos argumentos ou opiniões. A indústria, como primeiro pilar, próxima às residências possibilita desenvolvimento ao Município trazendo fonte de renda que garante a manutenção da vida particular e pública dos cidadãos. Entretanto, esta mesma proximidade remete também a elementos com conotação negativa, como a poluição, associada às D. R. pela população e negada como causa de tais males pelo setor público.

Como segundo pilar se tem as residências que estando próximas às indústrias têm suas edificações valorizadas. Fato que somado ao desenvolvimento trazido pelas indústrias, é apontado pelo Planejamento Urbano como uma possível solução ao conflito de usos, uma vez que a valorização motivaria os moradores a venderem seus imóveis e a área ficaria destinada ao setor de serviços, formando, em acordo com o novo Plano Diretor, um cinturão ao redor das zonas industriais, na intenção de filtrar os ruídos e a poluição advindos das indústrias para as zonas residenciais. A proximidade traz ainda para os moradores a possibilidade do emprego próximo ao lugar onde moram, proporcionando economia nos custos com transporte e mesmo com o tempo gasto com as locomoções diárias. Entretanto, a proximidade gera o sofrimento com os danos causados pela poluição: ruídos e fumaça são os principais agentes apontados pelos moradores como degradantes da qualidade ambiental do bairro. Neste contexto, surgem as D. R. mencionadas pelos moradores como conseqüências do ataque da poluição industrial.

No centro deste espaço, buscando garantir direitos e fazer cumprir a Lei, se encontram as ações do Planejamento Urbano que busca por meio de sua Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo envolver todos os segmentos da sociedade em um planejamento que tem por meta a resolução de seus problemas, entre eles o do conflito de usos. Entretanto, suas intenções encontram-se fora do imaginário dos

outros segmentos da sociedade, dificultando as ações públicas. Seja pelo não comprometimento dos segmentos envolvidos, seja pelo descrédito no setor público, o envolvimento se mostrou, na maioria das vezes, descomprometido.

Então, pode-se dizer existente neste espaço de relações a oposição entre o reificado (real) e o consensual (realidade). Entretanto, tal oposição se configura, em dados momentos, como complementação. Neste contexto, as ações do poder penetram este espaço, atuando sobre e nele, gerando um campo onde os atores se posicionam e atuam em prol de interesses ora individuais, ora coletivos em torno das representações sociais que se configuraram como entendimentos acerca do conflito de usos.

Neste conjunto estabelecido pelo espaço de relações planejamento urbano x sociedade contextos, conceitos e respostas são elaborados, na expectativa de tornar familiares as situações que se mostram delineadas na prática social. Este processo prevê uma aproximação com o estranho, familiarizando-o, ancorando-o e objetivando-o em noções anteriormente prescritas na realidade vivida. Se transformando em leis e posteriormente em regras aceitas pelo grupo (MOSCOVICI, 2007). Desta maneira, a comunicação entre o velho e conhecido com o novo e desconhecido também acarreta a criação de representações sociais. Segundo Moscovici (2007, p. 208) “formamos representações tanto para nos familiarizarmos com algo estranho quanto para reduzir a margem de não-comunicação” que possa existir entre os indivíduos do grupo.

A Figura delinea a rede da representação social do conflito de usos. Nela se encontra seu conteúdo e sua essência, que a faz circular pelas mentes e imaginários dos diferentes indivíduos, fato que se constitui no ponto de partida da teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2007). Segundo Sá (1996, p. 147) uma “representação social só vem a ser adequadamente descrita e identificada quando, além de seu conteúdo, se apreende também sua estrutura”. Sendo assim, a rede de relações ao mesmo tempo em que abriga o conteúdo e a forma da representação, também compõe sua estrutura. Tal estrutura se configura por meio do próprio espaço de relações planejamento urbano x sociedade, dando-lhe sustentação.

Deste modo, se torna pertinente afirmar que a estrutura da representação e do espaço de relações se configura em uma única estrutura composta por dois pilares fundamentais: o poder e a prática social. As ações do primeiro acarretam e

influenciam as ações do segundo pelo fato de conterem elementos simbólicos que fazem parte da composição imagética comum ao grupo, unindo-os em torno de um mesmo pensamento, ou de um mesmo núcleo representativo, ainda que as opiniões nem sempre coincidam, sua essência permanece.

Assim, a estrutura transporta em seu bojo, símbolos estruturados que tem o poder de integrar os indivíduos, ou seja, desempenham função coadjuvante na integração social.

Então, quando os indivíduos (moradores do bairro) colocam suas opiniões, deixam transparecer em seus discursos elementos que os unem e que se repetem, por mais que se oponham em relação ao que o outro disse sobre o mesmo tema. Neste momento, se sentiram à vontade para exprimir suas mais profundas individualidades sem se importar com o que o outro iria dizer, era o seu momento, seu porto seguro, pois estavam falando sobre um fato conhecido diante do qual tinham a possibilidade de argumentar de forma independente e soberana, fator permitido pelo universo consensual, no seio do qual operam os conceitos, contextos e respostas de que trata o objeto de estudo em questão.

Entretanto, o mesmo não pode ser sentido pelos indivíduos representantes e atuantes do universo reificado. Estes, mesmo que tentassem colocar seu ponto de vista, tinham sempre de ter o cuidado em dizer a “coisa certa”, pois sua atuação não lhes permitia uma digressão maior sobre seus pensamentos individuais, pois estes estavam sempre marcados pelas normatizações impostas pelo universo em que se encontravam e operavam. Suas atitudes, ações e reações estavam constantemente remetendo ao poder legal, pelo fato de serem seus representantes sociais.

O que se pode colocar ainda, é que o espaço de relações planejamento urbano x sociedade revela uma integração social que envolve a prática social e o poder num jogo de relações onde cada parte opera de maneira individual, mas buscando sempre a coletividade operante do sistema legal em que se insere. As atitudes com relação ao meio têm como elemento fundamental as necessidades básicas de cada parte. Indústrias querem garantir seus direitos de operar no local em que se encontram. Moradores querem ter garantidos seus direitos quanto à qualidade de vida nas cidades. E, tentando apaziguar e ao mesmo tempo garantir o equilíbrio econômico e ecológico do Município, se encontra o poder, que trata com um e outro na tentativa de solucionar o conflito de usos, mas sem, no entanto, entrar em atrito com nenhuma das partes, realizando o papel de advogado duplo de uma

mesma causa, favorecendo ora a um, ora a outro, dependendo da situação em que se encontra e com quem está tratando.

Neste sentido, a representação das ações do Planejamento Urbano no Município de Araucária, em especial no bairro Capela Velha, repercute intensamente no imaginário dos moradores, como uma situação em que seus direitos estão sendo constantemente feridos e que a solução para o conflito de usos está longe de ser alcançada. No entanto, estes mesmos moradores também não têm noção de que são agentes degradantes do meio em que vivem, pois suas construções, na maioria dos casos, se encontram fora dos parâmetros estabelecidos pelo Planejamento Urbano Municipal. E, ainda, não aproveitaram a oportunidade de discutir os novos rumos que estão previstos no novo Plano Diretor Municipal, que, segundo os representantes do poder legal entrevistados, foi amplamente aberto às discussões com toda a comunidade em diversos momentos.

Os elementos simbólicos inseridos nesta estrutura demonstram as mais variadas essências, mas circundam o mesmo núcleo: a localização das indústrias no Quadro Urbano Municipal. Tais elementos simbólicos ou símbolos estruturados (BOURDIEU, 2003) são expressos nos discursos dos entrevistados como elementos chave que unem os pensamentos na prática social cotidiana em que se inserem. Assim, segundo entrevistados, o bairro é violento, poluído, barulhento onde existem muitos casos de doenças respiratórias nos moradores e a causa atribuída é sempre a mesma, a localização das indústrias. Mas ao mesmo tempo, quando dizem que têm emprego próximo à residência, que o bairro é bem provido de equipamentos públicos, que a valorização imobiliária é crescente no bairro, a causa para tal é a mesma. No entanto, deixam escapar em trechos ou frases soltas, que a proximidade com as indústrias não é um fator positivo e que as benfeitorias que traz não superam os prejuízos.

As teorias criadas neste espaço de relações transitam no imaginário popular como obras raras a que todos têm acesso. Todos opinam a seu modo, se sentem seguros em dar suas opiniões e convivem rotineiramente com o acesso às mesmas. Entretanto, tais obras não se encontram encerradas e a cada instante em que um novo elemento é considerado importante, um processo de familiarização, ancoragem e objetivação é realizado, incorporando o novo ao tradicional, e todos passam a ter um novo contato e, de algum modo, dão sua “pincelada” na obra tornando-a parte de seu repertório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir as pesquisas que se dispôs realizar nesta dissertação, se pode mencionar que a cidade de Araucária / PR encontra-se num processo de autoconhecimento e reforma de suas formas e padrões de existência enquanto cidade do terceiro milênio. Em suas ruas e avenidas transitam não somente indivíduos, mas também elementos simbólicos que muito têm a dizer sobre suas representações, sentidos e imagens. As relações existentes entre o poder e a população caminham em desalento, buscando encontrar pontos comuns para que se possa pensar a cidade como um todo, e não somente em partes. Fazendo com que ela se torne mais eficiente e que tenha condições de garantir a subsistência tanto dos moradores e de indústrias, quanto de seu meio ambiente.

Todavia, há que se considerar ainda algumas questões que se fazem pertinentes para o momento pelo fato de que podem suscitar novas possibilidades de análise em trabalhos que ainda possam estar por vir.

A primeira delas é a de que a Teoria das Representações Sociais e a Geografia têm frutíferas relações e assuntos em comum. Embora exista certa dificuldade em operacionalizar a Teoria, visto que sua amplitude caminha no sentido do simbólico, do vivenciado e cristalizado no senso comum, possibilidades de realizá-lo sempre surgem, fazendo com que o geógrafo se sinta a vontade ao fazer uso de seus postulados em suas pesquisas. Deste modo, se procurou fazer uma utilização o mais consciente possível desta Teoria para buscar a interpretação e análise de parte do fenômeno urbano foco do presente trabalho. A análise das estruturas espaciais do bairro Capela Velha contou, entretanto, não somente com a visão da Geografia e Psicologia Social, mas também com os estudos da Sociologia, mais precisamente com o conceito de espaço de relações e seus fundamentos de *habitus* e de campo. Aliando-se estes fundamentos epistemológicos se procurou dar forma e consistência à proposta.

A análise do fenômeno urbano já muito discutida por fenomenólogos pode também ser avaliada sob a ótica das Representações Sociais, pois seu interior se encontra repleto de elementos formadores de tais representações, dando margem a inúmeras interfaces entre os universos de conhecimento, possibilitando a interação entre as ciências e ampliando o ponto de discussões e compreensão do fenômeno.

Ao se analisar a cidade de Araucária, se pôde verificar o quanto o diálogo entre as Representações Sociais e a Geografia é conveniente e promissor. O mundo de relações que cerca os indivíduos não é composto de “gavetas” que contém as ciências em separado. Ele não é compartimentado como se fosse uma cômoda que abriga tais “gavetas”. O mundo de relações é dinâmico e unificado e as ciências que operam como elementos componentes da realidade, se misturam e se complementam dando sentido à existência do próprio mundo, tido como práxis diária. Neste sentido, as teorias que se formam da, na e pela cidade se orientam com base no dinamismo do mundo e das informações que ele carrega.

Vale ressaltar também que tudo o que existe neste fenômeno se orienta por e sobre um espaço. Espaço este que carrega diversos predicados. Seja físico, seja vivenciado, seja como linhas em um pedaço de papel, ele abriga diversas possibilidades de ser interpretado e analisado não somente por pesquisadores, mas também por aqueles que o utilizam, que o vivem e o constroem no desenrolar de sua existência.

No interior destas relações se organizam estruturas, que delineiam formas e conjecturas que lhe são próprias. Estas estruturas têm o poder de engendrar e de desenrolar situações triviais ocorridas em seu interior e transformá-las em pensamentos operantes, ou como no estudo de caso que se finaliza, em representações sociais.

Da dificuldade latente que emana neste tipo de pesquisa se pode tirar grande proveito, pois elas preparam o pesquisador para enfrentar desafios cada vez maiores e nisto quem ganha é a ciência, pois o receio em enfrentar novos desafios fica para trás e as forças emergem turbulentas e fortes no sentido de uma nova empreitada.

Fica como marco a ser lembrado e que pode vir a se transformar em outra pesquisa para aqueles que possuem o fascínio e admiração pelo fenômeno urbano, a noção dada pelos representantes do poder sobre as intenções e responsabilidade por parte da população. Uma população que pede benefícios é porque não os tem, é porque é carente das necessidades básicas que deveriam ser asseguradas pela Prefeitura Municipal. Entretanto, não se pode ser de todo omissos, pois sempre existirão os que tentam tirar proveito próprio das situações. O que não se pode sustentar é que seja generalizado este tipo de comportamento e permitir que o mesmo seja, estendido a toda a população.

Encontrar culpados não é o caminho certo a ser seguido, nem se levando um ou outro posicionamento em conta. O que se precisa, ou melhor, o que é necessidade vigente (ou deveria ser) é a caminhada no sentido da conscientização popular e governamental de que a cidade deve ser pensada e gerida de maneira polivalente, onde cada uma das partes saiba como atuar e qual o poder e a importância que sua atuação efetiva possui. Passos neste sentido já foram dados, inclusive pela própria Prefeitura Municipal de Araucária, quando se propôs a discutir largamente com a população sua nova proposta de Plano Diretor. Entretanto, muito ainda deve ser dito feito e pensado. Muitas opiniões ainda devem ser dadas para que o ideal ou o mais próximo dele seja alcançado.

Neste sentido é que se argumenta a favor de estudos amplos sobre o fenômeno urbano. Não apenas estudos que levem em conta sua gênese e estrutura física ou de marketing. Mas estudos que levem em conta também o simbólico o representativo, as opiniões pessoais daqueles que são parte do ser da cidade, que a modelam, criam e recriam em todos os momentos. Já é sabido da iniciativa de alguns geógrafos e não geógrafos neste sentido. O fato é que se precisa cada vez mais de atitudes que culminem em pesquisas promissoras, sobretudo envolvendo as representações sociais.

Num sentido de elencar critérios para finalizar o trabalho, optou-se por avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no início dos trabalhos. Sendo desta maneira, se julga pertinente uma breve avaliação de cada um, colocando-os na posição de meta atingida.

Então, acredita-se que ao avaliar e contrapor os posicionamentos dos dois agentes envolvidos no espaço de relações planejamento urbano x sociedade e, em última instância, se avaliarem as ligações entre os dois, se conseguiu atingir o objetivo geral estabelecido, pois se obteve o panorama geral das representações sociais oriundas das ações do Planejamento Urbano no bairro estudado.

Avaliando as relações existentes entre o real e a realidade, estabelecendo o vínculo entre as normatizações e a vida cotidiana, se tentou atingir o primeiro objetivo específico. Do mesmo modo, ao se discutirem as possibilidades da Teoria das Representações Sociais e o conceito de espaço de relações procurando um marco teórico que permitisse a utilização dos dois autores em um mesmo trabalho se atingiu o segundo objetivo específico.

O terceiro e quarto objetivos específicos, foram atingidos no momento em que foram avaliados os posicionamentos dos segmentos do poder e da prática social separadamente. Deste modo se pode verificar e compreender o modo de pensar de cada um dos envolvidos na questão do conflito de usos. Dando margem para a discussão do quinto e último objetivo específico estabelecido que previa a discussão dos dois segmentos unindo-os em um mesmo patamar. Deste modo, se procurou encontrar as respostas aos contextos encontrados nas representações, aportando-os em conceitos fundados nos marcos teóricos utilizados.

Assim sendo, encerra-se o presente trabalho que tem uma de suas fases finalizada e continua no aguardo por novas investidas acadêmicas rumo ao entendimento de seu todo.

REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA, Prefeitura do Município de. **Critérios e usos de ocupação do solo para zonas especiais**. Lei nº 1.083/96. Araucária, 1996.

_____. **Da madeira ao aço – a industrialização de Araucária**. Prefeitura de Araucária, 1999.

_____. **Decreto nº 12.402/95**. Araucária, 1995.

_____. **Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo urbano** (Lei nº 584/81). Araucária, 1981.

_____. **Lei nº 1.333/02**. Araucária, 2002.

_____. **Lei nº 1.454/03**. Araucária, 2003.

_____. **Lei nº 1.547/05**. Disponível em: http://www.araucaria.pr.gov.br/index.php?a=secretarias_smma_principal.php&b=menu_smma. Acesso em: 25/10/2008.

_____. **Relatório de morbidade**. Departamento de Epidemiologia e Resultado – SMSA, 2008.

_____. **Perfil Municipal**. Araucária, 2003.

_____. **Plano Diretor**. Lei 005/2006. Araucária, 2006.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERGER, P. I. & LUKMANN, T.. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1994. 11 ed.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL, República Federativa. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.292p. art. 30 e 182.

CLAVAL, P. **A geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. Campo e Perspectiva da Geografia Cultural. In: CORREA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro, edUERJ, 2002.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 03 de 28 de junho de 1990. Estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de

poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 ago. 1990. Seção I, p. 15.937-15.939.

COSGROVE, D. ; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L. (a) Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, I. et. al. (org.) **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. (b) A dimensão Cultural do Espaço: alguns Temas. Espaço e Cultura. Ano I, nº 1, 1995. In: **Trajetórias geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, C. **Pesquisa qualitativa – características gerais e referências**. Disponível em: <www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>. Acesso em: 23/01/2009.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. tese (Doutorado em geografia).

GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

HOLSTON, J.. **A cidade modernista** : uma crítica de Brasília e sua Utopia . São Paulo : Cia. das Letras, 1993.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Monitoramento da qualidade do ar**. Boletins Mensais. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>>. Acesso em: 12/11/2008 , 15/01/2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/10/2008.

JORNAL CIDADE. **Emissão de gases**: há mais de duas décadas sufocando com o progresso. Araucária, 10 jul. 2005. Caderno do Meio Ambiente, Suplemento Especial, p. 3.

LE CORBUSIER, **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. São Paulo: Artmed, 2004.

MOSCOVICI, S. **As representações sociais**. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

NEGRELLI, M. J. **O papel do Estado e das indústrias na produção do espaço e da qualidade de vida no município de Araucária/PR**. Curitiba, 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e Possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo: v. 1, nº 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 23/01/2009.

ORTIZ, R. (org.). A procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, P. **Sociologia**. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi – São Paulo: Ática, 1983. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87silva.htm>> Acesso em: 25/10/2008.

PUJADAS, R., FONT, J. **Ordenacion e planificacion territorial**. Madrid: Síntesis, 1998.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, M. J. O Conhecimento no Cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SETTON, M. G. J. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 20 maio-agosto, 2002. p. 60-70. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20>>. Acesso em: 16/09/2008.

SILVA, E. J. R. Regulação: a formação de um novo espaço de relações? **Espaço acadêmico**. Nº 87, ano VIII, 2008.

SOUZA, S. L. **Doenças respiratórias em Araucária / PR (2001 a 2003) – Condicionantes Socioambientais e Poluição Atmosférica**. Curitiba, 2006. 223 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

FONTES PRIMÁRIAS

BARROS, M. A. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 21/09/2008.

BERTONCINI, I. A. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 20/10/2008.

BZUNECK, H. L. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 03/12/2008.

DALLABRIDA, L. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 20/10/2008.

DEFREYN, M. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 15/10/2008.

ESMANHOTO, A. M. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 17/11/2008.

LE MOS, M. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 18/10/2008.

MARTINS, V. S. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 28/10/2008.

RUTE, M. F. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 25/11/2008.

SILVA, N. J. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 21/09/2008.

SOUZA, F. J. B. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 25/07/2008.

SOUZA, M. A. **Entrevista concedida a Neide de Moura.** Araucária, 20/10/2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Tradução de Lílíana L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLEY, L. **Percepção do espaço urbano**: O centro de Curitiba. Rio Claro, 1982. Dissertação de Mestrado.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia cultural**. Um século (3). Rio de Janeiro: edUERJ, 2002.

BUTTIMER, A. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CRHISTOFFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CLAVAL, P. **A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia**. In: MENDONÇA, F. A. e KOZEL, S. (Org.) Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2002.

DUNCAN, J. O Supra-orgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERRARA, L. D'A. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Graciano Barbachan. São Paulo: 1970.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2003. 11ª ed.

GOMES, P. C. da. **Geografia e modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural pós- modernidade**..Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 8ª ed.

KASHIWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas**: o caso da favela do Parolin em Curitiba – PR. Curitiba, 2004. Dissertação de Mestrado.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. de C. T.. **Planejamento urbano e qualidade ambiental**. VII Colóquio Internacional de Geografia. Santiago de Chile, maio/2005.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles**. O exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MORAES, A. C. R. (org.) **RATZEL**. São Paulo: Ática, 1990.

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da geografia**. In: Geografia: Rio Claro, UNESP, n. 7, v. 4, p. 1-25, abril, 1979.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: CORREA, R. L. & ROSENDAHL, Z. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. Geografia Cultural. In: CORREA, R. L. & ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SMOLKA, M. O. Meio Ambiente e Estrutura Intra-urbana. In: MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo. DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo. DIFEL, 1983.

WAGNER, P. L. ; MICKSSEL, M. W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

APÊNDICE

1 ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1.1 SMPL

NOME COMPLETO

DATA: 07/11/2008.

- 1- Qual a sua função aqui e qual a importância dela dentro da Secretaria?
- 2- O que acha sobre a proximidade entre as zonas (conflito de usos)?
- 3- Fale o que julgar conveniente sobre o Plano Diretor e o Zoneamento Urbano.

1.2 SMMA

NOME COMPLETO

DATA: 03/12/2008.

- 1- Especifique a meta desta Secretaria que trata sobre a questão da poluição ambiental urbana.
- 2- Fale sobre as ligações desta Secretaria com o Zoneamento Urbano e a participação dela no processo de elaboração do Plano Diretor.
- 3- O que acha da proximidade entre as zonas (conflitos de usos)?
- 4- Pontue alguns itens que julgar pertinentes dentro do zoneamento urbano e a sua ligação com esta Secretaria.

1.3 Entrevistas com a população do bairro

NOME COMPLETO

DATA: agosto – novembro/2008.

- 1- Fale sobre o bairro onde você mora.
- 2- Fale sobre o modo como você vive neste bairro.